

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

X Mestrado em Direito e Segurança

ANO LETIVO – 2011/2014



O Fenómeno da Criminalidade Itinerante

Autor

Carlos Nuno da Maia Morgado

Orientador

Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Lisboa, Fevereiro de 2014

«Urge conhecer para melhor desvendar e desmembrar os grupos criminosos itinerantes!»

(Fernandes, 2011, p. 138)

«A realidade criminal mudou. O crime organizou-se, internacionalizou-se, globalizou-se. As novas realidades exigem novas respostas.»

(Intervenção do Membro Nacional da Eurojust, José Luís Lopes da Mota, no Congresso do Ministério Público, Alvor, 1/2/3 de fevereiro de 2007, in Davin, 2007, p. 153)

Dedicatória

Aos meus filhos, Simão e Henrique, e à
minha esposa, Susana, pelo tempo que
os privei da minha companhia.

Agradecimentos

A todas as pessoas que, através do seu apoio, conhecimento, contributo, estímulo, críticas e sugestões contribuíram para a construção deste trabalho e sem os quais a concretização seria uma tarefa inexecutável.

Ao meu orientador, Professor Doutor Bacelar Gouveia, por todo apoio demonstrado.

À Doutora Maria João Guia, pelo incentivo, auxílio e disponibilidade no desenvolvimento de todo o trabalho.

A todos um grande bem-haja!

Índice

ÍNDICE DE QUADROS	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	XI
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO / CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	3
1.3 IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO	4
1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	5
1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	5
1.6 HIPÓTESES.....	6
1.7 METODOLOGIA	7
1.8 ENUNCIADO DA ESTRUTURA DO TRABALHO.....	7
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	9
2.1. INTRODUÇÃO	9
2.2. METODOLOGIA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO.....	9
2.3. PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADAS	10
2.3.1. Entrevistas.....	10
2.3.2. Amostra: Composição e justificação	10
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO DA CRIMINALIDADE ITINERANTE	12
3.1 PROLEGÓMENOS	12
3.2 ENQUADRAMENTO GERAL DO FENÓMENO DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA	12
3.3 CARACTERIZAÇÃO CONCEPTUAL DA CRIMINALIDADE ITINERANTE.....	18
3.4 ENQUADRAMENTO LEGAL DOS CRIMES ASSOCIADOS À CRIMINALIDADE ITINERANTE.....	21
3.5 O FENÓMENO DA CRIMINALIDADE ITINERANTE NA REALIDADE INTERNACIONAL E PORTUGUESA.....	23
3.5.1 A realidade portuguesa.....	23
3.5.2 A realidade Internacional.....	26
3.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	27
CAPÍTULO 4 - GRUPOS CRIMINOSOS ITINERANTES OU GRUPOS MÓVEIS DE CRIME ORGANIZADO	28
4.1 PROLEGÓMENOS	28
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS	28

4.2.1 Grupos criminosos sedentários.....	28
4.2.2 Grupos Criminosos Itinerantes	28
4.3 ORIGEM.....	32
4.4 ORGANIZAÇÃO E MODUS OPERANDI	32
4.4.1 Organização	32
4.4.2 Modus operandi	33
4.5 OS ELEMENTOS PERTENCENTES AOS GCI: O PERFIL DO CRIMINOSO	35
4.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	37
CAPÍTULO 5 - A IMIGRAÇÃO ILEGAL NA CRIMINALIDADE ITINERANTE.....	38
5.1 PROLEGÓMENOS	38
5.2 O CRIME DE AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL: TIPIFICAÇÃO E IMPLICAÇÕES.....	38
5.3 AS VÍTIMAS E OS AGRESSORES NO CRIME DE AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL	41
5.5 NOVAS ABORDAGENS EUROPEIAS	43
5.6 SÍNTESE CONCLUSIVA	46
CAPÍTULO 6 - COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA NO COMBATE À CRIMINALIDADE ITINERANTE	47
6.1 PROLEGÓMENOS	47
6.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA NO DESMANTELAMENTO DE REDES CRIMINOSAS TRANSNACIONAIS	47
6.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O PAPEL DA INTERPOL E DA EUROPOL	48
6.3.1 O papel da Interpol	49
6.3.2 O papel da Europol	50
6.4 A EUROJUST E A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA	53
6.4.1 A relevância dos instrumentos de cooperação da Eurojust.....	56
6.4.2 Instrumentos de Cooperação da Eurojust	59
6.4.3. Obstáculos no tratamento de casos de cooperação da Eurojust.....	66
6.5 AS VALÊNCIAS DO GABINETE NACIONAL SIRENE	67
6.6 A IMPORTÂNCIA DO COMITÉ PERMANENTE PARA A COOPERAÇÃO OPERACIONAL EM MATÉRIA DE SEGURANÇA INTERNA.....	68
6.7 A TROCA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO DE COMBATE AO CRIME	69
6.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	70
CAPÍTULO 7 - PARA UM CONCEITO DE CRIMINALIDADE ITINERANTE.....	71
7.1 PROLEGÓMENOS	71
7.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	71
7.2.1. Análise de conteúdo da questão n.º 1	71
7.2.2. Análise de conteúdo da questão n.º 2	72

7.2.3. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 3</i>	73
7.2.4. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 4</i>	74
7.2.5. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 5</i>	74
7.2.6. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 6</i>	75
7.2.7. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 7</i>	76
7.2.8. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 8</i>	78
7.2.9. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 9</i>	78
7.2.10. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 10</i>	79
7.2.11. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 11</i>	80
7.2.12. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 12</i>	82
7.2.13. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 13</i>	83
7.2.14. <i>Análise de conteúdo da questão n.º 14</i>	84
7.3. ESTUDO DE CASO	85
7.3.1 <i>Objeto do estudo</i>	85
7.3.2 <i>Situação</i>	86
7.3.3 <i>Análise</i>	86
7.3.4 <i>Conclusões</i>	92
7.4. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	93
CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	95
8.1. INTRODUÇÃO	95
8.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS	95
8.3. CUMPRIMENTOS DOS OBJETIVOS	97
8.4. RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	98
8.5. REFLEXÕES FINAIS E RESPOSTA À PERGUNTA CENTRAL	101
8.6. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	103
8.7. PROPOSTAS DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS	103
BIBLIOGRAFIA	104
APÊNDICES	110
APÊNDICE A – ENTREVISTAS	111
<i>Apêndice A. 1 Guião das Entrevistas</i>	111
APÊNDICE A.2 – ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	114
<i>Apêndice A.2.1. - Análise de conteúdo à questão n.º 1</i>	114
<i>Apêndice A.2.2. - Análise de conteúdo à questão n.º 2</i>	116
<i>Apêndice A.2.3. Análise de conteúdo à questão n.º 3</i>	118
<i>Apêndice A.2.4. Análise de conteúdo à questão n.º 4</i>	119
<i>Apêndice A.2.5. Análise de conteúdo à questão n.º 5</i>	120

<i>Apêndice A.2.6. Análise de conteúdo à questão n.º 6</i>	122
<i>Apêndice A.2.7. Análise de conteúdo à questão n.º 7</i>	123
<i>Apêndice A.2.8. Análise de conteúdo à questão n.º 8</i>	126
<i>Apêndice A.2.9. Análise de conteúdo à questão n.º 9</i>	127
<i>Apêndice A.2.10. Análise de conteúdo à questão n.º 10</i>	128
<i>Apêndice A.2.11. Análise de conteúdo à questão n.º 11</i>	129
<i>Apêndice A.2.12. Análise de conteúdo à questão n.º 12</i>	131
<i>Apêndice A.2.13. Análise de conteúdo à questão n.º 13</i>	133
<i>Apêndice A.2.14. Análise de conteúdo à questão n.º 14</i>	134
<i>Apêndice A.3. Lista dos Entrevistados e Dados Técnicos</i>	136

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 - Caraterização da Amostra	11
Quadro n.º 2 - Análise de conteúdo à questão n.º 1	114
Quadro n.º 3 - Análise de conteúdo à questão n.º 2	116
Quadro n.º 4 - Análise de conteúdo à questão n.º 3	118
Quadro n.º 5 - Análise de conteúdo à questão n.º 4	119
Quadro n.º 6 - Análise de conteúdo à questão n.º 5	120
Quadro n.º 7 - Análise de conteúdo à questão n.º 6	122
Quadro n.º 8 - Análise de conteúdo à questão n.º 7	123
Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo à questão n.º 8	126
Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo à questão n.º 9	127
Quadro n.º 11 - Análise de conteúdo à questão n.º 10	128
Quadro n.º 12 - Análise de conteúdo à questão n.º 11	129
Quadro n.º 13 - Análise de conteúdo à questão n.º 12	131
Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo à questão n.º 13	133
Quadro n.º 15 - Análise de conteúdo à questão n.º 14	134

Resumo

Numa sociedade cada vez mais globalizada, o crime apresenta-se como uma realidade que atravessa fronteiras. A globalização potenciou o aparecimento de novas formas de criminalidade, as quais têm sido objeto de abordagens mais interventivas, nomeadamente, ao nível das instâncias políticas, judiciárias, policiais, assim como da sociedade civil. Os meios de comunicação permitem a rápida expansão das metodologias delituosas, o que agregada à facilidade de deslocação dos grupos criminosos itinerantes, incrementa as oportunidades para a continuação da prática de ilícitos criminais, ameaçando, cada vez mais, a tranquilidade e segurança das populações.

As organizações criminosas caracterizam-se pela sua complexidade, contribuindo, desta forma, para a dificuldade no combate, pelas autoridades policiais e judiciárias, obrigando a uma rápida adaptação à nova realidade político-criminal, nomeadamente, ao nível da cooperação institucional, nacional e internacional, como são exemplo a criação do “Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça” e de novas agências no domínio da cooperação policial.

Pretendeu-se, com o presente trabalho, responder à questão central: **É possível definir um conceito de Criminalidade Itinerante, no quadro normativo europeu (Policial e Judiciário)?**

Para cumprir tal desiderato, efetuou-se a caracterização do conceito de criminalidade itinerante, incluindo a de grupo criminoso itinerante, analisou-se o trabalho que está a ser realizado pelas autoridades, policiais e judiciárias, no sentido de conter o fenómeno. Por fim, estudámos o tipo de cooperação existente, ao nível europeu, entre os Estados Membros e as autoridades com responsabilidades nesta área.

No final do trabalho, concluímos que estão a ser feitos esforços no sentido da intensificação da cooperação operacional, policial e judiciária, entre as autoridades competentes da União Europeia, pelo combate a este fenómeno. Adaptámos e propusemos, ainda, um conceito único de ‘Criminalidade Itinerante’, a fim de ser incluído nas normas legais, por forma a facilitar a investigação, nomeadamente para melhor enquadrar o crime itinerante e auxiliar o julgamento dos infratores.

Palavras-chave: criminalidade, grupo itinerante, cooperação, policial, judiciária

Abstract

In an increasingly globalized society, the crime appears as a reality that crosses borders. Globalization has potentiated the emergence of new forms of crime, which have been the subject of more interventional, particularly in terms of political, judicial and police authorities as well as civil society approaches. The media allow rapid expansion of criminal methodologies, which aggregate to the ease of movement of itinerant criminal groups, increases the opportunities for the continuation of the practice of criminal offenses, threatening, increasingly, the tranquility and safety of populations.

Criminal organizations are characterized by their complexity, thus contributing to the difficulty in combat, by police and judicial authorities, forcing rapid adaptation to new political and criminal reality, particularly at the level of institutional cooperation, national and international, as exemplified by the creation of the "European Area of Freedom, Security and Justice" and new agencies in the field of police cooperation.

It was intended with this paper to answer the central question: **Is it possible to define a concept of Itinerant Crime in the European regulatory framework (Police and Judiciary)?**

To fulfill this aim, we performed the characterization of the concept of itinerant crime including itinerant criminal group, we analyzed the work that is being done by the authorities, police and judiciary, in order to contain the phenomenon. Finally, we studied type of existing cooperation at European level between the Member States and the authorities with responsibilities in this area.

At the end, we conclude that efforts are being made towards the enhancement of operational, police and judicial cooperation, between the competent authorities of the European Union by combating this phenomenon. Define, and also proposed, a unique concept of Itinerant Crime, in order to be included in the legal standards, in order to facilitate research, in particular to better fit the itinerant crime and assist the prosecution of offenders.

Keywords: crime, itinerant group, cooperation, police, judicial

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AJ	Autoridade Judiciária
APC	Autoridade de Polícia Criminal
ATM	<i>Automatic Teller Machine</i>
AWF	<i>Analitycal Work Files</i>
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CEPOL	Academia Europeia de Polícia
COSI	Comité Permanente para a Cooperação Operacional de Segurança Interna
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DCIAP	Direção Central de Investigação e Ação Penal
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DIAP	Direção de Investigação e Ação Penal
DIC	Direção de Investigação Criminal
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EM	Estados Membros
ENFOPOL	Enforcement Police
EMPC	Equipas Mistas de Prevenção Criminal
EUROJUST	<i>European Union Judicial Cooperation Unit</i>
EUROPOL	<i>European Police</i>
FGD	<i>Federal Government Department from Belgium</i>
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GCI	Grupos Criminosos Itinerantes
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Investigação Criminal
JAÍ	Conselho de Justiça e Assuntos Internos
JIT	<i>Joint Investigation Team</i>
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
LOIC	Lei Orgânica da Investigação Criminal
LOPJ	Lei Orgânica da Polícia Judiciária
LSI	Lei de Segurança Interna
NSIS	Sistema Nacional de Informação Schengen
NU	Nações Unidas
MAI	Ministério da Administração Interna

MP	Ministério Público
OC	Organização Criminosa
OCTA	<i>Organized Crime Theat Assessment</i>
OIPC	Organização Internacional de Polícia Criminal
OLAF	Organismo Europeu de Luta Anti Fraude
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PAO	Planos de Ação Operacional
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RJE	Rede Judiciária Europeia
RFJE	Rede de Formação Judiciária Europeia
SGSSI	Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna
SIRENE	<i>Supplementary Information Requested at the National Entry</i>
SIS	Sistema de Informações Schengen
SSI	Sistema de Segurança Interna
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TN	Território Nacional
UE	União Europeia
UNE	Unidade Nacional Europol
UNCT	Unidade Nacional Contra Terrorismo
UNTOC	Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada e Transnacional
ZUS	Zona Urbana Sensível

Capítulo 1

Introdução

1.1 Introdução

“Filipe Lobo D’Ávila¹ (...) adiantou que outro tipo de criminalidade que tem aumentado no país são os crimes contra o património, essencialmente praticados por grupos com uma grande mobilidade e com membros de diversas nacionalidades. Este tipo de crime é conhecido por “criminalidade itinerante” e, segundo o governante, representa “uma nova ameaça ao país”². “Nos últimos dois anos, a PSP identificou 20 «fenómenos criminais itinerantes», caracterizados por roubos de carros e lojas cometidos por grupos criminosos com ramificações no estrangeiro”³. “Desde a Presidência Belga de 2010, o crime itinerante está na prioridade da agenda dos Assuntos Internos Europeus, associado a uma criminalidade transnacional”⁴.

Com o advento da globalização e da facilidade de movimentação, física e virtual, quer de pessoas, quer de capital, ou de informações, a criminalidade ganhou novas configurações como transnacionalidade, maior dinamismo e complexidade. Esta nova realidade obriga à mudança de estratégias, políticas e policiais, obrigando à partilha de informações quer ao nível nacional, quer internacional, bem como na relação entre as diferentes forças de segurança.

Numa sociedade cada vez mais globalizada, o crime apresenta-se como uma realidade que atravessa fronteiras, sobretudo se analisarmos a realidade europeia à luz da vigência do acordo de Schengen. A globalização potenciou o aparecimento e difusão de novas formas de criminalidade, as quais têm sido objeto de abordagens mais interventivas, nomeadamente ao nível das instâncias políticas, judiciárias, policiais, assim como da sociedade civil. Os meios de comunicação permitem a rápida expansão das metodologias delituosas, o que, agregada à facilidade de deslocação dos grupos criminosos itinerantes, incrementa as oportunidades para a continuação da prática de ilícitos criminais, ameaçando, cada vez mais, a tranquilidade e segurança das populações. Neste sentido, segundo Braz (2010, p. 270) “os avanços tecnológicos na área das comunicações abriram

¹ Secretário de Estado da Administração Interna do XIX Governo Constitucional.

² TVI. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/roubo-estacao-criminalidade-assalto-portugal-tvi24/1295305-4071.html>, em linha, consulta em 22MAI12

³ TSF. Disponível em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2022226, em linha, consulta em 22MAI12

⁴ Gabinete de documentação e direito comparado. Disponível em http://www.gddc.pt/noticias-eventos/artigo.asp?id=noticia.419152012411&seccao=Not%EDcias_Imprensa, em linha, consulta em 22MAI12

novas perspectivas a uma criminalidade altamente sofisticada, nomeadamente através da internet, utilizada cada vez mais pelos grupos criminosos, para crimes informáticos mas também como poderoso meio instrumental ao serviço da organização e para a prática de outros crimes”.

Normalmente, esta atividade é desenvolvida por grupos que estão dotados de um grande poder económico, com grandes redes criminosas, com conhecimento perfeito da legislação e da forma de atuar de cada país, nos diversos setores da sociedade. Estas atividades criminosas têm a particularidade de criar dificuldades às autoridades, provocando, inclusive, um clima de insegurança, através dos seus *modus operandi*, caracterizado pela grande mobilidade e pela prática massiva de crimes de roubo, furto, entre outros.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2010 a criminalidade violenta e grave⁵ evidenciou um assinalável grau de planeamento e de organização. É referido ainda nesse documento que muitos dos crimes mais violentos serão praticados por redes ou células de criminalidade itinerante que, apesar de permanecerem em território nacional (TN) apenas durante breves períodos de tempo, recorrem a sofisticados *modus operandi*, que possibilitam uma ação continuada sobre múltiplos e sucessivos alvos (IASI, 2010, p. 42).

O presente trabalho está inserido na estrutura curricular do curso de mestrado em Direito e Segurança. O tema que será desenvolvido é atual e oportuno, como referiu Filipe Lobo D’Ávila no excerto jornalístico da página 1, indo ao encontro do interesse do autor, nomeadamente profissional. Este capítulo inicia-se com o enquadramento e respetiva contextualização da investigação, a importância e a justificação do tema. De seguida serão delimitados os objetivos, enumeradas as perguntas de investigação e descritas as hipóteses. Por fim, faz-se uma apresentação da metodologia aplicada e da estrutura do trabalho.

⁵ A criminalidade violenta e grave é constituída pelos crimes que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos, in IASI, 2011, p. 40. Nos termos do art. 1º alínea j) do CPP, Criminalidade violenta é definida como “as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”.

1.2 Enquadramento / contextualização da investigação

O teor dos excertos das notícias da página 1, associados à experiência profissional do autor, visto ter começado a aperceber-se das repercussões que este fenómeno trouxe para a sociedade e como constituiu um desafio para as forças de segurança e para a justiça, consubstanciam a génese do interesse em abordar o tema da criminalidade itinerante. Interessa nomeadamente, perceber o seu envolvimento e caracterização, para além de analisar que tipo de “combate” (policial e judiciário) tem sido implementado, para controlar este fenómeno em crescimento, tanto em Portugal como na União Europeia (UE).

As migrações e os fenómenos adjacentes são, atualmente, um tema primordial a nível político e académico, sendo um assunto de difícil investigação pela sua característica multifacetada e em constante transformação (Guia, 2008).

A justificação do presente estudo assenta em três objetivos: o **primeiro**, caracterizar o fenómeno da criminalidade itinerante, incluindo os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI). O **segundo**, considerando a constante mutação da sociedade⁶ atual e o aumento do sentimento de insegurança pelos cidadãos nacionais e europeus, provocada, também, pelo crescimento deste tipo de fenómeno, analisar o trabalho que está a ser realizado pelas autoridades, policiais e judiciárias, no sentido de conter este fenómeno, proporcionar, ainda, um panorama geral do tipo de cooperação existente, ao nível europeu, entre Estados Membros e entidades com responsabilidades nesta área. **Por fim** desenvolver um conceito de criminalidade itinerante no quadro normativo europeu policial e judiciário.

Propomo-nos ainda levar a cabo entrevistas a entidades ligadas ao combate a este fenómeno, de forma a obter uma perceção do que tem sido a sua evolução nos últimos anos, nomeadamente no que respeita à definição do conceito de criminalidade itinerante, assim como do de grupo criminoso itinerante, não esquecendo toda a problemática da cooperação. O tratamento das entrevistas permitir-nos-á perceber a problemática em estudo, nomeadamente a sua génese/raízes, a evolução, o conceito, para além de analisar o tipo de combate que está a ser realizado, não só pelas instituições, mas também ao nível dos Estados Membros da União Europeia, principalmente na cooperação e partilha de informações.

⁶ Segundo Zigmunt Bauman “viver entre uma multidão de valores, normas e estilos de vida em competição, sem uma garantia firme e confiável de estarmos certos, é perigoso e cobra um alto preço psicológico” (2000, p. 244).

1.3 Importância da investigação

Os efeitos da globalização e o aumento dos movimentos migratórios são cada vez mais visíveis. Devido às transformações e acentuação dos mesmos no sistema mundial, causados por fatores como as desigualdades entre países e entre classes populacionais dentro do mesmo Estado, a sobrepopulação em determinados países, o surgimento de catástrofes, entre outros, a investigação sobre migrações assume um elevado interesse no contexto nacional e internacional (Santos, 2002).

Após uma breve análise sobre o tema, verificamos que, associadas aos fluxos migratórios estão determinadas atividades que violam valores como o respeito pela dignidade humana e os seus direitos fundamentais, provocando que determinados atos criminosos⁷ sejam cometidos por redes criminosas que se aproveitam da fragilidade e da inocência de imigrantes.

Como Oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR), considerando o quadro das novas ameaças transnacionais que exigem uma conceção alargada do conceito de Segurança, a abordagem ao tema proposto poderá ajudar a consolidar conhecimentos, e porventura, o conteúdo da tese vir a servir como base de reflexões, ou no mínimo, como elemento de trabalho para o desenvolvimento da doutrina, por exemplo no âmbito da partilha de informações policiais e judiciais. A outra razão que tem por base a escolha do tema proposto, foi o facto do estudo do conceito de Criminalidade Itinerante se encontrar no centro do debate das sociedades modernas, em particular na Europa e a Segurança assumir um papel fulcral como instrumento do desenvolvimento de qualquer sociedade. Um outro aspeto importante desta investigação é, ainda, para além da pertinência e atualidade da temática, os poucos estudos científicos nesta área, sobretudo em Portugal.

Por fim, a problemática relativa à dificuldade do combate a este fenómeno, pelas autoridades policiais e judiciais, obrigando a uma rápida adaptação à nova realidade político-criminal, nomeadamente, ao nível da cooperação institucional, nacional e internacional, como são exemplo a criação do “Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça” e de novas agências no domínio da cooperação policial, justificam só por si a abordagem ao tema.

⁷ Pedofilia, tráfico de seres humanos, escravatura e lenocínio, apenas para salientar alguns

1.4 Definição dos objetivos

Assim, esta investigação centra-se nos seguintes **objetivos essenciais**:

- a) Analisar a criminalidade itinerante, procurando conhecer melhor o fenómeno, suas implicações e definição.
- b) Analisar a panorâmica da cooperação, no âmbito da partilha de informações, no combate ao fenómeno da criminalidade itinerante, na União Europeia;

Estes objetivos gerais concretizam-se em alguns **objetivos específicos**, nomeadamente:

- a) Identificar os crimes mais comuns e referenciados, cometidos no âmbito do fenómeno da criminalidade itinerante;
- b) Caracterizar os grupos criminosos itinerantes e o seu *modus operandi*;
- c) Conhecer a origem e as causas da criminalidade itinerante e verificar se se enquadra no conceito geral de criminalidade organizada;
- d) Analisar a prática de crimes que podem estar associados à criminalidade itinerante, tais como o crime de auxílio à imigração ilegal;
- e) Identificar o quadro normativo europeu, policial e judiciário, que enquadra a criminalidade itinerante;
- f) Adaptar um conceito de criminalidade itinerante no quadro normativo europeu, policial e judiciário;
- g) Apresentar e analisar um caso concreto.

1.5 Perguntas de investigação

Esta investigação integra aspetos diversificados, na análise da questão central:

“É possível definir um conceito de Criminalidade Itinerante, no quadro normativo europeu (Policial e Judiciário)?”

A partir desta questão delinearam-se algumas questões de investigação de modo a servirem de linhas orientadoras do estudo.

- **Como se define o crime itinerante?**
- **Como surgiu a definição de crime itinerante? Quais as raízes?**
- **A criminalidade itinerante enquadra-se no conceito de criminalidade organizada?**

- Quais as possíveis causas do fenómeno da criminalidade itinerante?
- Qual o quadro normativo, nacional e europeu, que enquadra o crime itinerante?
- Como se caracterizam os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI)? Qual ou quais os *modus operandi*?
- Existe influência do crime de auxílio à imigração ilegal na criminalidade itinerante?
- Que tipo de ações, policiais e judiciais, nacionais e supranacionais, estão a ser implementadas para combater, prevenir e/ou anular o fenómeno da criminalidade itinerante?

1.6 Hipóteses

De acordo com as perguntas de investigação levantadas anteriormente e os objetivos definidos, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1 – A criminalidade itinerante é caracterizada por uma atividade grupal, perfeitamente hierarquizada, com grande mobilidade e flexibilidade, respetivamente na área específica de atuação e no *modus operandi*.

H2 – A criminalidade itinerante faz parte do conceito de crime organizado, porquanto é concretizada por pequenos grupos de criminosos organizados e itinerantes, maioritariamente de carácter transnacional.

H3 – Os GCI são associações de criminosos, caracterizados pela sua grande dinâmica, mobilidade e flexibilidade, e pela prática constante das atividades ilícitas, nomeadamente de crimes contra o património.

H4 – As causas mais prováveis para o aumento exponencial do crime itinerante serão: a crise económica, a subida da cotação do ouro, o elevado preço das matérias-primas, em particular dos metais não preciosos, a globalização e, em simultâneo, a facilidade de compra e utilização dos meios de comunicação.

H5 – A principal ação de combate a este tipo de criminalidade é a intensificação da cooperação operacional, entre as diversas entidades competentes e responsáveis pelo combate ao crime itinerante, quer a nível nacional, quer internacional.

1.7 Metodologia

A metodologia de investigação adotada para a realização deste trabalho foi a do método qualitativo, apoiado numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em apreço. Foi criado um modelo de análise assente no corpo de conceitos, tendo em vista a resposta à questão central.

Pretende-se, com este estudo, analisar a evolução do conceito do fenómeno da criminalidade itinerante na forma de atuação, operacional, das autoridades nacionais e europeias no combate, em particular no tipo de cooperação e partilha de informações.

Uma contextualização pormenorizada do fenómeno da criminalidade itinerante permitirá afinar uma proposta de um conceito comum de criminalidade itinerante com o objetivo de ser tornar mais um meio de auxílio às autoridades com responsabilidades no combate.

Esta investigação é constituída por uma parte teórica e por uma parte prática. Na primeira parte, a metodologia de investigação científica utilizada assenta na pesquisa bibliográfica⁸ e análise documental de artigos científicos, livros, legislação, trabalhos realizados relativos ao tema e análise de dados de relatórios.⁹ A parte empírica do trabalho incide sobre as entrevistas realizadas. Para o efeito foi desenvolvido um guião de entrevista guiada (vide anexo A). Para a elaboração da parte prática, foram utilizados os métodos da observação assimétrica e o método inquisitivo, através de entrevistas semiestruturadas a especialistas do tema em apreço, com o intuito de analisar as suas perceções e os dados recolhidos durante a investigação.

1.8 Enunciado da Estrutura do Trabalho

O presente trabalho encontra-se dividido em oito Capítulos, inserindo-se nestes a “Introdução” e a “Conclusão e Recomendações”.

A Introdução tem por fim enquadrar a investigação e justificar a pertinência da temática escolhida.

⁸ Pesquisa bibliográfica – “obtem-se a partir da revisão da literatura, originando a bibliografia geral e específica sobre o tema em estudo.” (Sarmiento, 2008, p.14)

⁹ Foram também realizadas pesquisas em bibliotecas, Estabelecimentos de Ensino Superior e na Internet

O segundo Capítulo refere a metodologia adotada e os demais procedimentos utilizados para a realização do estudo.

Por sua vez, o terceiro Capítulo enquadra a “criminalidade itinerante” em termos conceptuais, tenta perceber como se enquadra no conceito geral de “criminalidade organizada”, analisando qual a relação existente entre ambos.

O quarto Capítulo caracteriza os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI), a sua origem, a sua forma de organização, o *modus operandi* usado e os crimes perpetrados mais vezes identificados.

O quinto Capítulo analisa se, por um lado, a abertura das fronteiras na UE e, por outro, a ação das redes de crime organizado, onde se incluem os GCI, fomentaram o crime de auxílio da imigração ilegal, e se tal favoreceu o crescimento do fenómeno da Criminalidade Itinerante.

O sexto Capítulo identifica e caracteriza as principais ações, policiais e judiciárias, nacionais e supranacionais, que estão a ser implementadas para combater, prevenir e/ou anular o fenómeno da criminalidade itinerante.

O sétimo Capítulo, também referente à vertente empírica da investigação, apresenta a análise e caracterização das entrevistas realizadas, além da posterior discussão dos resultados obtidos pelo autor. Considerando a dificuldade da temática, pretende-se chegar a uma conclusão, ou propor um conceito geral. Apresenta ainda um estudo de caso.

Por fim, no oitavo Capítulo são feitas as “Conclusões e Recomendações” em que a questão central de investigação é respondida bem como todas as questões derivadas a que correspondem os objetivos específicos. Deste modo, foi possível corroborar ou refutar as deduções hipotéticas formuladas.

O trabalho termina com a bibliografia, legislação e sítios da internet consultados.

Capítulo 2

Metodologia e Procedimentos

“A tarefa não é ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou
sobre aquilo que todo o mundo vê”
(Arthur Schopenhauer, 1974, p. 131)

2.1. Introdução

A primeira parte deste estudo é o enquadramento teórico que serviu de base de apoio para o trabalho de campo. Foram desenvolvidos conceitos fundamentais para a compreensão do tema, dando as necessárias condições para se iniciar a componente prática do trabalho.

A componente prática desta investigação teve como objetivo responder às hipóteses levantadas no início do estudo, validando ou refutando as mesmas. Neste capítulo abordou-se a metodologia utilizada no trabalho de investigação, apresentaram-se os procedimentos e técnicas usadas para obter os dados e informações que se apresentam.

2.2. Metodologia do trabalho de investigação

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.150) o *“modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise.”* Neste sentido, para dar resposta à pergunta de partida e às questões de investigação subsequentes, recorreu-se ao método hipotético-dedutivo.

Assim, numa primeira fase, foi realizada a análise bibliográfica para aprofundar o conhecimento sobre o tema abordado e estabelecer a ligação com a parte prática. Foi efetuada uma observação assistemática, ou observação não estruturada que, segundo Freixo (2009), é um método sem instrumental apropriado e sem controlo previamente elaborado. Utilizou-se, também, o método inquisitivo, que, segundo Sarmento (2008, p.5), *“é baseado no interrogatório escrito ou oral”*, e procedeu-se à recolha de dados secundários. Por fim, o autor analisou todo o conjunto de informações elencadas para fazer algumas reflexões pessoais acerca do assunto que se propôs tratar.

2.3. Procedimentos e técnicas utilizadas

O presente estudo teve início com a pesquisa bibliográfica de forma a aprofundar o tema a abordar, e de possibilitar a formulação da pergunta de partida, bem como aprofundar os conhecimentos. Para isso, foram feitas consultas em Bibliotecas, Estabelecimentos de Ensino Superior e pesquisas em sítios da Internet, bem como em relatórios elaborados pelas forças de segurança portuguesas.

As entrevistas tiveram como objetivo obter informação qualitativa dessas respostas, através das várias perspetivas e pontos de vista de profissionais envolvidos na gestão deste fenómeno, devido aos cargos ocupados e vivências da carreira profissional de cada um e mediante a relevância dos conhecimentos que os mesmos se dispuseram a dar a conhecer.

Por último apresentámos um estudo de caso, que teve como base de trabalho a informação recolhida ao longo de uma investigação, que esteve a cargo de uma Equipa Mista de Investigação Criminal, portuguesa, por forma a demonstrar um caso real, onde se encontra bem patente todo o estudo realizado nesta tese.

2.3.1. Entrevistas

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas¹⁰, realizadas presencialmente entre o mês de junho e outubro de 2013, tendo sido elaborado previamente um guião¹¹ constituído de acordo com as perguntas a que se pretendia responder com o presente trabalho de investigação. Os entrevistados responderam livremente, ajudando a clarificar e a dar uma perspetiva pessoal e profissional de grande parte dos assuntos expostos nos capítulos teóricos. Foi utilizado um gravador para a realização das entrevistas com o objetivo de auxiliar na transcrição, para que aquela fosse o mais credível possível, para posteriormente ser analisada em grelhas através de sinopses que permitiram uma análise qualitativa. De referir que a transcrição completa se encontra na posse do autor, porém, por questões de extensão, não se encontra presente neste relatório. São observáveis os seus resumos na classificação das respostas do Apêndice A.2.¹²

¹⁰ Segundo Sarmiento (2008, p.18), entrevistas semi-estruturadas são aqueles que ocorrem “*quando o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados*”

¹¹ Anexo no Apêndice A

¹² Para a realização das entrevistas foi utilizado um gravador de voz de marca Mitsai digital voice recorder AD-511. A transcrição das entrevistas foi realizada através do programa Microsoft Office Word 2010

2.3.2. Amostra: Composição e justificação

Para a realização deste trabalho, foram escolhidos para as entrevistas profissionais (discriminados no Quadro n.º 1) a exercer funções nas diversas forças e serviços de segurança, bem como no meio académico. Os elementos foram escolhidos de forma a serem obtidas diversas perspetivas e contributos para a compreensão do objeto de estudo.

Quadro n.º 1 - Caraterização da Amostra

Código de Identificação	Posto	Função
Entrevistado 1	Coronel do Exército	Juiz Militar nas Varas Criminais do Porto
Entrevistado 2	Coronel da GNR	Diretor da Direção de Informações da GNR
Entrevistado 3	Diretor	Diretor Nacional Adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Entrevistado 4	Juíza	Diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal
Entrevistado 5	Professor Universitário	Presidente do Conselho Consultivo do OSCOT e Professor da Universidade Lusíada das Disciplinas de Crime Organizado e Terrorismo
Entrevistado 6	Professor Doutor	Professor Catedrático
Entrevistado 7	Juiz Desembargador	Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna
Entrevistado 8	Subintendente PSP	Comandante da Direção Investigação Criminal da PSP do Porto
Entrevistado 9	Tenente-Coronel da GNR	Comandante do Grupo de Intervenção de Operações Especiais da Unidade de Intervenção da GNR
Entrevistado 10	Tenente-Coronel da GNR	Chefe da Divisão de Análise e Investigação Criminal
Entrevistado 11	Não identificado	Serviço de Informações de Segurança (SIS)

Capítulo 3

Caracterização do fenómeno da Criminalidade Itinerante

3.1 Prolegómenos

Com vista a proporcionar uma visão global da problemática da “criminalidade itinerante”, como um quadro de referência à análise posterior, será importante enquadrá-la em termos conceptuais, conciliando a visão de diversos autores, perceber o conceito geral de “criminalidade organizada”, analisando, de uma forma breve, qual a relação existente entre ambos.

3.2 Enquadramento geral do fenómeno da criminalidade organizada

A sociedade atual caracteriza-se pela sua permanente mutação¹³ e adaptação às novas realidades económicas, científicas e tecnológicas. O fenómeno da globalização não aumentou apenas a intensidade das trocas e transações sociais transfronteiriças “benignas” (comunicações, cultura, pessoas, serviços, bens), mas também permitiu a transação de ameaças e riscos (Brandão, 2011, p. 31). A liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços no espaço comunitário facilitou o aparecimento de sofisticadas formas de criminalidade organizada, muitas delas ligadas também à violação dos interesses financeiros da União Europeia (Sousa, 2005, p. 8).

Segundo J. M. Anes (2010, p. 25), *“a criminalidade organizada é certamente a mais nefasta das formas de crime e a que mais prejudica a sociedade em geral. A criminalidade, entendida como o conjunto dos crimes – ações humanas previstas e punidas por legislação penal – praticados num determinado espaço e período de tempo, à semelhança de outros fenómenos sociopolíticos, tem demonstrado seguir essas transformações”*. O crime organizado está normalmente associado a atividades lícitas que lhe dá cobertura, visando alcançar, de forma integrada ou isolada, dois grandes objetivos: poder e/ou dinheiro, ou seja, lucro. Ainda segundo Anes (2010, p. 213), *“o crime organizado deve ser entendido como a prática, por um grupo de indivíduos caracterizados*

¹³ “Como disse Ajam Touraine, o presente estado da sociedade assinala “o fim da definição do ser humano como um ser social, definido o seu lugar na sociedade que determina o seu comportamento ou ação”: e assim a defesa, pelos atores sociais, de sua “especificidade cultural e psicológica” só pode ser conduzida com “consciência de que o princípio de sua combinação pode ser encontrado dentro do indivíduo, e não mais em instituições sociais ou princípios universais” (Bauman, 2000, p. 205).

por uma relação hierárquica, com funções especificamente atribuídas, em associação de esforços, de actos previstos e puníveis numa determinada ordem jurídica como crimes, na prossecução de um fim coletivamente estabelecido e aceite, podendo este ser ou não, de per si, também crime.”

Na sociedade cada vez mais globalizada, o crime organizado apresenta-se como uma realidade que atravessa fronteiras terrestres e marítimas, que se desloca pelo mundo fixando-se nas diferentes áreas geográficas do globo, mas de forma muito dissimulada. Neste sentido, informa-nos Braz (2010, p. 270) que *“os avanços tecnológicos na área das comunicações abriram novas perspectivas a uma criminalidade altamente sofisticada, nomeadamente através da internet, utilizada cada vez mais pelos grupos criminosos, para crimes informáticos mas também como poderoso meio instrumental ao serviço da organização e para a prática de outros crimes”*.

Normalmente, esta atividade é desenvolvida por grupos que estão dotados de um grande poder económico, com extensas redes, com conhecimento perfeito da legislação e da forma de atuar de cada país, em determinado setor. Estas atividades criminosas têm a particularidade de se manterem *“camufladas”* nas malhas da lei, criando assim imensas dificuldades às autoridades, provocando, sobretudo, um clima de insegurança.

A principal ameaça que o crime organizado representa para a segurança interna é a sua capacidade de infiltração nas estruturas políticas, jurisdicionais e administrativas do Estado. O crime organizado põe em causa a integridade do Estado e mina o sistema económico-financeiro, público e privado, de um país.¹⁴ *“Também do ponto de vista político, a globalização acabou com uma certa ordem mundial, inspirada nos Tratados de Westphalia (1648) o “apartheid das soberanias”, no dizer do Prof. Adriano Moreira, que tinha como referência as fronteiras e as relações internacionais contratualizadas, impondo uma nova hierarquia dos Estados (...)”* (Braz, 2010, p. 258).

Na tentativa de caracterizar o conceito, José Braz, refere que *“são comuns os laboriosos esforços no sentido de encontrar consensos quanto à definição de crime organizado e/ou criminalidade organizada”* (2010, p. 266). Na verdade, o conceito gera, normalmente, discussões que se prendem com a extensão ou âmbito das realidades abrangidas, ilícitas ou lícitas, e com os critérios de estruturação interna das organizações.

¹⁴ Disponível em <http://www.sis.pt/ccorganizada.html>, em linha, consulta em 18DEC13

Para a *European Police* (Europol), só estamos na presença de criminalidade organizada quando, numa situação em concreto, estejam presentes seis itens de um conjunto de onze estabelecidos por aquela instituição, a saber: colaboração de mais de duas pessoas; divisão de tarefas; por um período prolongado ou indefinido de tempo; usando alguma forma de disciplina e controlo; suspeita da prática de crimes graves; operando a nível internacional; usando violência ou outros meios para intimidação; empregando estruturas comerciais ou empresariais; praticando branqueamento de capitais; exercendo influência sobre políticos, media, administração pública, autoridades judiciais ou na economia; com objetivos lucrativos e/ou de poder (*apud* Braz, 2010, pp. 272-273).

A definição de elementos objetivos que caracterizam a criminalidade organizada, como é o caso da Europol, possibilitou a emergência de uma regra comum em todas as definições encontradas, embora alguns autores e organizações o façam de forma mais ou menos alargada. Por exemplo, Mingardin (1996, *apud* Braz, 2010, p. 272), ao contrário da Europol, estabeleceu um conjunto de quinze requisitos¹⁵ que deverão estar presentes para que o ilícito criminal seja integrado na criminalidade organizada.

Numa outra visão, Winfried Hassemer¹⁶ atribuiu um significado mais estrito ao conceito, considerando mesmo que a mera constatação de que existem bandos bem organizados ou atividades criminosas que indicam profissionalismo no desempenho, decorrentes do hábito da sua prática e subsequente especialização, não são critérios suficientemente claros para se poderem enquadrar na tal criminalidade organizada (Hugo Guinote, cit. in Valente, 2009, p. 125). Esta criminalidade «menos complexa», em contraposição ao que foi considerado por Hassemer por criminalidade mais «complexa», é apresentada por José Braz por criminalidade comum ou de massas, deixando este autor a noção de que “*enquanto esta [criminalidade comum ou de massas] integra condutas ilícitas, praticadas geralmente de forma isolada e individual, suscetíveis de assumir formas de violência gratuita, destituídas de qualquer sentido estratégico, aquela [criminalidade organizada] compreende o conjunto de condutas ilícitas praticadas de*

¹⁵ Prática de atividades ilícitas; Atividade clandestina; Hierarquia organizacional; Previsão de lucro; Divisão de trabalho; Uso da violência; Simbiose com o Estado; Tráfico e comercialização de mercadorias ilícitas; Planeamento empresarial; Uso da coação/intimidação; Venda de serviços ilícitos; Capacidade de pressionar e demover poderes legítimos; Uso da lei do silêncio; Monopólio da violência; Controle territorial (Braz, 2010, p. 272)

¹⁶ Professor catedrático em Ciências Penais da Universidade de *Frankfurt em Main* e reconhecida autoridade teórica em matéria de Segurança Interna (Guinote, in Valente, 2009, p. 124)

forma coletiva, sistemática, integrada e continuada, visando alcançar objetivos estrategicamente definidos” (2010, p. 269). Para Valente, a Criminalidade de Massa *“inclui todos os tipos de crime que são cometidos frequentemente e em que as vítimas são facilmente identificáveis”* (2009, p. 126).

Hassemer e José Braz fazem uma conotação da criminalidade organizada a organizações de caráter transnacional, subalternizando o crime praticado por grupos de dimensão localizada, independentemente do seu número e do seu grau de organização.

Também as duas organizações internacionais, Organização das Nações Unidas (ONU) e União Europeia (UE), tratam o conceito de criminalidade organizada. As duas caracterizam o fenómeno em dois documentos, designadamente através da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada e Transnacional¹⁷ (UNTOC) e da Decisão Quadro 2008/841/JAI¹⁸.

No atinente à ONU, a alínea a) do art.º 2.º da Convenção, refere que *“grupo criminoso organizado é um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e atuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infrações estabelecidas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício económico ou outro benefício material”*. Para além dos quesitos enunciados anteriormente e relativamente à estrutura e organização do grupo criminoso, a convenção tipifica um conjunto de crimes cujas condutas criminais são consideradas como criminalidade organizada. O n.º 1 do art.º 3.º da Convenção tipifica como criminalidade organizada *“a) a participação num grupo criminoso organizado; b) o branqueamento do produto do crime; c) a corrupção; e d) quaisquer crimes, puníveis com pena privativa de liberdade não inferior a 4 anos”*.

Segundo José Braz as organizações criminosas dedicam frequentemente a sua atividade aos “crimes sem vítima”¹⁹ ou, à também chamada “criminalidade difusa”²⁰. Este

¹⁷ Disponível em: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/ConvCrimOrganiz.pdf>, em linha, Consulta em 03 maio de 2012

¹⁸ Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:300:0042:0045:PT:PDF>, em linha, Consulta em 02 maio de 2012

¹⁹ “Crimes sem vítima” são aqueles que atingem apenas entidades ou valores abstratos: a ordem moral, jurídica, a orientação económica, etc. (Acórdão n.º 0044143 de Tribunal da Relação de Lisboa, 28 de Junho de 200º, disponível em <http://tribunal-relacao.vlex.pt/vid/-30263362>, em linha, consulta em 21 de Agosto de 2012

²⁰ A “criminalidade difusa” caracteriza-se pela ausência de vítimas individuais, ou seja, é aquela transindividual, indivisível, em que as vítimas são pessoas indeterminadas e indetermináveis, ligadas entre si por circunstâncias de fato (Jesus, Mauro Zaque, Crime Organizado - a Nova Face da

tipo de criminalidade tem como principal característica a transindividualidade, ou seja, a ausência de vítimas individuais, determináveis e identificáveis (Braz, 2010, p. 275).

O Conselho da UE, nos termos do art. 1.º da Ação Comum do Conselho (adotada em 21 de dezembro de 1998. JO de 29 de dezembro de 1998 L351/1), entende por “*organização criminosa*” a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada²¹ (Braz, 2010, p. 268).

Davin apresenta um conceito restrito de criminalidade organizada: “*a associação de duas ou mais pessoas criada com o objetivo de cometer, de forma permanente ou sistemática, crimes*” (2007, p. 107), considerando “*a relação ótima de custo/benefício, ou seja, o risco (ao nível da pena aplicável ao crime em apreço e à suposta eficácia das autoridades judiciais ou policiais na sua deteção) e aos benefícios obtidos com a sua prática*” (Davin, 2007, p. 108). Refere ainda Davin, que estas organizações se dedicam em exclusivo à procura de “*novas oportunidades*” de negócio (2007, p. 9).

Nesta fase, é essencial definir-se o conceito de “*organização criminosa transnacional*”, como sendo “*aquela que é constituída por duas ou mais pessoas, agindo de forma concertada, com o objetivo de praticar crimes, em diversos países, violando a lei (criminal) nessas diferentes jurisdições*” (Davin, 2007, p. 109). A supressão das fronteiras entre alguns dos Estados Membros (EM) da UE, e dos países signatários do Acordo de Schengen, “*traduziu-se de forma manifesta, numa maior e mais eficaz capacidade de movimentação dos membros dessas organizações criminais com um menor risco*” (Davin, 2007, p. 12).

É importante ainda destacar a diferença entre a criminalidade internacional e a criminalidade transnacional. A característica fundamental, da primeira, é a violação das leis ou regulamentos internacionais, enquanto na segunda é a violação das leis ou regulamentos de pelo menos dois Estados (Davin, 2007, p. 109). “*Esta criminalidade organizada de cariz transnacional assenta, essencialmente, em “quatro pilares”: financiamento, entre outros, nos tráficos de estupefacientes, armas e de seres humanos; utilização intensiva das novas tecnologias de comunicação e de informação; rentabilização ou potenciação dos ganhos obtidos através de operações de branqueamento*

Criminalidade, disponível em <http://www.mt.trfl.gov.br/judice/jud6/crimorg.htm>, em linha, consulta em 21 de Agosto de 2012

²¹ EURLex - *Jornal Oficial* n.º L 351 de 29/12/1998 p. 0001 – 0003, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31998F0733:PT:HTML>, em linha, consulta em 21 de Agosto de 2012

e investimento em novas formas de atuação, bem como no tráfico de influências e na corrupção; "Branqueamento de imagem", credibilização socioeconómica e procura da respeitabilidade, recorrendo muitas vezes à denominada "infiltração" junto de estratos sociais superiores que, por diversas razões, se encontram "fragilizados" do ponto de vista económico" (Davin, 2007, pp. 113, 114).

"Em sùmula, podemos referir como fatores impulsionadores da internacionalização do crime, os seguintes:

- Os fluxos migratórios, maior liberdade de movimentação de populações a nível internacional;*
- Facilidade nas vias de comunicação;*
- Os meios de transporte, que permitem deslocamentos mais rápidos;*
- As tecnologias de comunicação e o ciberespaço na troca de informação célere;*
- O privilégio do lucro como objetivos primordial das políticas económicas" (Anes, 2010, p. 223).*

Segundo os autores e estudos mencionados, verificamos que as organizações criminosas caracterizam-se pela sua complexidade, nomeadamente ao nível da organização interna, contribuindo, por esta razão, para a dificuldade no combate, pelas autoridades policiais e judiciárias, obrigando a uma rápida adaptação à nova realidade politico-criminal, nomeadamente, ao nível da cooperação institucional, nacional e internacional. A fragmentação dos espaços judiciais nacionais na UE, em razão das diferenças legais entre os EM, é um natural obstáculo à eficácia do combate a esta criminalidade grave organizada (Sousa, 2005, p. 9). O desenvolvimento de meios eficazes de prevenção e repressão destas atividades criminosas processa-se a um ritmo lento, quase sempre desfasado delas. Se a Europa pretendeu desenvolver-se como um espaço de liberdade, segurança e justiça, para continuar a evoluir neste sentido, tem de se organizar melhor e elaborar respostas estratégicas e táticas ao desafio com que se depara. Essa atuação requer um compromisso político ao mais alto nível (Sousa, 2005, p. 79).

Analisada a criminalidade organizada, é fundamental, de seguida, dirigir a nossa atenção, para o tema central: "Criminalidade Itinerante" e, neste sentido, perceber como se caracteriza, ao nível do conceito, no tipo de estrutura organizativa, mas também, nas estratégias de combate já em curso, focalizando o enquadramento legal e os mecanismos de cooperação policial e judiciária da União Europeia.

3.3 Caracterização conceptual da Criminalidade itinerante

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2010²², a criminalidade violenta e grave evidenciou um assinalável grau de planeamento e de organização. É referido nesse documento que muitos dos crimes mais violentos serão praticados por redes ou células de criminalidade itinerante que, apesar de permanecerem em TN apenas durante breves períodos de tempo, recorrem a sofisticados *modus operandi*, que possibilitam uma ação continuada sobre múltiplos e sucessivos alvos. *“O carácter itinerante destes grupos ou células, a aparente ausência de bases logísticas de apoio operacional, a sua breve presença em TN e a capacidade de rápido recuo para outros países da Europa, a par da sua estrutura organizada e hermética, têm concorrido para acrescidas dificuldades no que concerne à prevenção e repressão da sua ação”* (RASI, 2010, p. 43).

Segundo o RASI de 2011, podemos concluir que, durante o referido ano, existiu um decréscimo na criminalidade violenta e grave, que, *“na prática de crimes violentos concorreram, para além de cidadãos portugueses ou residentes em TN (especialmente residentes em zonas urbanas sensíveis (ZUS)²³ e malhas degradadas dos grandes centros urbanos), grupos estrangeiros de dimensão variável os quais, de modo persistente, praticam criminalidade itinerante em TN, explorando um amplo leque de ilícitos criminais, recorrendo a modus operandi inovadores e conexos com um elevado nível de organização, planeamento, sofisticação e, em alguns casos, inusitada violência”* (2011, p. 34).

Ainda segundo o RASI de 2011, *“a difícil conjuntura económica e os sucessivos recordes de cotação que o ouro tem atingido nos mercados internacionais, levou ao surgimento de novos “nichos de mercado”, como são exemplo os estabelecimentos de comércio de ouro e as próprias residências dos cidadãos, alvos privilegiados da ação de indivíduos e de grupos criminosos”*. (...) *“Do mesmo modo, também o elevado preço das matérias-primas – com destaque para os metais não preciosos – está a servir de mote para*

²² O presente estudo encontra-se limitado aos RASI de 2010, 2011 e 2012, pelo facto de só terem sido encontrados dados sobre criminalidade itinerante a partir do RASI de 2010.

²³ As ZUS *“configuraram-se como espaços que mantêm a sua forte relevância no aparelho securitário, não apenas pela concentração de grupos e de atividades criminosas, mas também por se assumirem como territórios eficazes para a mobilização de indivíduos com predisposição significativa a ações de subversão contra a autoridade do Estado. Estas áreas comportam diversos fatores de risco que, pela sua matriz criminosa, justificam uma abordagem, a título preventivo, no quadro de ameaças à segurança interna”* (RASI, 2011, p. 31)

a forte intensificação de furtos, em especial de cobre, mas também de ferro, bronze, alumínio e outros metais, criando um mercado criminal onde coexistem o crime de oportunidade e ações evidenciando um elevado nível de profissionalismo. A frequência deste tipo de crimes, a sua ampla dispersão em TN, mesmo em zonas mais remotas e a extraordinária diversidade de alvos selecionados, vem agravar o sentimento de insegurança e ampliar os níveis de criminalidade registados, criando, simultaneamente, problemas de manutenção de serviços assentes nas infraestruturas críticas visadas por tais atos” (2011, p. 34).

De acordo com o RASI de 2012, a livre circulação de bens e pessoas proporcionada pelo Espaço Schengen veio criar um novo leque de oportunidades de exploração por parte de grupos criminosos cuja forte mobilidade serve, essencialmente, o propósito de obstar ou retardar a ação repressiva das autoridades em cada Estado-Membro. Gradualmente, estes grupos foram adquirindo maior grau de organização, profissionalização e sofisticação, constituindo-se como efetivas estruturas criminosas, cuja área de atuação compreende todo o espaço europeu. A criminalidade itinerante tornou-se, assim, um dos fenómenos com maior impacto ao nível da criminalidade registada à escala europeia. A crescente intensificação deste tipo de crime, a sua dispersão em TN e a diversidade de alvos acaba por ter um forte impacto negativo, não só nas estatísticas da criminalidade, como também no designado sentimento de insegurança das populações, uma vez que estes crimes se dirigem indistintamente contra a propriedade privada ou contra o património histórico, social e cultural comum (2012, p. 43).

Como referimos na secção anterior, a globalização permitiu uma maior visibilidade de novas formas de criminalidade, em especial as de carácter transnacional, as quais têm sido objeto de abordagens mais interventivas (como iremos analisar no capítulo 6), nomeadamente ao nível das instâncias políticas, judiciárias, policiais, assim como da sociedade civil. Os meios de comunicação permitem a rápida expansão das metodologias delituosas o que, agregada à facilidade de deslocação dos grupos criminosos itinerantes incrementa as oportunidades para a continuação da prática de ilícitos criminais, ameaçando, cada vez mais, a tranquilidade e segurança das populações.

A criminalidade itinerante afeta a grande maioria dos EM, potenciando graves problemas na economia com incidência na segurança, monitorização e combate às novas ameaças. As Conclusões do Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) de 2 e 3 de

dezembro de 2010, sob presidência Belga, relativamente à temática em causa, foram as seguintes:

- Foi definido como um dos objetivos da UE, o combate à criminalidade praticada por grupos criminosos itinerantes, sendo estes caracterizados como *“associação de criminosos que enriquecem mediante a prática sistemática do roubo de bens ou da fraude, operam numa vasta área geográfica e estão ativos a nível internacional”*.
- Foi ainda definida uma abordagem administrativa de combate a este tipo de criminalidade, o incremento da cooperação internacional no domínio judiciário e a cooperação bilateral e multilateral com os Estados terceiros, e, ainda, o aumento dos esforços de cooperação com o setor privado.²⁴
- No sentido de fomentar a cooperação policial, entre as autoridades dos diversos EM, o Conselho adotou três instrumentos: plano de ação de combate ao tráfico ilegal de armas de fogo pesadas; conclusões sobre bandos itinerantes; e conclusões sobre a prevenção e luta contra a fraude de identidade, tendo como base, entre outros documentos, o Projeto de Conclusões do Conselho sobre a luta contra os grupos criminosos móveis (itinerantes), apresentado no dia 5 de novembro de 2010, em Bruxelas, e que ficou vertido no documento n.º 15875/10, do Conselho da União Europeia.²⁵

Nesta perspetiva, *“podemos caracterizar a Criminalidade Itinerante como um tipo de crime que:*

- 1. Se representa por uma atividade grupal com estrutura/hierarquia relativamente bem definida;*
- 2. Se constitui pela prática reiterada e sistemática de crimes, em especial contra o património;*
- 3. Se reflete numa área de atuação de grande dimensão (mobilidade);*
- 4. Tem impacto a nível internacional;*
- 5. Em muitos casos, apresenta uma ligação ao tráfico de seres humanos”*
(Fernandes, 2011, p. 127).

Podemos, ainda, definir Criminalidade Itinerante através do *modus operandi* usado, ou seja, pela *“prática sistemática do roubo de bens ou da fraude (por exemplo, furto, roubo/furto em residências e, fora destas, furto organizado cometido em estabelecimentos*

²⁴ DGAI, disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=203&mid=000&sid=1&sid=000&cid=CNT4cf992f9f2f36>, em linha, consulta em 24 de maio de 2012

²⁵ Disponível em <http://www.statewatch.org/news/2010/nov/eu-council-itinerant-criminal-groups-15875-10.pdf>, em linha, consulta em 23 de maio de 2012

comerciais, furto cometido por carteiristas de forma organizada, furto de cargas, furto de metais, furto em estaleiros e fraude nas caixas multibanco ("skimming") ".²⁶

A Criminalidade itinerante, pela sua natureza, nomeadamente a grande mobilidade, a maior sofisticação nos processos e a diversificação das atividades criminosas, deve ser encarada como um fator de preocupação dos Estados e organizações internacionais. Neste sentido, para uma melhor perceção dos fenómenos criminais, é necessário haver um comprometimento das instituições, na partilha de informações, ao nível da cooperação policial, bem como uma agilização dos processos de cooperação judicial, constituindo uma prática corrente a utilização da informação em sede de processo-crime.

3.4 Enquadramento legal dos crimes associados à criminalidade itinerante

O crime, para a lei processual penal, é “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”²⁷. “O crime é uma ação típica, ilícita, culposa e punível: quer isto dizer que, em primeiro lugar tem de haver uma ação humana, isto é, tem de haver da parte de uma pessoa uma ação, um comportamento que seja dominado pela vontade” (Beleza, 2003, p. 15). Ser uma ação típica significa que ela tem de corresponder a um dos tipos da parte especial do Código Penal português, em princípio, pois algumas disposições da parte geral alargam esses tipos. Esse tipo deve ser dividido em duas partes para clareza de análise: o tipo objetivo e o tipo subjetivo. A parte subjetiva do tipo não é aquilo que objetiva e realmente se verificou, mas a representação dessa situação objetiva na mente do agente – saber se o agente tinha consciência e conhecimento da situação objetiva tal como ela se verificou. Para além da pessoa ter conhecimento de uma certa situação de facto, é preciso que tenha intenção de provocar um certo resultado (Beleza, 2003, p. 20 e 21). Uma ação pode não ser ilícita na medida em que a lei naquela situação concreta dá à pessoa o direito de se defender (por exemplo através da legítima defesa) (Beleza, 2003, p. 22). Uma ação não é considerada culposa quando, por exemplo, é cometida por indivíduos ditos inimputáveis. “A expressão punível não aparece aqui no sentido – punível pela lei penal, no sentido de corresponder a um tipo legal de crime, isso já está na expressão “típica”. Quando se utiliza a expressão

²⁶ Disponível em URL, p. 4, <http://www.statewatch.org/news/2010/nov/eu-council-itinerant-criminal-groups-15875-10.pdf>, em linha, consulta em 23MAI12

²⁷ Artigo 1.º n.º1 alínea a) do CPP

“punível” no fim desta definição, está-se a referir apenas aquilo a que vulgarmente se chama meras condições de punibilidade” (Beleza, 2003, p. 24).

Associando esta definição de crime ao fenómeno da criminalidade itinerante podemos considerar que o crime itinerante depende da ação humana intencional, é constituído por diversas ações típicas, devido à prática reiterada de crimes, sendo que, como elementos objetivos retiramos o resultado dos diferentes crimes, nomeadamente o lucro, e como elementos subjetivos a intenção de atingir, dia a dia, mais lucro.

Neste sentido podemos considerar que o crime itinerante está interligado ao crime organizado, e segundo aduz Valente *“o crime organizado gera, pela sua natureza, estrutura, funcionamento e finalidade, uma dificuldade acrescida de produção de prova que é essencial para o apuramento da culpabilidade como elemento do facto tipificador das atividades próprias da tipologia do crime em investigação”* (2009, p. 165).

Para José Braz, *“no ordenamento jurídico português, tal como na generalidade dos ordenamentos dos países ocidentais tomados como referência, em termos de direito comparado não existe uma definição legal do conceito de crime organizado que, de forma unívoca, delimite o seu conteúdo, embora o mesmo apareça referido em vários diplomas legais”* (2010, p. 280). Um exemplo do mencionado é o artigo 1.º, alínea m) do CPP, que o define como elemento qualificador de determinados tipos legais, designadamente a *“criminalidade altamente organizada”*, na medida em que as condutas exercidas pelo criminoso *“integram crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência, participação económica em negócio ou branqueamento”*.

No Código Penal (CP) (Lei n.º 61/2008, de 31/10) está previsto, no seu artigo 299.º, o crime de *“Associação criminosa”* – no qual pune *“quem promover ou fundar grupo, chefiar ou dirigir, fazer parte, apoiar ou prestar auxílio a organização ou associação, cuja finalidade ou atividade seja dirigida à prática de crimes.”* Também a matéria relativa ao terrorismo, considerando as inerentes preocupações que suscita no contexto da UE, aliada à crescente importância, foi regulada pela Lei n.º 52/2003 de 22 de agosto, diploma que transpõe para o ordenamento interno a Diretiva-Quadro 2002/475/JAI de 13 de julho. Foram, assim, revogados os artigos 300.º e 301.º do CP, e acrescentados dois novos tipos legais sob as epígrafes *“Outras organizações terroristas”* (art. 3.º) e *“Terrorismo internacional”* (art. 5.º), prevendo ainda a responsabilização penal de pessoas coletivas, sociedades e meras associações, pelos crimes previstos nos art.s 2.º e 5.º do diploma atrás

referido, “quando cometidos em seu nome, no interesse coletivo, pelos órgãos ou representantes, ou por uma pessoa sob a autoridade deste quando o cometimento do crime se tenha tornado possível em virtude de uma violação dolosa dos deveres de vigilância ou controlo que lhes incumbia” (art. 6.º).

Segundo dados do Projeto de Conclusões do Conselho da UE²⁸, sobre a luta contra os GCI, a experiência policial adquirida nos vários EM, que sofrem dos efeitos da criminalidade itinerante, tem mostrado que os GCI praticam com maior incidência os seguintes tipos de crime, contra a propriedade: obtenção fraudulenta de dados contidos em cartões bancários (“skimming”), furto e/ou roubo em residências, estabelecimentos comerciais, empresas, de cargas em viaturas nas autoestradas ou, mesmo, nas restantes vias, de metais, de máquinas pesadas em estaleiros, cometido por carteiristas de forma organizada e burla.

“Nos últimos dois anos foram identificados, pela PSP, 20 fenómenos criminais itinerantes, dos quais 7 manifestaram-se desde janeiro de 2011: Cash Trapping²⁹, falsos peditórios com furtos/roubos junto a ATM’s, furtos de residências com chaves falsas, furtos de estabelecimentos com arrombamento, furtos por carteiristas, furtos de cobre e metais não preciosos, furto de galeras e semirreboques” (Fernandes, 2011, pp 129-130).

Em Portugal, o tipo de criminalidade mais comumente registada, pela Guarda Nacional Republicana, “engloba: furto, roubo, burla, extorsão, ameaças, coação, recetação, ofensa à integridade física, tráfico de estupefacientes, falsificação ou contrafação de documentos, de cunhos, pesos e objetos análogos, contrafação e introdução fraudulenta no consumo” (Nascimento, 2011, p. 149).

3.5 O fenómeno da criminalidade itinerante na realidade internacional e portuguesa

3.5.1 A realidade portuguesa

Em 2012, um ano marcado por uma difícil conjuntura socioeconómica, o XIX Governo Constitucional de Portugal declarou assumir como grande prioridade a segurança

²⁸ Nota n.º 15875/10 GENVAL 19 ENFOPOL 314, de 05 de novembro de 2010 (16.11)

²⁹ *Cash trapping* consiste na aplicação de um dispositivo/objeto de plástico (em alguns casos, metálico) nos terminais de saída das notas dos ATM’s, com a intenção de ludibriar uma pessoa que pretende levantar dinheiro e que julga que o equipamento está avariado. Os lesados acabam por desistir das “operações bancárias”, abandonando o local. Nesse momento, os suspeitos procedem à remoção do dispositivo plástico/metálico e à consequente subtração do dinheiro retido (disponível em <http://actualidadesactuais.blogspot.pt/2012/03/cash-trapping.html>, em linha, consulta em 23 de julho de 2012)

de pessoas e bens através da implementação de políticas de prevenção e combate à criminalidade, especialmente à de cariz violento e grave (RASI, 2012, p. 1). Apresentou razões como a ampla dispersão geográfica em TN a par da frequência e persistência demonstradas pelos GCI, como também na distorção do sentimento de segurança das populações, no crescimento do fenómeno da criminalidade itinerante e do furto e roubo de metais não preciosos (RASI, 2012, p. 41).

*“Nos últimos dois anos, a Polícia de Segurança Pública (PSP) identificou 20 fenómenos de crimes itinerantes em território nacional (...). Estes crimes caracterizam-se por serem roubos de carros e a lojas, cometidos por grupos criminosos com ligações ao estrangeiro. (...) este “tipo de criminalidade é transacional e inclui portugueses e estrangeiros”. Nos tipos de crimes itinerantes mais frequentes destacam-se ainda os roubos por carteiristas, roubos de cobre, roubo com arrombamento a estabelecimentos comerciais e o furto de dinheiro através da utilização de uma placa metálica no dispositivo de saída de notas das máquinas multibanco, conhecido como “cash trapping”. Os crimes itinerantes são uma das preocupações da agenda europeia devido aos elevados prejuízos que provocam nos lojistas dos países membros. Estima-se que os grupos criminosos itinerantes são responsáveis por prejuízos superiores a 7,6 mil milhões de euros nos países da União Europeia”.*³⁰ *“Crianças de etnia cigana e com origem na Bulgária e na Roménia estão a ser vendidas pelo crime organizado para ser usadas por toda a Europa, incluindo Portugal, em peditórios de rua e furtos, duas atividades que alimentam financeiramente os grupos criminosos.”*³¹ A denúncia partiu de uma responsável da Europol, a italiana Mónica Quatrocchio³², que participou, num simpósio que decorreu no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no dia 27 de setembro de 2011, subordinado ao tema do crime transnacional. A técnica adiantou que este fenómeno do tráfico e utilização de crianças nas redes criminosas é comum a toda a Europa, incluindo Portugal. Acrescentou ainda, como exemplo, que uma investigação da Polícia Metropolitana de Londres permitiu concluir que cada criança conseguia em média 40 mil euros, na mendicância e no pequeno furto, por cada três meses e que esse dinheiro era enviado com regularidade para as redes de crime organizado na Roménia. Estas crianças,

³⁰ Disponível em <http://www.segurancaonline.com/noticias/detalhes.php?id=140>, em linha, consulta em 24 de maio de 2012

³¹ Disponível em asjp, <http://www.asjp.pt/2011/09/28/criancas-vendidas-para-ser-usadas-no-crime/>, em linha, consulta em 04 de fevereiro de 2014

³² Analista de informação criminal da Europol, especializada em furtos.

vendidas ou não, são usadas por “*grupos familiares romi, de natureza patriarcal, em que os homens e chefes têm um total controlo sobre as mulheres e os menores*”. Mas, mais grave ainda, é que “*muitas vezes estas estruturas familiares nem têm a noção de que a sua atividade é criminosa. Para eles, o furto é uma forma de vida*”. Mónica Quatrocchio referiu ainda que “*é comum a deteção de redes criminosas que atuam também em Portugal operam também em países como a Espanha, a França, a Itália, na generalidade dos países europeus, são itinerantes*”.³³

Durante o ano de 2010, e segundo dados do RASI desse mesmo ano, foram registadas 8.535 ocorrências³⁴, em Portugal, o que traduz uma diminuição de 1002 casos (-10,6%), relativamente aos valores de 2009. Relativamente ao ano de 2011, foram registadas, um total de 8.285 ocorrências, o que representa uma diminuição de 250 ocorrências (-2,9%), face ao ano de 2010 (RASI, 2011, 108). Relativamente ao ano de 2012, foram registadas no RASI, pelos OPC de competência genérica (GNR, PSP e PJ), um total de 395.827 participações criminais, o que representou um decréscimo de 2,3%, face a 2011 (menos 9.461 participações) (2012, p. 52).

A aprovação da Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos veio também oferecer novos instrumentos nesta área, nomeadamente na prevenção e combate à criminalidade itinerante (RASI, 2012, p. 28).

Ao nível nacional, o conceito vulgarmente aceite de “criminalidade itinerante” é o de “*uma atividade grupal, com uma estrutura ou hierarquia relativamente bem definida, que se dedica à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial de crimes contra o património, evidenciando uma forte flexibilidade na sua área de atuação, de grande dimensão, e de uma elevada mobilidade, com impacto a nível internacional e nacional e com possíveis ligações ao tráfico de seres humanos*” (Prates, 2011, p. 192).

A dificuldade para a sua investigação, pelas autoridades nacionais (policiais e judiciárias), e a complexidade de caracterização deste conceito deve-se, entre outros, aos seguintes fatores: difícil perceção dos diferentes graus de organização dos GCI; variabilidade da sua dimensão; multiplicidade dos crimes praticados, das nacionalidades e

³³ Disponível em asjp, <http://www.asjp.pt/2011/09/28/criancas-vendidas-para-ser-usadas-no-crime/>, em linha, consulta em 04 de fevereiro de 2014

³⁴ A generalidade das ocorrências participada ocorreu em zonas urbanas, com especial incidência nas áreas metropolitanas

diferentes níveis etários dos elementos constituintes dos GCI; incidência em todo o TN; caráter transfronteiriço.

Um dos elos de ligação, entre as autoridades policiais portuguesas e as congéneres europeias, é a Unidade Nacional Europol (UNE), na dependência funcional da Unidade de Cooperação Internacional da PJ³⁵. A UNE tem a missão de coordenar e partilhar, informação de uma forma proativa, em função das suas competências, entre os vários OPC dos EM. É importante realçar que esta partilha de informação, ao nível da Europol³⁶, deve obedecer aos princípios da segurança e da confiança dos operadores.

A criminalidade itinerante compreende os crimes praticados por grupos de três ou mais indivíduos. De acordo com fontes policiais portuguesas, a maioria desta criminalidade expressa-se nos assaltos a postos de revenda de combustível, a lojas de equipamento informático e de telecomunicações e a grandes superfícies, roubo na via pública, e o denominado “*carjacking*”, que surgiu nos últimos anos (Teixeira, 2006), mas também furtos a ourivesarias, a taxistas, a farmácias.

3.5.2 A realidade Internacional

No plano supranacional, como iremos analisar mais adiante, a criminalidade itinerante tem sido uma prioridade da atividade da EUROPOL. “*De facto, o relatório da UE de avaliação de risco do crime organizado – Organized Crime Threat Assessment (OCTA), refere a afetação de 19 Estados membros pelo fenómeno*” (Prates, 2011, p. 194).

A Europol tem sido um elo fundamental, no sentido da promoção da cooperação e colaboração entre os EM, promovendo não só a troca e partilha de informações, mas também com a criação de mecanismos facilitadores dessa cooperação e apoio ao combate (do fenómeno do crime itinerante), como é exemplo a constituição das Equipas de Investigação Conjuntas (JIT – *Joint Investigation Team*), às quais, mais à frente, será dada maior atenção.

Para além da Europol, a Eurojust e a Interpol, são também duas organizações preocupadas com o crescimento do fenómeno em estudo, e que, como iremos analisar no capítulo 6, são ferramentas que podem ser utilizadas pelos EM, no sentido do incremento da cooperação policial e judiciária na UE.

³⁵ Lei orgânica da Polícia Judiciária - Lei n.º 37/2008 de 06/08 (alterada pela Lei 26/2010, de 30 de agosto), art. 5.º n.º 2

³⁶ A Europol é um serviço europeu de polícia, incumbido do tratamento e intercâmbio de informação criminal

De uma forma geral a cooperação tem sido a chave para o sucesso do trabalho desenvolvido pelos EM, no sentido de combater este fenómeno na UE.

3.6 Síntese conclusiva

Uma das formas mais eficazes para a antecipação dos atos criminosos é através do poder da informação, pois está considerada como uma ferramenta capaz de prevenir todo o tipo de criminalidade grave. Desde o pequeno criminoso de rua até às grandes organizações, as bases de informações ajudam a prevenir os intentos criminosos (Brandão, 2011, p. 79). Por outro lado, a cooperação judiciária é sem dúvida um excelente caminho para complementar a possibilidade de efetivar a cooperação policial (Brandão, 2011, p. 88).

Depois de caracterizar os conceitos de criminalidade organizada, criminalidade itinerante e de se ter realizado uma breve análise ao enquadramento legal dos crimes associados ao fenómeno da criminalidade itinerante, vamos, de seguida, focalizar a nossa atenção para os Grupos Criminosos Itinerantes ou Móveis, nomeadamente ao nível da sua organização e *modus operandi*.

Capítulo 4

Grupos criminosos itinerantes ou grupos móveis de crime organizado

4.1 Prolegómenos

Neste capítulo pretende-se abordar dois tipos de grupos criminosos: os sedentários e os itinerantes. Ainda, de uma forma geral, analisar a sua origem, organização, *modus operandi* e os crimes perpetrados mais vezes identificados. Por último, estudaremos o perfil dos elementos pertencentes a estes grupos.

4.2 Caracterização dos Grupos

4.2.1 Grupos criminosos sedentários

Nos últimos anos, segundo dados do *Federal Government Department (FGD)* da Bélgica, têm vindo a aumentar os GCI que se tornaram sedentários, mas sempre que necessário (nomeadamente, quando são detetados pelas forças de segurança) tornam-se novamente itinerantes. Por vezes fortalecem a sua sedentarização através da compra de terrenos e propriedades, fixando a sua residência.

Estes grupos, apesar de os considerarmos sedentários, por vezes têm necessidade de se deslocar, especialmente quando são alvo de investigações policiais. O seu principal modo e sustento de vida é a atividade criminosa. Por norma, caracterizam-se pela organização interna, operando a uma escala nacional e internacional. Os menores e as mulheres participam ativamente nestas atividades (Tackling of Itinerant Criminal Groups new challenges, 2010, p.11).

4.2.2 Grupos Criminosos Itinerantes

Tomando como ponto de partida o conceito de Criminalidade Itinerante, define-se “grupo criminoso móvel (*itinerante*) ” (GCI) como uma associação de criminosos que

enriquecem mediante a prática sistemática do roubo de bens ou da fraude³⁷, que operam numa vasta área geográfica e estão ativos a nível internacional.³⁸ Normalmente tanto os indivíduos adultos como os menores são alvos de exploração para a prática desses crimes.

Como verificámos na secção anterior, segundo o art 2.º al. a), da UNTOC, estamos perante um “*grupo criminoso organizado*” quando é estruturado por três ou mais pessoas existente desde há um certo tempo e concertadamente, com o objetivo de cometer uma ou várias infrações graves ou infrações definidas nos termos da mesma convenção, para daí retirar direta ou indiretamente um benefício financeiro ou qualquer outro benefício material (Braz, 2010, p. 268). “*O conceito de criminalidade grupal pretende traduzir a ocorrência de um facto criminoso praticado por três ou mais suspeitos, independentemente do tipo de crime, das especificidades que possam existir no “grupo”, ou do nível de participação de cada interveniente. Um crime de ameaças, praticado por três indivíduos, é enquadrado neste conceito*” (RASI, 2010, p. 119).

Os GCI conseguiram massificar a atividade criminal, especializando-se numa vasta panóplia de crimes, praticados, de forma reiterada e sucessiva. Importa destacar o elevado grau de preparação e eficiência, nomeadamente nos casos dos furtos e roubos a residências, onde evidenciam *modi operandi* complexos e sofisticados. A intensificação da prática deste tipo de crimes concorre para aumentar, distorcer e/ou alterar de facto o sentimento de insegurança das populações, uma vez que constituem uma efetiva violação da esfera privada dos cidadãos, sem esquecer a grande exposição mediática. Para além do seu traço mais característico - a mobilidade - também a capacidade de adaptação dos GCI às estratégias policiais, associada a um conhecimento do funcionamento da máquina judicial e penal, cria obstáculos à ação repressiva das Forças de Segurança em cada país. Do mesmo modo, a utilização frequente de documentos de identificação falsificados e contrafeitos concorre para criar dificuldades acrescidas a uma efetiva cooperação a nível europeu (RASI, 2012, p.42), apesar de já existirem meios para dirimirem estas dificuldades como, por exemplo, as novas ferramentas informáticas, as bases de impressões digitais, os oficiais de ligação e novas formas de cooperação.

³⁷ Por exemplo, furto, roubo/furto em residências e fora destas, furto organizado cometido em estabelecimentos comerciais, furto cometido por carteiristas, furto de cargas, furto de metais, furto em estaleiros e fraude nas caixas multibanco (“*skimming*”)

³⁸ Conclusões do Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) de 2 e 3 de dezembro de 2010, sob presidência Belga

A experiência policial, adquirida nos vários países da UE, onde este tipo de criminalidade tem vindo a aumentar, tem mostrado que os GCI praticam com maior incidência os seguintes tipos de crime contra a propriedade: burla, obtenção fraudulenta de dados contidos em cartões bancários (*“skimming”*), furto/roubo em residências, em estabelecimentos comerciais, cometido por carteiristas, em empresas, de cargas de viaturas nas autoestradas ou, mesmo, restantes vias, de metais, de máquinas pesadas e em estaleiros de construção civil.³⁹

Este tipo de criminalidade afeta a maioria dos EM e, por conseguinte, merece especial atenção, tanto a nível nacional como europeu. A abertura das fronteiras na UE e a crise económico-financeira potenciaram o surgimento de novas formas de criminalidade e de novas organizações, nomeadamente destes GCI. Por sua vez, estas novas organizações exploraram novos “mercados” com base numa abordagem custo-benefício, abandonando outros. As autoridades policiais, de forma a acompanhar o crescimento deste fenómeno, têm apostado na formação, individual e institucional, melhorando os seus métodos de atuação.

Por conseguinte, as autoridades policiais assumiram o desafio e adotaram medidas para combater este fenómeno. Pois, os GCI caracterizam-se por cometerem diferentes tipos de crimes, especificamente contra a propriedade, e por responderem às tendências evolutivas da sociedade (por exemplo, aumento dos preços dos metais), ou a novas oportunidades (por exemplo, *skimming*), dependendo da conjuntura e da obtenção dos seus objetivos da forma mais fácil possível.

Segundo o FGD da Bélgica, um “Grupo Criminoso Itinerante” *é uma associação de criminosos, que:*

- *Pratica furtos em residências, em empresas ou estabelecimentos comerciais⁴⁰, incluindo roubo de carga dos veículos de transporte de materiais, furtos e roubos de metal de equipamentos pesados (em estaleiros de obras);*
- *Cujos membros são, principalmente, dos países do antigo bloco de leste⁴¹ ou criminosos sedentários Belgas;*

³⁹ Projeto de conclusões do Conselho sobre a luta contra os grupos criminosos móveis (itinerantes), Conselho da UE, nota n.º 15875/10 GENVAL 19 ENFOPOL 314, de 05 de novembro de 2010 (16.11)

⁴⁰ O *modus operandi* inclui arrombamentos, realizados durante a noite, através do telhado ou paredes. Os assaltos são geralmente precedidos por um reconhecimento. O objeto do furto, normalmente, é dinheiro e bens, bem como cofres inteiros.

⁴¹ A ex-União Soviética - hoje 15 estados independentes: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estónia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letónia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão,

- *Que opera ou é dirigido do exterior ou a partir de grandes áreas urbanas na Bélgica;*
- *Que comete um número considerável de crimes numa grande extensão do território e;*
- *Por vezes, explora menores para a realização de furtos e/ou roubo” (Tackling of Itinerant Criminal Groups new challenges, 2010, p. 3).*

No entanto, esta definição não exclui o facto destes GCI, poderem também, estar envolvidos noutros delitos, tais como, assalto à mão armada, *car*⁴² e *homejacking*⁴³, roubo de documentos valiosos e importantes, tráfico de veículos, furto qualificado e *skimming*⁴⁴.

A evolução do conceito de GCI é considerada a partir de três perspetivas: do crime contra o património e do seu nível de atividade; da natureza e a origem destes grupos, sendo que a mobilidade é a sua principal característica; do *modus operandi* (Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, 2010, p. 4).

Segundo dados do Conselho JAI de 13-14 de dezembro de 2011, a mobilidade destes grupos, muitas vezes originários dos países do Leste, é refletida na facilidade com que percorrem grandes distâncias num curto espaço de tempo, cometendo, em cada um deles, diversos crimes. Neste contexto, considerou o Conselho a existência de dois tipos de grupos: um que integra os indivíduos que entram e saem do país após o ato criminoso, e o outro dos que se implantam dentro do território criando uma rede. Habitualmente, têm uma estrutura bem definida e dedicam-se principalmente ao roubo, furto, tráfico de menores, prostituição e exploração de menores. Os lucros são reencaminhados para os países de origem, em forma de dinheiro. Nos casos de furto/roubo por encomenda, o bem é encaminhado por uma rede para a origem do pedido.

Ucrânia, Uzbequistão. Os países da ex-Jugoslávia estão incluídos também: República da Macedónia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Eslovênia, Kosovo e, finalmente, também a Albânia, Bulgária, Polónia, Roménia, República Checa, Eslováquia, Hungria.

⁴² O *carjacking* é um fenómeno criminal que consiste, essencialmente, no roubo de veículos na presença ou proximidade do seu proprietário, mediante coação física ou moral, geralmente com recurso a arma branca ou de fogo (*Carjacking*, disponível em <http://www.imtt.pt/sites/IMTT/Portugues/Condutores/Carjacking/Paginas/Carjacking.aspx>, em linha, consulta em 01 de agosto de 2012)

⁴³ Assalto a residências realizado quando os proprietários se encontram no seu interior (*Homejacking*, disponível em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aa/homejacking>, em linha, consulta em 21 de Agosto de 2012).

⁴⁴ *Skimming* é a cópia ilegal de dados da banda magnética do cartão multibanco, por meio de equipamento especializado. Além disso, os códigos (pin) são frequentemente registados (por exemplo, por meio de uma mini câmara) – Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Credit_card_fraud, em linha, consulta em 23 de julho de 2012.

4.3 Origem

O RASI de 2012 refere que o risco migratório tem origem, sobretudo, na Europa de Leste, associado às comunidades romena, georgiana e búlgara, evidenciando-se a comunidade romena de etnia cigana que se dedica à mendicidade e pequeno furto. Das mesmas nacionalidades, há referências à prática de criminalidade mais grave, como o tráfico de pessoas e alguma criminalidade violenta com recurso a armas de fogo. Ainda para a comunidade georgiana, durante o ano de 2012, observaram-se vários casos de prática de crimes de uso de documento falso ou falsificado (2012, p. 118).

A partir do fim dos anos 90 e inícios de 2000, começaram a ser identificados, na Europa, grupos oriundos da Europa Ocidental e Central que desencadearam furtos e roubos, em série, a residências, estabelecimentos, empresas e viaturas. Estes grupos criminosos atuavam de forma organizada e com métodos sofisticados, sabendo perfeitamente o que pretendiam. O dinheiro e os bens de fácil ocultação e escoamento (ouro, por exemplo, para ser vendido no mercado ilegal ou em mercados de material usado) eram os mais procurados. Iniciou-se, assim, o estudo do fenómeno da criminalidade itinerante, e por sua vez, do conceito de “*Grupo Criminoso Itinerante*”.

Neste contexto, as autoridades belgas, em comunhão de esforços com as francesas, procuraram caracterizar e definir devidamente o fenómeno, mas também o conceito de criminalidade itinerante, propondo a sua aceitação posterior aos diferentes EM da UE. Os EM têm sido sensíveis a estas novas formas de criminalidade, proporcionando uma melhoria significativa na cooperação policial internacional, em especial no que respeita à troca de informação policial e ao apoio operacional no decurso de investigações com impacto internacional.⁴⁵

4.4 Organização e modus operandi

4.4.1 Organização

Segundo o FGD, os GCI dos países do ex-bloco do Leste operam em pequenos grupos, constituídos por dois a cinco indivíduos, complementando amplas redes criminosas. Para os grupos que se deslocam para a Europa Ocidental, por períodos mais

⁴⁵ Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, 2010, pp. 10-11

curtos de tempo, a rede subjacente está localizada no país de origem. Esta rede é responsável pelo transporte de mercadorias roubadas e por controlar a composição dos grupos.⁴⁶

Os criminosos que residem na Europa Ocidental, por um longo período de tempo, configuram uma rede local. Estas redes são também utilizadas para tratar as mercadorias e associar regularmente outras pessoas ao crime. Além dos recetores, são formadas por outros elementos-chave, como por exemplo, aqueles com a responsabilidade pelo alojamento, logística e transportes. As redes são, normalmente, muito flexíveis. Ainda assim, alguns grupos usam estruturas fixas, especialmente os que são fortemente organizados e que tenham por objetivo o furto⁴⁷/roubo⁴⁸ por encomenda. Recetores, transportadores e indivíduos responsáveis pela logística trabalham em conjunto com vários grupos criminosos. A confiança entre os elementos dos GCI é fundamental, sendo, normalmente, a relação familiar a preferida. No entanto, não são excluídos os elementos de confiança da rede, sem laços familiares.⁴⁹

4.4.2 Modus operandi

Os GCI geralmente residem nas grandes cidades (ou bairros residenciais) e, tanto cometem crimes na área onde residem, como percorrem grandes distâncias para os realizar. As mercadorias roubadas são rapidamente vendidas ou transferidas para o país de destino. A escolha dos alvos (objetivos para a realização das atividades ilícitas) tem em conta as experiências anteriores e alguns reconhecimentos realizados aos locais. Os grupos mais experientes têm por norma aplicar o princípio da menor resistência durante os assaltos, isto é, procurando evitar o confronto com as vítimas. No entanto, as exceções são conhecidas, como por exemplo a chegada das autoridades policiais ao local do crime. Nestes casos, em regra, os agentes dos crimes não se coíbem do recurso à violência, quer contra as forças policiais quer contra as vítimas.⁵⁰

⁴⁶ Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, 2010, p. 11

⁴⁷ Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia (art.º 203.º, Código Penal, 2005, 9.ª Edição, Almedina)

⁴⁸ Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou pondo-a na impossibilidade de resistir alheia (art.º 210.º, Código Penal, 2005, 9.ª Edição, Almedina)

⁴⁹ Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, 2010, p. 11

⁵⁰ Idem, p. 12

O objetivo do crime itinerante é a aquisição de materiais de grande valor, como dinheiro, ouro, joias, dispositivos eletrônicos, *hardware*, *software*, que permita a facilidade de transporte e venda, e, acima de tudo, uma elevada recompensa financeira, no entanto se não encontrarem objetos de grande valor furtam o máximo possível, mesmo os de menor valor, para venda em mercados de 2ª mão. Os GCI ajustam-se facilmente aos métodos e táticas policiais e judiciárias, nomeadamente, através de várias estratégias de disfarces, como o uso de nomes e documentos falsos (o que não é típico no crime itinerante), realizando os crimes com viaturas roubadas (e após a realização dos crimes desfazendo-se das mesmas), não estacionando viaturas roubadas junto das residências, entre outros.⁵¹

Os GCI utilizam, por vezes, crianças inimputáveis na atividade criminal as quais, a partir dos cinco anos de idade têm treino específico, e após os oito iniciam a prática criminosa, através de furtos, roubos, assaltos a residências. Os menores são muitas vezes detidos em flagrante, pelas autoridades competentes, mas geralmente são libertados, continuando a exercer a mesma atividade, pois, no seio destes grupos existe um forte sentimento de impunidade (potenciado pelo conhecimento de sanções menores atribuídas às crianças). Ao nível do treino, constata-se que recebem formação para fazer desviar possíveis perseguidores policiais. Dentro dos grupos, os filhos menores são algumas vezes trocados e/ou vendidos entre diferentes clãs. Os pais, ou os guardiões, obrigam-nos a regressar a casa com uma certa quantidade de dinheiro ou material furtado, por dia, ameaçando-as com violência física ou outros tipos de advertências.⁵²

Pelo exposto até ao momento, poder-se-ão retirar as seguintes conclusões, relativamente ao conceito de criminalidade itinerante, segundo dados do FGD:

1. Os crimes mais identificados pelos GCI são *skimming* e furto qualificado, o furto/roubo a indivíduos isolados, a residências, a empresas. Fazem, também, furto de cargas das viaturas pesadas nas estradas, de metal e de maquinaria pesada nos estaleiros de construção/obras. De igual forma praticam exploração de menores;
2. Os GCI atuam de acordo com as oportunidades concedidas por uma sociedade global e da informação, em constante mutação;
3. As grandes cidades são, normalmente, escolhidas para a localização das residências temporárias, das bases logísticas e dos locais de reunião dos GCI;

⁵¹ Ibidem

⁵² Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, 2010, p.13

4. O dinheiro, o ouro e a joalharia são os artigos mais procurados, pela facilidade de transporte, de venda e da alta recompensa financeira;
5. A evolução da criminalidade organizada e, em particular dos Grupos Criminosos Sedentários, é alarmante. Segundo dados do FGD da Bélgica, um quinto dos crimes realizados na Bélgica são realizados por organizações criminosas;
6. A exploração de menores em atividades criminosas, tais como roubos/furtos em residências e por esticção, requerem atenção especial pelas forças policiais, judiciais e mesmo governamentais, devido ao crescimento deste fenómeno;
7. Os GCI, por norma, não estão isolados, fazendo parte de outras redes de organizações criminosas, que se encontram dentro, mas também fora do país;
8. Os GCI ajustam-se facilmente aos métodos e táticas policiais e judiciárias, nomeadamente, através de várias estratégias de disfarces, como o uso de nomes falsos, realizando os crimes com viaturas roubadas, ou, não cometendo delitos na área de residência;
9. O combate a este fenómeno exige uma abordagem a nível europeu, considerando o largo espectro internacional de atuação;
10. Os principais países de origem destes elementos criminosos são, geralmente, a Sérvia, a Roménia, a Moldávia (os Moldavos, normalmente, afirmam-se como romenos⁵³) e a Bulgária.⁵⁴

4.5 Os elementos pertencentes aos GCI: o perfil do criminoso

Os elementos destes grupos, por norma, são recrutados nos países de origem. Atualmente verifica-se que são oriundos principalmente de países da Europa de Leste (Roménia e Bulgária), Balcãs (Bósnios e Sérvios) e /ou de países de língua russa. Estes grupos são heterogéneos quanto ao sexo e idade (homens, mulheres e crianças). As mulheres e crianças geralmente estão envolvidas em crimes de moldura penal mais leve.

⁵³ Importa ainda referir que o conceito de “romeno” adquiriu uma dimensão e generalidade nem sempre ajustada a esta realidade. É comum referenciar-se situações em que alegados romenos são todos os oriundos de países de Leste, seja por aspeto físico ou língua utilizada, acontecendo ainda situações de indivíduos de países extracomunitários que se fazem passar por romenos, nomeadamente os oriundos da Moldávia, principalmente pela proximidade fronteiriça e pela semelhança da língua (Dados consultados em relatórios policiais)

⁵⁴ Ibidem, pp. 14-15

Deve referir que é comum usarem até mulheres grávidas, algumas menores, para as penas serem inferiores e terem histórias de cobertura.

Por vezes, menores romenos de ambos os sexos são retirados às famílias por organizações criminosas. As razões incluem o facto de estas famílias contraírem empréstimos que não podem reembolsar ou o aproveitamento das mesmas da atividade criminosa das crianças. Estes menores são então levados para fora dos seus países de origem, rumo a outros EM da UE. Quando interpeladas, na sequência de investigações policiais, as redes criminosas enviam-nos para outros estados europeus onde são obrigados a prosseguir as suas atividades ilícitas, normalmente, explorados por outras células da mesma rede. Torna-se assim difícil ajudá-los e subtraí-los a estas redes devido à extrema mobilidade das mesmas e às pressões familiares exercidas pelos clãs.⁵⁵

Os indivíduos identificados (ou detidos) no âmbito das ações policiais são, por norma, desempregados, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos e que farão desta atividade a sua fonte de rendimento, facto que só é possível em virtude de se tratar de uma atividade que lida, maioritariamente, com quantias pagas em numerário, e cujos registos são praticamente inexistentes, potenciando a continuidade e desenvolvimento desta prática delituosa.⁵⁶

O entrevistado n.º 5 (vide Apêndice A.2.7), refere que este criminoso tem pouca educação, cultura de nomadismo, aventureiro e o desejo de lucro fácil noutros países onde seja mais favorável exercer essas atividades criminosas.

Para o entrevistado n.º 2 (vide Apêndice A.2.7), o perfil do criminoso, varia desde os bem-falantes, bem vestidos, ou com um aspeto perfeitamente normal, até aos que apresentam um aspeto andrajoso. O aspeto também está relacionado com a natureza do crime que pretendem realizar. Muitos grupos têm laços familiares entre si, mas esta característica não é essencial para que os mesmos se enquadrem no âmbito da criminalidade itinerante. Já se observa o recrutamento de indivíduos nacionais, bem-falantes, com boa aparência, para executarem determinado tipo de ações, por exemplo, burlas da segurança social. Este é já um fenómeno de integração.

Para a entrevistada n.º 4 (vide Apêndice A.2.7), se quisermos perceber os bósnios, por exemplo, podemos dizer que integram famílias muito fechadas, com alguns traços de autismo, em que as crianças estão quase sempre fechadas em casa (haverá até situações de

⁵⁵ Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, 2010

⁵⁶ Dados consultados em relatórios policiais

maus tratos às crianças), muito pouca ligação entre os homens, as mulheres e as crianças. Um desprezo enorme pelo desenvolvimento destas e pela situação das mulheres, e má alimentação das crianças. Nestes grupos dominam claramente os homens, é um caso típico em que as mulheres são obrigadas a furtar.

O entrevistado n.º 3 (vide Apêndice A.2.7), refere que os “Roma” são violentos do ponto de vista interno, estrutura familiar. O chefe por norma é o mais velho, é muito respeitado, o que lhe garante a aceitação das suas imposições, que também por norma não são questionadas, pelo facto deste tipo de vida ser uma questão cultural.

Ainda, o entrevistado n.º 7 (vide Apêndice A.2.7), refere que não existe propriamente um perfil standard de indivíduo associado ao crime itinerante. O perfil vai depender muito do tipo de fenómeno a que está associado. Em todo o caso, há características que são comuns a todos os indivíduos: flexíveis de movimentos, desconfiados, conhecedores dos sistemas jurídicos dos países onde atuam.

Para o entrevistado n.º 10 (vide Apêndice A.2.7), podemos definir o perfil do criminoso como estando na faixa etária entre os 20 e 35 anos, é um indivíduo altamente especializado no que faz, que consegue disseminar, facilmente, os seus conhecimentos pelos outros elementos do grupo.

4.6 Síntese conclusiva

De tudo o que já foi exposto, podemos definir o grupo criminoso itinerante como uma associação, constituída por vários elementos, que enriquecem mediante a prática sistemática do roubo de bens ou da fraude, que operam numa vasta área geográfica e estão ativos a nível internacional, complementando amplas redes criminosas. Estes grupos adaptam-se facilmente aos métodos e táticas policiais e judiciárias, nomeadamente, através de várias estratégias de disfarces.

Relativamente ao perfil do criminoso itinerante estará na faixa etária entre os 20 e 35 anos, é altamente especializado, conseguindo transmitir facilmente os seus conhecimentos aos outros elementos do grupo.

Após a caracterização do fenómeno da Criminalidade Itinerante, pretendemos, seguidamente, analisar a relação entre o crime de auxílio à imigração ilegal e os objetivos dos GCI.

Capítulo 5

A imigração ilegal na Criminalidade itinerante

5.1 Prolegómenos

O princípio da livre circulação dos cidadãos na UE oferece não somente oportunidades aos cidadãos que agem na boa-fé, mas pode ser usado por criminosos para finalidades ilegais, em todos os EM da UE. Por tudo isto, as limitações a esta liberdade devem bem ser justificadas e proporcionais.

Normalmente, o crime de auxílio à imigração ilegal é praticado em conexão com outros crimes, a troco de ganhos financeiros, com vista à obtenção de entrada ou estadia ilegal, nomeadamente a falsificação de documentos ou licenças obtidas por meios fraudulentos, o lenocínio, a extorsão, a burla relativa a emprego, o fornecimento de transporte clandestino ou outro tipo de ajuda, frequentemente associada a diversas atividades criminosas, como por exemplo a criminalidade itinerante.

Neste capítulo pretendemos analisar a influência da prática do crime de auxílio da imigração ilegal no crescimento do fenómeno da Criminalidade Itinerante, refletindo-se numa ameaça constante à segurança e tranquilidade dos cidadãos. Decorrente do atrás explanado, iremos analisar a tipificação e implicações deste tipo de crime.

5.2 O crime de auxílio à imigração ilegal: tipificação e implicações

Um dos pilares da UE é a livre circulação de pessoas, o qual através do Acordo de Schengen, facilitou as viagens, as migrações e ampliou as opções de trabalho para os cidadãos dos países membros. Sem mencionar as vantagens económicas do livre fluxo de mercadorias e também do acesso ilimitado aos mercados de trabalho, Schengen ajudou a reforçar a cooperação na área da Justiça entre os EM. Facilitou, ainda, a maneira de lidar com cidadãos que entram ilegalmente no país, através do acordo de repatriação, permitindo, este, que possam ser mandadas de volta aos países da área Schengen por onde entraram ilegalmente.

O crime de auxílio à imigração ilegal está previsto no art.º 183.º da Lei 23/2007, de 4 de Julho, com as alterações introduzidas pela lei 29/12, de 9 e agosto – Lei de Estrangeiros, estipulando o seu n.º 1 que *“quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com*

pena de prisão até três anos”, e segundo o n.º 2 se houver uma “intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de um a cinco anos”, o n.º 3 refere ainda que “se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos”.

O artigo atrás enunciado reproduz, com adaptações, o preceituado nos artigos 1.º e 2.º da Diretiva 2002/90/CE do Conselho, de 28 de Novembro, relativa à definição do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares, bem como o artigo 1.º da Decisão - quadro do Conselho, de 28 de Novembro de 2002, relativa ao reforço do quadro penal para a prevenção do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares.⁵⁷

Ao nível do direito nacional, a tipificação da ilicitude do crime de auxílio à imigração ilegal tem origem no DL n.º 59/93, de 3 de Março, à luz do disposto no seu artigo 93.º. Este artigo fazia referência apenas à entrada irregular, sem determinar os seus pressupostos. O DL n.º 244/98, de 8 de Agosto, nos termos do seu artigo 134.º, aumentou a moldura penal, precedendo à introdução da referência à ilicitude do auxílio quando operado “por qualquer forma”. O mesmo DL, na sua última redação, introduzida pelo DL n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, acrescentou, por via do artigo 134.º-A⁵⁸, a referência às penas aplicáveis às pessoas coletivas e equiparadas, atualmente no n.º 5 da norma. O n.º 3, que passa a cominar um importante agravamento da moldura penal quando o auxílio seja prestado em condições desumanas ou degradantes ou fazendo perigar a vida ou a integridade física do cidadão estrangeiro, não tem correspondência no texto do artigo 134.º-A, da última redação do anterior diploma e constitui a única alteração a esta norma.⁵⁹

“O n.º 1 apresenta, em relação ao n.º 2, duas grandes diferenças: uma reside no facto de no primeiro caso o ato de favorecimento ou facilitação visar somente a entrada

⁵⁷ Queixas eletrónicas - centro de informação legislativa, disponível em <https://sites.google.com/site/legislacaomai/Home/auxilio-a-imigracao-ilegal>, em linha, consulta em 15 de Setembro de 2013

⁵⁸ Auxílio à migração ilegal: 1-Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até 3 anos. 2- Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos. 3- A tentativa é punível. 4- As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 134.º são as de multa, cujos limites mínimos e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da atividade de um a cinco anos

⁵⁹ Queixas eletrónicas - centro de informação legislativa, disponível em <https://sites.google.com/site/legislacaomai/Home/auxilio-a-imigracao-ilegal>, em linha, consulta em 15 de Setembro de 2013

*ou o trânsito ilegais, enquanto no segundo, também se incluir a permanência ilegal. Outra consiste na circunstância de na primeira hipótese, ao preenchimento do ilícito ser indiferente a intenção do agente, desde que não tenha por objetivo a obtenção de lucro, enquanto na segunda a "intenção lucrativa" é elemento determinante do tipo. O n.º 3, por seu turno, apresenta uma variação relativamente ao n.º 2, em razão da especial condição em que o auxiliado for tratado pelo agente autor do crime. Em tais circunstâncias, se o auxílio à imigração for prestado de tal forma que represente um atentado à dignidade da pessoa humana, a moldura penal é agravada (...). De dois a oito anos será ainda a pena caso o cidadão estrangeiro se encontre ou tenha sido transportado de modo a pôr em perigo a sua vida (basta a atividade perigosa; não se exige o resultado) ou a causar-lhe efetivamente a morte ou a ofender gravemente a integridade física (é essencial a produção de um resultado danoso) ”.*⁶⁰

As medidas de coação mais gravosas (prisão preventiva) estão relacionadas com criminalidade complexa e grave, nomeadamente a associação de auxílio à imigração ilegal, violação da interdição de entrada, falsificação/contrafação de documentos, lenocínio e tráfico de pessoas, auxílio à imigração ilegal e uso de documento alheio (RIFA, 2012, p. 38).

Segundo dados do RASI de 2012, em termos do registo de criminalidade associada à imigração ilegal, importa realçar os crimes de Falsificação/Contrafação de Documentos, Auxílio à Imigração Ilegal, Casamento de Conveniência, Uso de Documento Falso/Falsificado, Violação de Interdição de Entrada, Lenocínio. Em termos de vítimas, importa salientar a identificação de 135 vítimas de diversos crimes, cujas principais nacionalidades são: Portugal, Brasil, Desconhecidos, Nigéria, Roménia, Croácia e Senegal. Quanto à tipologia de crime, a repartição, considerando a nacionalidade, é a seguinte:

- Auxílio à imigração ilegal: Portugal, Brasil, Senegal, Guiné-Bissau e Nepal;
- Casamento de conveniência: Portugal;
- Tráfico de pessoas: Desconhecidos, Nigéria, Croácia, Portugal, Ucrânia;
- Lenocínio: Brasil, Portugal e Rússia;
- Falsificação/Contrafação de documentos: Portugal, Roménia (RASI, 2012, p. 121).

⁶⁰ Legislação – SEF, disponível em <https://sites.google.com/site/leximigratoria/artigo-183-o-auxilio-a-imigracao-ilegal>, em linha, consulta em 15 de Setembro de 2013

Como podemos verificar, em certa medida, existem pontos de contacto entre o crime de auxílio à imigração ilegal e o de tráfico de pessoas, sempre que a vítima seja cidadão estrangeiro em situação ilegal no país de destino e o fim da conduta se reveja nos propósitos tipificados no art. 160.º do CP.⁶¹

Impõe-se, seguidamente, realizarmos uma pequena caracterização das vítimas e dos agressores no crime de auxílio à imigração ilegal.

5.3 As vítimas e os agressores no crime de auxílio à imigração ilegal

O objetivo dos agressores é escolhido segundo três critérios: atratividade, oportunidade e acessibilidade. A atratividade diz respeito aos ganhos esperados, a oportunidade para as hipóteses de sucesso esperado e com a acessibilidade, a facilidade de acesso ao objetivo (Bernasco & Luykx, 2003, pp 986-987). Realizam, também, reconhecimentos prévios e só depois escolhem as suas metas específicas (Bernasco & Nieuwbeerta, 2005, p. 297; Gabor & Gottheil, 1984).⁶²

A maioria dos agressores são experientes, com um mínimo de dez crimes cometidos e com registo criminal, no seu país de origem, ou mesmo de um país terceiro. Os crimes cometidos incluem crimes contra a propriedade, fraude, falsificação e, por vezes crimes de drogas (Daele, 2009, p. 10).

Alguns grupos criminosos têm pelo menos um elemento que é incorporado na sociedade local e/ou tem residência nesse país. (Daele, 2009, p. 11). Os GCI seguem um esquema de preparação totalmente diferente dos restantes, operando a maioria das vezes em série. Usando estratégias tais como a vitimização repetida, planeamento, reconhecimento e mapeamento, com o objetivo de se familiarizarem com os seus objetivos, obtendo o máximo de informação possível (Palmer et al, 2002, p. 12; Van der Kemp & Van Koppen, 2007, p 353).⁶³

Os grupos do crime organizado, considerados mais perigosos e violentos, são aqueles capazes de controlar o processo completo, desde o recrutamento ao tráfico de pessoas, para trabalho forçado ou prostituição, incluindo transporte, fornecimento de documentos, a execução da corrupção ao mais alto nível e a lavagem de dinheiro. Estes

⁶¹ Legislação – SEF, disponível em <https://sites.google.com/site/leximigratoria/artigo-183-o-auxilio-a-imigracao-ilegal>, em linha, consulta em 15 de Setembro de 2013

⁶² Daele, 2009, p.7 a 9

⁶³ Idem, p. 12 e 13

grupos têm a capacidade de lidar com grande número de vítimas e estabelecer bases logísticas e contactos em países de origem, trânsito e destino. Altamente flexíveis na sua natureza conduzem operações com células ativas em vários EM, transferindo facilmente vítimas de um país para outro. Em alguns casos, as vítimas são utilizadas para controlar outras (vítima controla vítima), existindo uma distribuição complexa das funções, dentro destas redes criminosas.⁶⁴

As vítimas são pessoas que procuram alternativas para melhorar a sua situação económica, vão à procura de uma melhor qualidade de vida, acreditando nas promessas, sendo enganadas e iludidas quanto ao emprego, à remuneração, a projetos de vida aliciantes e com a criação de laços afetivos. Por vezes vêem-se privadas da sua liberdade através da força ou condicionada a sua vontade através da retenção de documentos ou da iniciação no consumo de drogas. Pelo facto, de se socorrerem das redes de crime organizado para conseguirem documentação falsa, tornam-se vítimas para os traficantes, uma vez que as despesas da documentação, viagens, alojamento, alimentação, serão pagos pelas mesmas através da imposição de dívidas, após a chegada ao local de destino, com o seu próprio trabalho, sendo montantes claramente inflacionados.⁶⁵

Como analisamos no capítulo 4, relativamente aos agentes da criminalidade itinerante, ao contrário dos GCI, os Grupos Criminosos Sedentários utilizam crianças inimputáveis na atividade criminal as quais, a partir dos cinco anos de idade têm treino específico, e depois dos oito iniciam a prática criminosa, através de furtos, roubos, assaltos a residências. Os menores são muitas vezes detidos em flagrante, pelas autoridades competentes, mas geralmente são libertados, continuando a exercer a mesma atividade, pois, no seio destes grupos existe um forte sentimento de impunidade (potenciado pelo conhecimento de sanções menores atribuídas às crianças). Ao nível do treino, constata-se que recebem formação para fazer desviar possíveis perseguidores policiais. Dentro dos grupos, os filhos menores são algumas vezes trocados e / ou vendidos entre diferentes clãs. Os pais, ou os guardiões, obrigam-nos a regressar a casa com alguma quantidade de dinheiro ou material furtado, por dia.

⁶⁴ *Europol Public Information*, EU ORGANISED CRIME THREAT ASSESSMENT, OCTA 2011, O2 – Analysis & Knowledge, The Hague, 28/04/11, File no. 2530-274, p. 19

⁶⁵ APAV - Manual de Apoio à Vítima, disponível em http://apav.pt/sul/manual_SUL.pdf, em linha, consulta em 15 de setembro de 2013, p. 12

Segundo dados do RASI de 2011, em Portugal, a criminalidade itinerante está associada a alguns migrantes pertencentes a países da UE (Roménia e Bulgária) e extra UE (Sérvia e Croácia), na prática de mendicidade⁶⁶, pequenos furtos e prostituição. Existem indícios de associação a criminalidade violenta e grave com recurso a armas de fogo, bem como no tráfico de pessoas e no lenocínio. *“Por outro lado, foram identificados grupos de cidadãos do leste europeu (Geórgia, Bulgária, Lituânia, República Checa e Roménia), que se dedicam à prática de furtos de residências e outros ilícitos criminais, cujo padrão de organização está associado a um cariz transnacional e itinerante”* (2011, p. 89).

5.5 Novas abordagens europeias

O fenómeno da criminalidade itinerante tem claramente uma dimensão internacional. A mobilidade é a principal característica dos GCI⁶⁷. Esta dimensão torna-se evidente, em primeira instância, pelas atividades criminais cometidas num país por agressores que são originais de outro país. Uma ação pró-ativa só será possível se este fenómeno for colocado na agenda política internacional, implicando todos os estados, independentemente se são países de destino ou países de origem. Importante, também, é criar uma definição comum de criminalidade itinerante, aceite pela maioria dos estados, por forma a aumentar o reconhecimento destas questões. Uma vez esse passo concretizado, será possível ao nível político implementar novas medidas judiciais e policiais.⁶⁸ A fim de combater com êxito as atividades desses grupos, há necessidade de uma estreita cooperação entre EM, nomeadamente da UE.

A evolução dos GCI é considerada a partir de três perspetivas: a prática do crime contra a propriedade e o seu nível itinerante; a natureza e origem destes grupos; o seu *modus operandi*.⁶⁹ Dois tipos de agressores se destacam:

- Agressores com intenções criminosas quando entram noutro país. Geralmente permanecem por períodos mais curtos. Em seguida, retornam ao seu país natal ou viajam para outro (europeu), para continuar as suas atividades criminosas. Por norma são controlados a partir do seu país de origem.

⁶⁶ Art. 296.º do CP – Crime de Exploração de menor na mendicidade – Quem explorar menor de 16 anos ou pessoa psiquicamente incapaz, utilizando-o para mendigar, é punido com pena de prisão até 3 anos

⁶⁷ Tackling of Itinerant Criminal Groups new challenges, 2010, p.10

⁶⁸ Idem, p. 30

⁶⁹ Tackling of Itinerant Criminal Groups new challenges, 2010, p.4

- Outros deslocam-se para outro país com o objetivo de construir uma vida melhor, permanecendo nesse quer estejam legais ou não. Para alguns não é fácil alcançar uma vida melhor de uma maneira honesta, por isso recorrem ao crime para ganhar dinheiro, rápido e fácil.

A ação pró-ativa só será possível através de novas ações policiais e judiciais para controlar ainda mais os GCI, nomeadamente ao nível das informações (no plano estratégico, tático e operacional), do policiamento geral, de uma abordagem mais repressiva, do pós-tratamento de vítimas e do acompanhamento dos agressores condenados. Esta é a forma como os tribunais, os serviços policiais, as autoridades e os cidadãos, em geral, devem unir forças e assumir a sua responsabilidade.⁷⁰ No mundo globalizado, em que vivemos, e em constante transformação, estes grupos tendem a adaptar-se muito rapidamente e neste sentido é importante que as novas tendências criminais devam ser rapidamente identificadas, pelas autoridades responsáveis, e divulgadas a todos os estados interessados. Neste sentido, é fundamental o permanente estudo e acompanhamento dos diferentes grupos criminosos e das redes a eles inerentes.

Em Portugal, existem indícios de fraude ao Estado, sobretudo por alguns cidadãos romenos, em grande parte de etnia Roma, através do registo legal nos termos do regime da livre circulação de cidadãos da UE, utilizando comprovativos de inscrição, enquanto trabalhadores independentes, nos serviços fiscais e de segurança social portugueses. Depois, estes mesmos cidadãos *“procedem ao cancelamento da referida inscrição e solicitam o Rendimento Social de Inserção junto da Segurança Social, conjugando a sua situação documental em Portugal e a inexistência de meios de subsistência. Por vezes são utilizados documentos falsos para aumentar o agregado familiar e obter um subsídio de montante superior”* (RASI, 2011, p. 90).

Além das iniciativas já existentes, a necessidade de uma maior cooperação da UE para enfrentar este iminente problema, o fenómeno da criminalidade itinerante, foi levantado pelos EM na reunião do Conselho JAI de 13-14 de Dezembro de 2011, com base numa nota da França, Alemanha, Itália e Espanha. A UE já adotou uma série de instrumentos destinados a melhorar a cooperação em matéria penal - matérias que já estão em bom funcionamento ou em fase de implementação. Estes instrumentos incluem, entre outros, o MDE, a convenção da UE sobre assistência jurídica mútua, as decisões de

⁷⁰ Idem, p. 16

Prüm⁷¹, as decisões ECRIS⁷² e a estrutura para EIC. Todos estes instrumentos são importantes para a efetiva investigação e repressão de infrações penais.⁷³ No capítulo 6.4.2. iremos abordar as EIC e o MDE.

Segundo o RIFA de 2012, o SEF foi o primeiro órgão de polícia criminal português a concretizar uma ação desenvolvida por uma EIC criada no quadro da Eurojust, a qual envolveu as autoridades de Portugal, Reino Unido e França. A criação desta equipa ocorreu no âmbito de uma investigação sobre os crimes de casamento de conveniência, associação criminosa e auxílio à imigração ilegal praticados por uma rede altamente organizada, a qual cobrava avultadas quantias monetárias a imigrantes ilegais para efeitos de regularização. Para além de casamentos de conveniência e do auxílio à imigração ilegal, esta rede também adquiria documentos de identificação portugueses (passaportes, bilhetes de identidades, cartões do cidadão e cartas de condução), para posterior falsificação e venda. Esta equipa permitiu uma ampla partilha de informação bem como a determinação e execução, em simultâneo, dos mandados judiciais nos três países, contando com a participação de cerca de 120 elementos (50 franceses; 40 portugueses; 30 ingleses), bem como da Europol, nos locais de atuação e na sede Eurojust, tendo sido possível proceder à avaliação concreta das ações a empreender, bem como a relevância dos meios de prova a apreender (RIFA, 2012, p.38).

É importante considerar a forma como os EM podem ainda aumentar o uso de informações policiais através de meios de partilha de informação existentes. Isso poderia,

⁷¹ A Convenção de Prüm foi assinada em 27 de Maio de 2005 em Prüm (Alemanha), entre sete EM - Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Espanha, e a Holanda. Foi criticada por ter sido negociada e adotada de forma muito pouco transparente e sem ter sido sujeita a um controlo democrático efetivo (o Parlamento Europeu não foi envolvido e os Paramentos nacionais apenas são chamados a pronunciar-se na fase de ratificação). Esta Convenção define um quadro legal que visa o desenvolvimento da cooperação entre os EM contratantes, no domínio da luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiras e a imigração ilegal. Regula, assim, o intercâmbio de informações sobre dados ADN, impressões digitais, registo de veículos e dados pessoais e não pessoais no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes (disponível em http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_dicionario.asp?submenu912, em linha, consulta em 13 de fevereiro de 2014)

⁷² O sistema europeu de informação sobre os registos criminais (ECRIS) é um sistema informático descentralizado. Os dados dos registos criminais deverão ser exclusivamente conservados em bases de dados geridas pelos EM, não havendo acesso direto on-line às bases de dados dos registos criminais dos outros EM. Os EM deverão ser responsáveis pelo funcionamento das bases de dados nacionais dos registos criminais e pela eficácia dos intercâmbios em que participam. A infra-estrutura de comunicação comum do ECRIS deverá ser inicialmente a rede de Serviços Seguros Transeuropeus de Telemática entre Administrações (S-TESTA). Todas as despesas respeitantes à infra-estrutura de comunicação comum deverão ser cobertas pelo orçamento geral da EU (disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:3>, em linha, consulta em 13 de fevereiro de 2014)

⁷³ Council of the European Union, 6038/12, ENFOPOL 23, 2012, p. 3

por exemplo, ser alcançado através da base de dados do EIS (Sistema de Informações da Europol). O EIS é um sistema que permite o acesso a uma ampla gama de informações, incluindo dados biométricos, tais como perfis de ADN, impressões digitais e fotos de suspeitos e/ou agressores. A pré-condição essencial para o EIS ter eficácia é ser alimentado, com informações relevantes, por todos os Estados. Por outras palavras, quanto mais dados sobre a criminalidade itinerante for inserida neste sistema, maiores serão as hipóteses de cruzamento de informações para identificar novas pistas.⁷⁴

5.6 Síntese conclusiva

A sociedade moderna é caracterizada, entre outros, pela internacionalização, mobilidade e informatização. Todos esses fatores potenciam o aparecimento de novos fenómenos de criminalidade, *modi operandi* e tipos de criminosos. Os grupos criminosos de forma rápida responderam às oportunidades criadas pelo desaparecimento das fronteiras internas e a criação de novos mercados. A fim de os combater, é essencial atualizar a informação destes grupos em função da estratégia a ser seguida. Esta nova abordagem significa mais um passo no sentido de um mais eficaz combate a estes GCI e a união de forças irá certamente levar a uma sociedade mais segura.⁷⁵ “*A crescente interdependência do mundo, designadamente como resultado do desenvolvimento nos transportes, nas comunicações, no processamento de dados e nas tecnologias, criou novas oportunidades para a humanidade, mas também tornou o mundo mais complexo e vulnerável*” (Fischer, 1993, p. 167, in Brandão, 2011, p. 14).

No capítulo seguinte iremos abordar a questão da cooperação, entre as forças e entidades com responsabilidade nesta área, em particular no que diz respeito às ações de combate ao fenómeno em estudo, no campo policial e judiciário.

⁷⁴ Council of the European Union, 6038/12, ENFOPOL 23, 2012, p. 4

⁷⁵ Tackling of Itinerant Criminal Groups new challenges, 2010, p.31

Capítulo 6

Cooperação policial e judiciária no combate à criminalidade itinerante

6.1 Prolegómenos

A cooperação tem sido a chave para o sucesso do trabalho desenvolvido pelos EM, no sentido de combater o fenómeno da criminalidade itinerante na UE. Podemos apontar como marco, de imposição de uma cooperação judiciária em todos os campos e não apenas no do terrorismo, a Convenção Europeia Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os EM da União Europeia (CEAJMMP), de Bruxelas, aprovada a 29 de maio de 2000. A CEAJMMP/2000 foi aprovada sob a égide dos princípios fundamentais da legislação e do respeito pelos direitos e liberdades individuais consagrados na CEDH (Brandão, 2010, p. 78).

O objetivo da cooperação policial e judiciária em matéria penal, parte estruturante da UE como “espaço de liberdade, de segurança e de justiça”, pode deparar-se com a dificuldade dos novos instrumentos normativos comunitários, a exigir procedimentos complexos e muito negociados para que os atos finais venham a ser adotados (Sousa, 2005, p. 125). Uma forma eficaz para a antecipação dos atos criminosos é através do poder da informação, pois é considerado como a única ferramenta capaz de prevenir todo o tipo de criminalidade grave. Desde o pequeno criminoso de rua até às grandes organizações, com uma base de informações consegue-se prevenir de forma eficaz qualquer intento criminoso (Pires, 2011, in Brandão, 2011, p. 79).

6.2 O papel das instituições de cooperação policial e judiciária no desmantelamento de redes criminosas transnacionais

O fundamento para a abertura das fronteiras e a criação do mercado único⁷⁶ na UE, teve como principal objetivo a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. *“Entendeu-se que essa liberdade de circulação permitia um maior dinamismo da*

⁷⁶ O Mercado Único foi instituído no âmbito da União Europeia e entrou em vigor a 1 de janeiro de 1993. Assenta em quatro princípios fundamentais: livre circulação das mercadorias, dos serviços, dos capitais e das pessoas entre os estados-membros da União. A criação do Mercado Único veio facilitar as trocas e, de uma maneira geral, os contactos entre os países-membros, e reforçar a importância da União enquanto principal potência comercial do mundo (disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$mercado-unico](http://www.infopedia.pt/$mercado-unico), em linha, consulta em 25 de julho de 2012)

economia com vantagens para o desenvolvimento socioeconómico” (Davin, 2007, p. 119). No entanto, esta abertura de fronteiras e liberdade de circulação constituiu, também, uma nova oportunidade para a prática de crimes. Neste sentido, os EM sentiram necessidade de incrementar, no espaço europeu, novas medidas de cooperação policial e judiciária, criando assim o “*Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça*”⁷⁷, de forma a tentar “*combater*”, ou pelo menos controlar, o fenómeno da criminalidade.

Podemos afirmar que “*a cooperação policial formal entre os Estados-Membros teve o seu início em 1976, com a criação de grupos de trabalho denominados “grupos de Trevi”* (Davin, 2007, p. 119). Estes grupos eram constituídos por altos funcionários, responsáveis pela preparação das decisões a tomar pelo Conselho de Ministros Europeus, e tinham como principal objetivo o estudo do fenómeno do terrorismo, dos problemas de organização e formação dos organismos de polícia.

“A articulação das estratégias de segurança existentes assenta pois no firme compromisso de continuar a fazer progressos no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça através de um modelo de segurança europeu para responder aos desafios que se colocam à UE. Assim, o conceito de segurança deve ser entendido como um conceito amplo e completo, que se estende a múltiplos setores, a fim de fazer face a essas graves ameaças e a outras que tenham um impacto direto na vida, na segurança e no bem-estar dos cidadãos europeus. A cooperação das autoridades policiais e de controlo das fronteiras, das autoridades judiciais e de outros serviços relacionados, por exemplo, com os setores da saúde, da segurança social, da proteção civil e da segurança rodoviária, é um elemento essencial. Nesse enquadramento, os programas de trabalho plurianuais da UE têm privilegiado o reforço da cooperação operacional” (RASI, 2011, p. 201).

Pretendemos, seguidamente, realizar uma breve análise dos principais canais e mecanismos de cooperação policial e judiciária, ao nível europeu e mundial.

6.3 Cooperação internacional: o papel da Interpol e da Europol

O conceito de cooperação policial europeia pode ser definido “*como a atuação combinada ou a assistência entre os EM da União, no vasto espectro que abrange a*

⁷⁷ O Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça constitui um elemento essencial da resposta da UE aos desafios europeus e mundiais, atuais e futuros, sendo um contributo fundamental na resposta às expectativas e preocupações dos cidadãos (RASI, 2011)

prevenção e o combate à criminalidade em geral, e, em particular a que, assumindo natureza transnacional, pode afetar diversos EM – como o tráfico ou a criminalidade económico-financeira – ou a que atenta contra os valores mais basilares das sociedades democráticas – como é o caso do terrorismo, tendo como objetivo último garantir um elevado nível de proteção dos cidadãos” (Valente, 2006, p. 228). Os objetivos deste tipo de cooperação estão desenvolvidos no quadro normativo-institucional estabelecido no Título VI do Tratado da União Europeia (TUE), em particular no seu artigo 29.º, estipulando como objetivo específico *“facultar aos cidadãos um elevado nível de proteção num espaço de liberdade, segurança e justiça, mediante a instituição de ações em comum entre os EM no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal”* (Valente, 2006, p. 228).

Os desenvolvimentos do crime transnacional e as reações ao problema da imigração ilegal têm resultado na criação de novas agências no domínio da cooperação policial.

6.3.1 O papel da Interpol

A Interpol, apesar de estar fora do objetivo principal do presente estudo (criminalidade itinerante e cooperação europeia), entendemos como de particular importância a sua referência, neste momento, considerando o seu papel essencial na cooperação policial, ao nível mundial.

A Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC - INTERPOL) é uma organização mundial de cooperação policial criada em 1923. Os seus membros são as forças de segurança que operam nos 190 países⁷⁸ que a constituem. Os objetivos encontram-se sintetizados no art. 2.º dos estatutos: *“assegurar e desenvolver a assistência recíproca entre todas as autoridades de polícia criminal no quadro da legislação existente nos diferentes países e no espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem”* e *“estabelecer e desenvolver todas as instituições capazes de contribuir eficazmente para a prevenção das infrações de direito comum”* (RASI, 2010, p. 226).

No sentido de assegurar a coordenação, cada país designou um organismo, Gabinete Nacional da Interpol⁷⁹, para ser o elo de ligação entre os órgãos e autoridades de

⁷⁸ INTERPOL, disponível em <http://www.interpol.int/About-INTERPOL/Overview>, em linha, consulta em 28 de junho de 2012

⁷⁹ O GNI está funcionalmente integrado no Departamento Central de Cooperação Internacional da PJ – Ministério da Justiça. Este Gabinete assegura as ligações com as autoridades e instituições competentes

polícia criminal e outros serviços públicos nacionais com os seus congéneres estrangeiros e com o Secretariado Geral da OIPC – INTERPOL⁸⁰.

6.3.2 O papel da Europol

A cooperação policial da UE associa todas as autoridades competentes dos EM, incluindo os serviços policiais aduaneiros e administrativos especializados na prevenção, deteção e investigação das infrações penais (Sousa, 2005, p. 133).

A Europol é um serviço europeu de polícia, incumbido do tratamento e intercâmbio de informação criminal. *“Criada por força da entrada em vigor do Tratado de Maastricht e estabelecida pelo Acordo Ministerial de 2 de junho de 1993 como unidade policial de recolha e tratamento de informação, à escala da União Europeia, no âmbito da luta contra o tráfico de estupefacientes (Europol Drugs Unit)”* (Davín, 2007, p. 146). Tem por objetivo melhorar a eficácia e a cooperação entre as autoridades policiais e judiciárias dos EM da UE, *“no domínio da prevenção e combate ao crime organizado nas seguintes áreas: Criminalidade relacionada com tráfico ilícito de estupefacientes; Terrorismo; Atentados à vida, à integridade física ou à liberdade das pessoas, (...), atentados ao património e aos bens públicos (...); Comércio ilegal e atentados ao ambiente, (...)”* (RASI, 2010, p. 227).

Impõe-se densificar estas formas de criminalidade, sendo certo que cabe à lei europeia determinar, além do mais, o domínio da ação da Europol (Sousa, 2005, p. 134).

No âmbito da cooperação policial entre os EM, a Europol facilita o intercâmbio de informações entre as autoridades competentes; recolhe e analisa informações; comunica imediatamente, através das unidades nacionais⁸¹, as informações que digam respeito aos

de cada país, com os organismos dos outros países que funcionam como Gabinete Central Nacional, com o Secretariado Geral da Organização – INTERPOL (Disponível em <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={EBB2E68F-5A55-4141-B20D-88F35A0BD89B}>}, em linha, consulta em 10 de fevereiro de 2014)

⁸⁰ Disponível em <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content/?id={EBB2E68F-5A55-4141-B20D-88F35A0BD89B}>}, em linha, consulta em 28 de junho de 2012

⁸¹ A unidade nacional é o elo de ligação exclusivo entre a Europol e os serviços nacionais competentes. Todavia, os Estados-Membros podem autorizar, nas condições por eles determinadas, contactos diretos entre os serviços competentes designados e a Europol, incluindo uma participação prévia da unidade nacional. A unidade nacional recebe também da Europol todas as informações intercambiadas durante os contactos diretos entre a Europol e os serviços competentes designados. As relações entre a unidade nacional e os serviços competentes regulam-se pela legislação nacional, nomeadamente pelas normas constitucionais aplicáveis. Está sediada em Lisboa, nas instalações da Polícia Judiciária e depende funcionalmente do Departamento Central de Cooperação Internacional DCCI (disponível em

Estados e as ligações entre factos delituosos que tenha estabelecido; facilita as investigações; mantém bases informatizadas de dados; assiste, os EM, na formação das autoridades competentes; facilita o apoio técnico; é o ponto de contacto, em matéria de repressão, da contrafação do euro.⁸²

A Europol tem o dever de intervir, principalmente quando um ou dois EM são afetados por uma forma grave de criminalidade organizada internacional. A sua competência abrange ainda infrações conexas às formas de criminalidade atrás referidas.⁸³

Os valores que melhor caracterizam a cultura da Europol são a integridade, a responsabilidade, a iniciativa, o trabalho em equipa e a eficácia.⁸⁴

6.3.2.1 A relevância do sistema de informações da Europol

“O sistema de informações da Europol permite o armazenamento, a pesquisa, a visualização e a ligação de informação relacionada com criminalidade transnacional, para além da cooperação, nas investigações internacionais, entre as autoridades competentes. O sistema deteta, automaticamente, eventuais ligações entre diferentes investigações e facilita a partilha de informação, sensível, de uma forma segura e fiável. Está disponível em todas as línguas oficiais da UE. As versões futuras do sistema disponibilizarão funcionalidades de correspondência de dados biométricos tais como perfis de ADN, impressões digitais e fotografias.”⁸⁵

Para cumprir as suas tarefas, a Europol dispõe de bases informatizadas, que não podem ser ligadas a outros sistemas de tratamento automatizado, com exceção dos das unidades nacionais. A unidade nacional é responsável pelas medidas de segurança aplicáveis às instalações de tratamento de dados, e pelo controlo para efeitos de

<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={BEC245A2-A9E2-478E-9982-6FD004DC3B3}>, em linha, consulta em 10 de fevereiro de 2014)

⁸² EUROPOL, disponível em <http://europa.eu/legislationsummaries/justicefreedomsecurity/policecustomscooperation/114005bpt.htm>, em linha, consulta em 09 de junho de 2012

⁸³ Idem

⁸⁴ EUROPOL, disponível em <https://www.europol.europa.eu/content/page/mission-vision-values-145>, em linha, consulta em 27 de junho de 2012

⁸⁵ EUROPOL, 2011. O Investigador Europeu. Luta Contra a Criminalidade Internacional, p. 17

conservação e extinção dos ficheiros. Estas bases são constituídas por três elementos: o sistema de informações, os ficheiros de trabalho e o sistema de indexação:⁸⁶

- O sistema de informações só pode ser utilizado para introduzir, alterar e utilizar dados necessários ao desempenho das funções da Europol. O sistema contém dados⁸⁷ sobre indivíduos, relativamente aos quais se suspeite de que estão a planear crimes da competência da Europol. Estes dados apenas poderão abranger algumas indicações, tais como: apelidos, nomes próprios e, eventualmente, alcunhas ou pseudónimos; data e local de nascimento; nacionalidade; sexo; outros sinais úteis à sua identificação, em especial sinais físicos particulares, objetivos e inalteráveis. Os serviços competentes, designados pelos EM, têm um acesso limitado a este sistema e só através das unidades nacionais se poderão obter informações. Apenas a unidade que tiver introduzido os dados está habilitada a proceder à sua alteração, retificação ou eliminação.
- A Europol pode introduzir, alterar e utilizar noutros ficheiros, «ficheiros de trabalho» ou *Analitical Work Files (AWF)*⁸⁸, dados relativos a crimes da sua competência, incluindo os crimes conexos. Estes ficheiros, destinados a análise para apoiar uma investigação penal, referem-se aos seguintes dados: indivíduos que, nos termos do direito nacional de um EM, sejam suspeitos da autoria ou coautoria de um crime da competência da Europol ou que tenham sido condenados; indivíduos relativamente aos quais, nos termos do direito nacional do EM, se suspeite de que estão a planear crimes da competência da Europol; testemunhas eventuais na investigação; vítimas de um dos crimes em causa; contactos e acompanhantes; indivíduos que possam fornecer informações sobre determinados crimes. Cada projeto de análise implica a constituição de um grupo de análise, composto por analistas e outros funcionários da Europol, bem como por agentes de ligação e/ou por peritos dos EM. Apenas os analistas estão habilitados a introduzir dados num ficheiro de trabalho, mas todos os participantes podem pesquisar. Estes dados não podem ser conservados num ficheiro mais de três anos, no entanto, a Europol revê anualmente a necessidade de continuar a conservá-los

⁸⁶Europol: Serviço Europeu de Polícia, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/police_customs_cooperation/114005b_pt.htm, em linha, consulta em 13 de fevereiro de 2014)

⁸⁷ Os dados que fazem parte integrante do sistema de informações são: os crimes e acusações com as respetivas datas e locais; os meios utilizados ou suscetíveis de o ser; os serviços que instruem os processos e número dos mesmos; a suspeita de pertença a uma organização criminosa; as condenações, na medida em que se refiram a crimes da competência da Europol; a menção da Europol ou da unidade nacional que introduziu os dados.

⁸⁸ Os quais analisaremos mais ao pormenor na secção 6.4.2.4

em relação à finalidade do ficheiro, podendo, o seu diretor, em caso de extrema necessidade, decidir conservá-los por um novo período de três anos.⁸⁹

- “A Europol cria um sistema de indexação dos dados contidos nos ficheiros de trabalho. O diretor, os diretores-adjuntos, os funcionários da Europol devidamente habilitados e os agentes de ligação têm o direito de consultar o sistema de indexação”.⁹⁰

Com base num ato do seu conselho de administração, a Europol celebrou acordos com instituições europeias, nomeadamente Banco Central Europeu (BCE), Eurojust, Comissão Europeia, Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, Organismo Europeu de Luta contra a Fraude (OLAF)⁹¹, através dos seus acordos de relações e cooperação internacionais, no sentido de assegurar a eficácia e a cooperação com as instituições europeias e internacionais e com os Estados terceiros.⁹²

6.4 A Eurojust e a cooperação judiciária

Fundamentalmente, cooperação judiciária em matéria penal significa cooperação entre autoridades judiciárias – juízes ou magistrados do MP, para efeitos da prossecução do processo penal, em qualquer das suas fases⁹³. Deve assentar no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e na aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos EM naquelas matérias de direito penal e processual penal (Sousa, 2005, p. 131). Distinguir-se-ia, nesta medida, da cooperação policial, efetuada entre autoridades policiais ou análogas e menos abrangente que a judiciária, por se concentrar sobretudo na prevenção e deteção de infrações penais (Gouveia, 2012, p. 135).

O conceito de “*espaço judiciário europeu*” surge associado ao de “*comunidade europeia sem fronteiras*”, após o Ato Único Europeu de 01 de julho de 1987. “*Num primeiro momento, a cooperação judiciária foi vista como uma “parente pobre” da*

⁸⁹ Europol: Serviço Europeu de Polícia, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/police_customs_cooperation/114005b_pt.htm, dispo, em linha, consulta em 13 de fevereiro de 2014)

⁹⁰ EUROPOL, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/justicefreedomsecurity/policecustoms_cooperation/114005bpt.htm, em linha, consulta em 09 de junho de 2012

⁹¹ Este organismo, criado em 1999, é o instrumento da União Europeia da luta contra a violação dos seus interesses financeiros, incluindo a corrupção dos seus funcionários agentes e dirigentes (Sousa, 2005, p. 7)

⁹² EUROPOL, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/justicefreedomsecurity/policecustoms_cooperation/114005bpt.htm, em linha, consulta em 09 de junho de 2012

⁹³ A lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto (com alterações subsequentes), prevê a cooperação internacional desde o início do processo penal (auxílio para obtenção de meios de prova) até ao seu final (execução de sentenças penais, por exemplo)

Comunidade Europeia/União Europeia, já que a implementação e desenvolvimento das relações económicas entre os diversos países, foi colocada num lugar de primazia favorecendo a criação da denominada “Europa de mercados” (Davin, 2007, p. 120). Contudo, o crime, cada vez mais organizado e transnacional, aproveitou as oportunidades da livre circulação e do mercado único, nomeadamente as diferenças jurídicas entre os diversos ordenamentos onde atuava, reforçando, por isso, o esforço dos EM que defendiam o alargamento dos mecanismos europeus de cooperação e coordenação judiciária.

A cooperação em matéria de justiça e assuntos internos (JAI) foi aprovada com o Tratado da União Europeia (também conhecido por Tratado de Maastricht), entrando em vigor em 01 de novembro de 1993. “ *A construção europeia saída de Maastricht foi alicerçada em três pilares: a) Economia; b) Política externa e de segurança comum; c) Cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos*” (Davin, 2007, p. 122).

A cooperação nos domínios da JAI, que competia aos Estados, abrangia três vertentes fundamentais: a) política de asilo, passagem de pessoas nas fronteiras externas dos EM e política de imigração; b) cooperação judiciária em matéria civil e penal e d) cooperação policial e aduaneira.

Os Estados⁹⁴ assinaram em 19 de junho de 1990, a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS) (*“cooperação de cariz intergovernamental”* (Davin, 2007, p. 125)) entrando em vigor em 26 de março de 1995, a qual adotou algumas medidas, nomeadamente, o reforço da cooperação judicial através de um sistema de extradição mais rápido, uma melhor transmissão da execução das sentenças e a criação do sistema de informação Schengen (SIS), com o objetivo de concretizar no terreno, a liberdade de circulação de pessoas e abolir o controlo pessoal nas fronteiras comuns aos EM, que assinaram a convenção.

O SIS e os gabinetes nacionais SIRENE, os quais iremos abordar mais adiante, constituem um instrumento essencial para aplicar as disposições do acervo de Schengen (protocolo de Schengen anexo ao Tratado de Amesterdão⁹⁵, assinado em 1997) integrado no âmbito da UE.

⁹⁴ A união do território pertencente aos EM que assinaram a CAAS, passou a designar-se por “Espaço Schengen”

⁹⁵ O Tratado de Amesterdão entrou em vigor em 01.05.1999, defendendo que a construção europeia deve assentar em três pilares: Liberdade, Segurança e Justiça. Este Tratado consagrou um conjunto de normas relativas à criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça na UE, que passaria pela cooperação judiciária entre os EM (Sousa, 2005, p. 67)

O combate à criminalidade organizada e a crescente necessidade de cooperação e coordenação entre os diferentes EM foram temas, mais uma vez, afirmados no Conselho Europeu de Dublin, em 1996, designadamente, com a criação a nível nacional das equipas pluridisciplinares integradas. A convenção de Dublin, com o intuito de promover a celeridade processual na cooperação judiciária europeia em matéria penal no quadro da extradição, limita a hermenêutica jurídica da autoridade judiciária competente do Estado-membro requerido que deixa de poder considerar as infrações em que se funda o pedido de extradição como delitos de motivação política – delito político, conexo ou de inspiração política, ou seja, os EM deixam de poder recorrer à válvula de escape de delito político para não executarem a extradição.⁹⁶

No seguimento destas indicações foi criada a Rede Judiciária Europeia (RJE), pela Ação Comum de 29.06.1998 adotada pelo Conselho com base no art. K3 do TUE (98/428/JAI). Esta RJE foi criada com o objetivo de facilitar a cooperação judiciária penal entre os EM, conforme resulta do art. 4.º n.º 1 onde se alcança que: *“Os pontos de contacto são intermediários ativos que têm por função facilitar a cooperação judiciária entre os EM, em especial no combate às formas graves de criminalidade, estando à disposição das autoridades judiciárias locais e de outras autoridades competentes do seu país, bem como dos pontos de contacto dos outros países e das respetivas autoridades judiciárias locais e outras autoridades competentes, para lhes permitir estabelecer os contactos diretos mais adequados”* (Davin, 2007, p. 139). Os *“pontos de contacto”* nacionais⁹⁷ devem ser acionados, sempre que seja relevante e pertinente para ultrapassar alguma dificuldade, relacionada com a emissão ou cumprimento de cartas rogatórias. *“Estes pontos dispõem de uma lista onde constam os nomes dos seus parceiros (agrupados por países), o local onde prestam serviço, o endereço postal, os números de telefone e de fax, o endereço eletrónico, as línguas utilizadas e os horários de contacto. Em síntese servem para agilizar (art. 4.º n.º 1), informar (art.º 4.º n.º 2) e coordenar (art. 4.º n.º 3)”* (Davin, 2007, p. 139).

⁹⁶ Cfr. art. 5.º, n.º 1 da Convenção de Dublin do Conselho da União Europeia, relativa à Extradição entre os estados-membros, estabelecida ao abrigo do art. K.3 do Tratado da União Europeia, a 27 de Setembro de 1996

⁹⁷ “Em Portugal existem seis pontos de contacto da RJE, um ponto de contacto na PGR (Autoridade Central), a Diretora do DCIAP e os Diretores dos DCIAP’s distritais (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora)” (Davin, 2007, p. 139)

A partir de Tampere⁹⁸, a política da UE centra-se nos cidadãos, na justiça, na liberdade e na segurança. Nesta reunião, para além da criação da Eurojust (cuja missão veremos mais à frente) foi, também, aprovado um programa plurianual denominado “Programa de Haia”⁹⁹, com o propósito de reforçar o espaço de liberdade, segurança e justiça. *“Estas modificações encerram e traduzem um “salto” qualitativo manifesto já que à luz de Maastricht a cooperação judiciária em matéria penal era vista como sendo de “interesse comum”, enquanto que, à luz de Amesterdão a construção desse espaço de liberdade, segurança e justiça é atingível mediante a instituição de ações em comum entre os EM no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal”* (Davin, 2007, p. 129).

6.4.1 A relevância dos instrumentos de cooperação da Eurojust

A Eurojust (Unidade de Cooperação Judiciária da UE) foi instituída em 2002, pela decisão do Conselho 2002/187/JAI, alterada pela decisão do Conselho 2009/426/JAI, de 16 de dezembro de 2008, para apoiar e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades nacionais dos EM. Tem a missão de reforçar a eficácia das autoridades nacionais, responsáveis pela investigação e pelo exercício da ação penal, na luta contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça e criminalidade organizada, bem como submeter os criminosos a julgamento de forma célere e eficaz. A Eurojust é o centro de peritos judiciários desempenhando um papel central, com vista a uma ação efetiva contra este fenómeno, na UE, *“com base nas análises da Europol, bem como cooperar de forma estreita com a rede judiciária europeia, em especial a fim de simplificar a execução das cartas rogatórias”* (Sousa, 2006, p. 307).

⁹⁸ Conselho Europeu que teve lugar em Tampere (Finlândia) em 1999, no qual foram abordadas exclusivamente as questões relacionadas com a criação de um espaço europeu de liberdade, justiça e segurança e com a criminalidade organizada, consagrou que o reconhecimento mútuo das decisões judiciais deve-se tornar na “pedra angular” da cooperação judiciária na União, tanto em matéria civil como penal. Desta forma foi decidido criar uma unidade (Eurojust) para reforçar a luta contra as formas graves de crime organizado (Conselho de Tampere, disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm, consulta em 20 de Julho de 2012)

⁹⁹ O Programa de Haia sucede ao Programa de *Tampere*, que foi adotado pelo Conselho Europeu em 15 e 16 de outubro de 1999 e que constituiu o primeiro programa plurianual (5 anos) destinado a fixar prioridades tendo em vista a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça. O Programa marca o fim de um ciclo e o início de outro. Reafirma a importância que a UE consagra ao espaço de liberdade, segurança e justiça, considerando-o uma das suas principais prioridades – não só porque se encontra entre os objetivos fundamentais da União mas, principalmente, porque é de interesse fundamental para os cidadãos (Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52005PC0184:pt:HTML>, em linha, consulta em 20 de julho de 2012)

O Tratado de Nice, que entrou em vigor no dia 1 de fevereiro de 2003, consagrou constitucionalmente a Eurojust, simbolizando *“a nível institucional a definitiva passagem da lógica de cooperação judiciária horizontal entre os Estados-Membros, que se esgota em si mesma (...) e, a cooperação passa agora a servir a realização de uma justiça penal europeia”* (Sousa, 2006, p. 307).

A Eurojust responde a pedidos de auxílio apresentados pelas autoridades nacionais competentes dos EM. Em contrapartida, pode solicitar aos mesmos Estados que investiguem ou exerçam a ação penal relativamente a factos específicos. Presta, igualmente, assistência na resolução de conflitos de jurisdição, nos casos em que mais de uma autoridade nacional se encontra em posição de investigar ou exercer a ação penal num determinado caso. Facilita a execução de instrumentos judiciais internacionais, tais como o Mandado de Detenção Europeu, e presta auxílio financeiro e logístico às Equipas de Investigação Conjuntas (EIC). Em suma, facilita e acelera a cooperação e a extradição entre EM, assegura a compatibilidade das normas, previne os conflitos de jurisdição e adota gradualmente medidas que prevejam regras mínimas quanto aos elementos constitutivos das infrações penais e às respetivas sanções aplicáveis (Sousa, 2005, p. 90).

Os representantes, nomeados por cada EM, são magistrados ou investigadores com larga experiência. Em conjunto, cumprem o mandato, conferido à Eurojust, de coordenar as autoridades nacionais em todas as fases da investigação ou do exercício da ação penal, vencendo os desafios e problemas práticos suscitados pelos diferentes sistemas jurídicos dos EM. Nas reuniões de coordenação¹⁰⁰ são abordadas questões específicas relacionadas com os crimes identificados como prioritários pelo Conselho: criminalidade organizada, terrorismo, tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, fraude, corrupção, cibercriminalidade, branqueamento de capitais e outras atividades ilícitas relacionadas com a presença de grupos criminosos organizados na economia.

O trabalho da Eurojust baseia-se na estreita relação com os seus parceiros, que podem ser tanto as autoridades nacionais como órgãos da UE, tais como a Rede Judiciária Europeia (RJE)¹⁰¹, a Europol¹⁰², o Organismo Europeu de Luta Anti Fraude (OLAF)¹⁰³

¹⁰⁰ Anualmente, a Eurojust trata de, aproximadamente, 1400 casos e realiza cerca de 140 reuniões de coordenação, que contam com a participação de autoridades judiciais e órgãos de polícia criminal dos Estados-Membros e, eventualmente, de Estados Terceiros (Eurojust, disponível em <http://eurojust.europa.eu/Pages/languages/pt.aspx>, consulta em 17 de Agosto de 2012)

¹⁰¹ Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º-A da Decisão Eurojust, o Secretariado da Rede Judiciária Europeia está integrado no pessoal da Eurojust, mas opera como uma unidade autónoma

(relativamente a crimes que afetam os interesses financeiros da União), Frontex¹⁰⁴, a Sitcen¹⁰⁵, a CEPOL¹⁰⁶ e a Rede de Formação Judiciária Europeia (RFJE)¹⁰⁷, para além de outros órgãos competentes por força das disposições dos Tratados. Acolhe, igualmente, os secretariados da RJE, da Rede de Pontos de Contacto relativa a pessoas responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, bem como da Rede de EIC. A Eurojust e a RJE, criada pela Ação Comum 98/428/JAI (2), mantêm relações privilegiadas.¹⁰⁸

Um dos objetivos da Eurojust é garantir que as parcerias estabelecidas, contra a criminalidade transnacional (a partilha de informação entre as autoridades competentes é fundamental), sejam desenvolvidas com vista a alcançar a melhor coordenação e cooperação possíveis, para garantir uma área de liberdade, segurança e justiça para todos os cidadãos no espaço europeu.¹⁰⁹

Os casos relacionados com a criminalidade organizada, comunicados à Eurojust, em 2010, refletem as Conclusões do Conselho sobre a luta contra crimes cometidos por GCI. Estes grupos cometem crimes contra a propriedade (principalmente furto e fraude) e caracterizam-se pelo cariz itinerante, explorando a ausência de fronteiras, operando, também, fora da UE: Escandinávia, Federação Russa, Ucrânia, Bielorrússia e China. A

¹⁰² A Eurojust e a Europol persistiram nos seus esforços de alcançar uma maior cooperação na luta contra a criminalidade grave transnacional, tendo aumentado o nível de intercâmbio de informação e melhorado a sua cooperação estratégica e operacional (Relatório Anual Eurojust, 2010, p. 53)

¹⁰³ A fim de reforçar a luta contra a fraude, a corrupção e outros crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia, a Eurojust e o OLAF continuaram a coordenar esforços e a manter contactos regulares em 2010 (Idem, p.54)

¹⁰⁴ Em 2010, a Eurojust intensificou os contactos com a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex), com o objetivo de estabelecer e manter relações de cooperação nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Decisão Eurojust (Ibidem, p. 55)

¹⁰⁵ O Centro de Situação Conjunto (SitCen) é um "órgão de inteligência" da União Europeia (UE). O qual monitoriza a situação da segurança internacional e avalia as ameaças terroristas na UE. Funciona sob a autoridade do Alto Representante da UE, e faz parte do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), desde 1 de dezembro de 2010 (SitCen, disponível em <http://www.focusproject.eu/documents/14976/0/CBRA+analysis+of+EU+Situation+Centre>, consulta em 20 de Agosto de 2012)

¹⁰⁶ O Memorando de Entendimento assinado entre a Eurojust e a Academia Europeia de Polícia (CEPOL), cujo objetivo é o de definir, encorajar e melhorar a formação de polícias e magistrados na luta contra as formas graves de criminalidade, entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010. A cooperação entre a Eurojust e a CEPOL continuou a ser desenvolvida através do apoio dado pela Eurojust às atividades de formação da CEPOL, e da participação da CEPOL nos seminários e conferências da Eurojust (Relatório Anual Eurojust, 2010, p. 56)

¹⁰⁷ A base para a cooperação entre a Eurojust e a RFJE, no domínio da formação judiciária, encontra-se definida no Memorando de Entendimento assinado a 7 de fevereiro de 2008

¹⁰⁸ Eurojust, disponível em <http://eurojust.europa.eu/Pages/languages/pt.aspx>, em linha, consulta em 11 de junho de 2012

¹⁰⁹ Idem

Eurojust apoia e encoraja a formação judiciária alargada quanto ao uso de EIC dentro e fora da UE.^{110/111}

6.4.2 Instrumentos de Cooperação da Eurojust

6.4.2.1 Equipas de Investigação Conjuntas

O Conselho aprovou, em 29 de maio de 2000, o Ato que, nos termos do artigo 34.º do TUE, estabeleceu a Convenção¹¹², destinada a facilitar o auxílio, judiciário mútuo, em matéria penal, mais eficaz e rápido, entre as autoridades competentes dos EM (serviços de polícia, alfândegas ou tribunais), tendo previsto a criação de EIC.

O artigo 13.º da Convenção 2000, estabelece as condições em que devem ser criadas as EIC e o modo como desempenharão as suas funções. Neste sentido, dois ou mais EM podem criar EIC, cuja composição é definida de comum acordo, normalmente constituídas por autoridades judiciárias e policiais, para a realização de um objetivo específico e por um período limitado. Um funcionário do EM, no território em que a equipa de investigação intervém, assegura a direção e a chefia de toda a atividade operacional, no território desse Estado. A constituição das equipas será indicada no acordo entre os Estados, em causa. Qualquer EM interessado pode apresentar o pedido para a criação destas equipas, sendo as mesmas constituídas naqueles em que se situarem os centros previsíveis das investigações. De acordo com o n.º 3 do artigo 13.º da Convenção, *“a equipa é obrigada a respeitar plenamente a lei do EM em que intervém e, o chefe dará regularmente instruções aos outros membros da equipa, que as cumprirão tendo em conta as condições em que assentou a criação da equipa”*. Podem igualmente ser empreendidas investigações encobertas, por agentes infiltrados ou que atuem sob falsa identidade, desde

¹¹⁰ Os pedidos de cooperação judiciária para Estados terceiros, facilitados pela Eurojust, incluíam, entre outros, informação bancária, audições de testemunhas e interrogatórios de suspeitos, declarações por videoconferência, interceção de telecomunicações, buscas, entregas controladas, notificações, bem como o congelamento, a apreensão e a perda de ativos

¹¹¹ Relatório Anual Eurojust 2010, disponível em <http://eurojust.europa.eu/Pages/languages/pt.aspx>, em linha, consulta em 11 de junho de 2012

¹¹² Esta Convenção foi concluída e assinada durante a presidência portuguesa da UE. Foi aprovada para ratificação pela Resolução da AR n.º 63/2001, e ratificada pelo Decreto do PR n.º 53/2001 de 16 de outubro, ambos publicados no DR, I-A, n.º 240

que a legislação e os procedimentos do EM, no território do qual a investigação decorre, sejam respeitados.¹¹³

A Europol e a Eurojust podem participar no trabalho das EIC e coordená-lo. Em 2010, a Europol participou em sete equipas e assinou dessa forma acordos de EIC com sete EM da UE. Para além disso, esteve ativamente envolvida em várias outras EIC e apoiou-as, sem que existisse um acordo formal.¹¹⁴

Em Portugal, sob coordenação do SGSSI, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, foram implementadas diversas estratégias e ações de prevenção e combate ao crime, onde se inclui o fenómeno da criminalidade itinerante, no âmbito da atuação destas equipas. Durante 2011, foram criadas, por despacho do SGSSI, depois de ouvido o GCS, três novas Equipas Mistas de Prevenção Criminal (EMPC) ou EIC: uma destinada à prevenção dos furtos/roubos em ourivesarias¹¹⁵, a qual terminou os seus trabalhos no final de 2011, tendo elaborado um relatório final, remetido para as Entidades competentes; uma destinada à prevenção dos crimes de furto e roubo de máquinas ATM (*Automatic Teller Machine*); e outra destinada à prevenção dos crimes de furto e roubo de metais não preciosos (RASI, 2011, p. 134).

Com a Resolução da AR portuguesa, de 02 de março de 2011, que recomendava ao Governo a adoção de medidas de combate e prevenção dos assaltos a ourivesarias, foi criada, por despacho de 10 de março de 2011, uma EMPC destinada, especialmente, à prevenção deste tipo de criminalidade. Ainda, considerando que a adoção daquelas medidas não é exclusiva das Forças de Segurança, cabendo também aos cidadãos em geral, nomeadamente na adaptação de comportamentos informados e de práticas dissuasoras que concorram não só para a sua segurança física, como também para a segurança dos seus bens, foram estudados mecanismos de forma a envolver os cidadãos nesta causa (RASI, 2011, pp. 134, 135).

¹¹³ Europa, síntese da legislação, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/133108_pt.htm, em linha, consulta em 09 de junho de 2012

¹¹⁴ Disponível em https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/pt_europolreview.pdf, em linha, consulta em 24 de maio de 2012

¹¹⁵ A prática sistemática deste tipo de crime, conjugado com a mobilidade dos grupos criminosos, deu origem ao estudo do fenómeno da criminalidade itinerante

6.4.2.2 Reuniões de coordenação

As reuniões de coordenação são uma ferramenta de grande utilidade para procuradores, juízes e investigadores dos EM, nomeadamente ao nível do intercâmbio, transnacional, imediato, de informação sobre investigações interligadas e a coordenação de ações operacionais. Estas reuniões permitem às autoridades nacionais competentes e aos Membros Nacionais para a Eurojust, bem como aos representantes dos parceiros da UE (Europol e OLAF), acordar uma estratégia comum, bem como planear e coordenar investigações e ações simultâneas, tais como detenções, buscas e apreensão de bens, ações específicas necessárias para a execução de pedidos de cooperação judiciária (p. ex. entregas controladas ou buscas domiciliárias em simultâneo). Os canais apropriados e o momento certo para a transmissão da informação são, igualmente, identificados. Existem duas etapas simples para melhorar o recurso às reuniões de coordenação: a primeira é a necessidade de garantir que os acordos feitos em reuniões de coordenação são executados em tempo útil por todas as partes; a segunda diz respeito à mais-valia do intercâmbio de informação e à discussão de obstáculos jurídicos, antes das reuniões de coordenação.¹¹⁶

6.4.2.3 Mandado de Detenção Europeu (MDE)

Como podemos facilmente concluir, a investigação do crime organizado, caracterizado por significativos *“meios humanos e financeiros, de cariz transnacional, colaborante e cooperante entre si”* (Davin, 2007, p. 148), representa um enorme desafio para o sistema judiciário. Neste sentido, os EM têm, em conjunto, implementado medidas, a fim de responder aos novos impulsos criminais, sendo o Mandado de Detenção Europeu (MDE) um exemplo.

O MDE é *“uma decisão judiciária emitida por um Estado membro, com vista à detenção e entrega por outro Estado membro de uma pessoa procurada para efeitos de procedimento criminal ou para cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas da liberdade”*¹¹⁷. O MDE *“pode ser emitido por factos puníveis, pela lei do Estado membro de emissão, com pena ou medida de segurança privativas da liberdade de duração máxima não inferior a 12 meses ou, quando tiver por finalidade o cumprimento*

¹¹⁶ Relatório Anual Eurojust 2010, disponível em <http://eurojust.europa.eu/Pages/languages/pt.aspx>, em linha, consulta em 11 de junho de 2012

¹¹⁷ Art. 1.º n.º 1 da Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, Aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de junho)

*de pena ou de medida de segurança, desde que a sanção aplicada tenha duração não inferior a 4 meses”.*¹¹⁸

Do Relatório Anual Eurojust 2010 é possível identificar algumas questões, que condicionam a eficácia da cooperação judiciária¹¹⁹, na aplicação prática dos MDE¹²⁰, nomeadamente, a falta de informações ou informações pouco claras; questões relacionadas com traduções de MDE (revelando baixa qualidade ou imprecisões, causaram problemas fundamentais na sua compreensão); julgamentos à revelia (nestes casos, a garantia de um novo julgamento, em caso de entrega, suscitou a questão de saber se o MDE tinha sido emitido para fins de procedimento penal); diferenças entre sistemas jurídicos; proporcionalidade (a emissão de um MDE poderia ser considerada desproporcional, à luz de fatores como a natureza relativamente menor da infração, a previsível pena imposta, o tempo que pode ser cumprido em detenção, bem como os elevados custos de seu processamento); regra da especialidade (as diferenças entre EM, relativamente à aplicação do artigo 27.º (“*Privilégios e imunidades*”) da Decisão-Quadro, relativa ao MDE, sobre o procedimento penal por outras infrações cometidas antes da entrega); regresso de nacionais a fim de cumprir pena, após entrega para julgamento (as dificuldades nesta área causaram atrasos em alguns processos); organização prática da entrega do suspeito (em alguns casos, a data acordada para entrega não foi respeitada).

6.4.2.4 Analytical Work Files (AWF)

Para se combater o fenómeno do crime itinerante, não basta a tradicional resposta policial, reativa, pós crime. É necessária uma atitude pró-ativa, acompanhando a par e passo a atividade da Organização Criminosa (OC), juntando toda a informação disponível (por vezes dispersa em vários inquéritos/países) e utilizar as ferramentas próprias para o

¹¹⁸ Art. 2.º n.º 1 da Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, Aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de junho)

¹¹⁹ O conceito de cooperação judicial mútuo é, legalmente, a comunicação de informações, de atos processuais e de outros atos públicos necessários à realização das finalidades do processo, bem como os atos necessários à apreensão ou à recuperação de instrumentos, objetos ou produtos da infração. Cfr. n.º 1 do art. 145.º da Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, aprovada pela Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 104/2001, de 25 de Agosto, pela Lei n.º 48/2003, de 22 de Agosto, e pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto.

¹²⁰ Relatório Anual Eurojust 2010, disponível em <http://eurojust.europa.eu/Pages/languages/pt.aspx>, em linha, consulta em 11 de junho de 2012

seu combate (informadores, agentes encobertos, entregas controladas, proteção de testemunhas, entre outras) e fundamentalmente, análise de informação.

O ciclo de produção de informações tem as seguintes fases: coligir; avaliar; estruturar; analisar e divulgar. Não é possível fazer-se análise sem todos os elementos disponíveis, daí a primeira fase ser a de “coligir”. E é precisamente isto que se pretende com os AWF’s – centralizar num ponto toda a informação útil e disponível sobre determinado fenómeno, na qual os analistas se vão interessar.

Um Ficheiro de Análise ou «Ficheiro de trabalho para fins de análise», criado para fins de análise¹²¹, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 10.º da Convenção Europol¹²², é um ficheiro de dados sobre um fenómeno criminal específico, onde são inseridos todos os elementos que permitam fazer Análise de Informação.

Com efeito, um ficheiro de análise é o único instrumento jurídico existente a nível europeu para armazenar, processar e analisar informação factual (*“hard”* de dados) e, em particular *“inteligência”* (ou *“soft”* de dados), incluindo dados pessoais de natureza sensível. Tal possibilidade simplesmente não existia antes de 1999, data a partir da qual a Europol iniciou as suas atividades. Os fenómenos variam desde atividades terroristas ao tráfico de seres humanos, ao contrabando de cigarros a gangues de motociclos, drogas, contrafação do euro ou criminalidade itinerante. Cada AWF pode ter como alvo várias organizações criminosas ou grupos, ao mesmo tempo. No entanto, para ser capaz de analisar e armazenar dados e informações, a Europol deverá receber informações das autoridades competentes nos EM.¹²³

Nos termos do artigo 12.º (Criação de ficheiros) n.º 1 Capítulo III (Regras de utilização dos ficheiros e dados de análise) do Ato do Conselho de 3 de novembro de 1998, que adota a regulamentação aplicável aos ficheiros de análise da Europol (1999/C 26/01), estes ficheiros, serão constituídos por iniciativa da Europol ou a pedido dos EM, de onde provêm os dados.

Os dados a incluir num ficheiro de análise podem ser fornecidos sob a forma estruturada ou não estruturada. O EM que fornecer os dados deverá informar a Europol do objetivo do seu fornecimento, bem como de quaisquer limitações quanto à sua utilização

¹²¹ Entende por «Análise»: compilação, tratamento ou utilização de dados com o objetivo de apoiar investigações criminais, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º da Convenção Europol

¹²² ATO DO CONSELHO de 3 de novembro de 1998, que adota a regulamentação aplicável aos ficheiros de análise da Europol (1999/C 26/01), capítulo I art.º 1.º al. b)

¹²³ EUROPOL, Frequently Asked Questions (FAQ) on the association of Third Parties to Europol’s AWFs, The Hague, 15 September 2009, File no. 3300-381, EDOC # 413746 v4

ou destruição, incluindo eventuais restrições de acesso, em termos gerais ou específicos. Poderão, igualmente, notificar a Europol destas limitações numa fase posterior. A Europol deverá assegurar que os terceiros, que forneçam tais dados, a notifiquem, da finalidade para a qual são fornecidos e de quaisquer limitações de utilização. Após a receção dos dados, dever-se-á determinar, o mais rapidamente possível, qual o ficheiro de análise em que poderão ser incluídos e em que medida o deverão ser.¹²⁴

Qualquer Estado terceiro, ou organização internacional, pode contribuir com dados para ser usado num AWF e pode, sob condições especiais, ser convidado a tornar-se membro associado de um AWF. Todos os contributos têm de ser encaminhados através das unidades nacionais da Europol.¹²⁵

Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Convenção Europol, os dados ficarão, até serem incluídos num ficheiro de análise, sob a responsabilidade do EM que os tiver fornecido e sujeito à respetiva legislação nacional, sem prejuízo das responsabilidades da Europol por esses mesmos dados, tal como definida no mesmo número. Cabe, ainda, à Europol a responsabilidade de determinar se os dados podem ou não ser incluídos num ficheiro de análise, limitando o seu acesso ao EM que os tiver fornecido, ou a um analista da Europol devidamente habilitado nos termos do n.º 2, ponto 1, do artigo 10.º da Convenção. Se, depois de efetuada uma avaliação dos dados, a Europol tiver razões para presumir que estes são inexatos ou estão desatualizados, informará do facto o EM que os tiver fornecido.

Pretende-se, assim, com os AWF's, obter uma imagem o mais precisa possível da OC, de modo a definir alvos, estratégias, vulnerabilidades, e de forma concertada, tentar dismantlar a organização, atacando as suas mais-valias (liderança, proventos, modus operandi). Dessa forma, os conhecimentos obtidos a partir de dados AWF podem ser partilhados, com quem tenha necessidade de os conhecer. Além disso, os direitos de confidencialidade, os códigos de movimentação e acesso são plenamente respeitados.

A Eurojust pode apresentar pedidos, devidamente fundamentados à Europol, para tomar a iniciativa de abrir AWF's. À Europol cabe analisar todos esses pedidos, tendo em conta os seus recursos e as prioridades. No entanto, cada pedido autorizado deve apresentar

¹²⁴ ATO DO CONSELHO de 3 de novembro de 1998, que adota a regulamentação aplicável aos ficheiros de análise da Europol (1999/C 26/01), capítulo I art.º 3.º

¹²⁵ Europol, KNOWLEDGE PRODUCT, Facilitated Illegal Immigration Intelligence Bulletin, Classification Level: Basic Protection Level, Handling Code: H1, No.2 May 2011, Organised Crime Networks O6, The Hague, 17 May 2011, FILE NO: #534677, p.13

resultados, sendo da responsabilidade da Europol a sua avaliação. A Eurojust apoia a Europol, fornecendo-lhe pareceres baseados em análises de informação contida nestes ficheiros.¹²⁶

Como forma de resumo, destacamos a importância dos AWF's, na concretização dos seguintes objetivos:

- Criar um serviço centralizado que garanta a integração de grandes quantidades de informação, para onde as equipas possam fornecer os dados operacionais das investigações a decorrer, permitindo processar e analisar esses dados de forma rápida e eficaz para a divulgação de relatórios táticos;
- Descrever as possíveis redes criminosas, identificar os elementos-chave, dentro dessas redes, e definir quais os *modi operandi* utilizados em cada caso;
- Distribuir ferramentas aos OIC operativa, para que estes possam planear e executar as suas investigações de forma mais consistente;
- Identificar situações onde seja bastante proveitoso a criação de EIC;
- Contribuir decisivamente para a redução do fenómeno, em TN e europeu, e fornecer informação relevante para a luta a nível internacional.

Os AWF's pretendem fornecer um produto/serviço nas três categorias seguintes:¹²⁷

- **Operacional imediata**, que produzirá, em tempo útil, respostas para o intercâmbio de informações, e, normalmente podem incluir: relatórios que identificam elementos comuns às contribuições de dois ou mais órgãos de IC; índice de indicadores comuns que devem ser enviados para o AWF.
- **Operacional subsequente**, seguindo a direção dada pelo órgão solicitante e, em conformidade com os objetivos originais do AWF, o esforço será concentrado na tentativa de identificar estruturas particulares ou de aglomerados dentro dos dados, acrescentando valor à investigação e permitindo a elaboração de relatórios sobre questões, tais como: redes criminosas; alvos específicos; *modus operandi*; perfil financeiro.
- **Estratégica**, que conjugará os dados do AWF no seu contexto mais amplo, com outros dados obtidos a partir de fontes abertas e nas Bases de Dados das organizações nacionais e internacionais.

¹²⁶ “Cooperation between Europol and Eurojust”, COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 7191/08, Brussels, 3 March 2008, LIMITE, EUROPOL 25, EUROJUST 19, pp 7-8

¹²⁷ Dados recolhidos em relatórios policiais

6.4.3. Obstáculos no tratamento de casos de cooperação da Eurojust

Segundo o Relatório Anual da Eurojust de 2010, o tratamento de casos da Eurojust, neste ano, mostra que os obstáculos práticos e jurídicos à cooperação judiciária na UE estão, frequentemente, interligados. Os obstáculos práticos incluem a falta de recursos a nível nacional necessários para uma execução, em tempo útil, de pedidos de cooperação judiciária, o que é evidenciado não só pelos atrasos mas também pelas dificuldades decorrentes da baixa qualidade das traduções ou da insuficiência das informações constantes dos pedidos. Em alguns casos, a falta de equipamento adequado impediu a execução física dos pedidos, como no caso da deteção de entregas controladas, de videoconferências ou da interceção de comunicações.

Diretamente relacionados com esta falta de recursos surgem outros problemas relativos, como a falta de formação e de confiança, as quais podem induzir dificuldades técnicas que impedem a formulação célere de pedidos de cooperação judiciária. A Eurojust contribui para ajudar a reduzir atrasos associados a pedidos de auxílio judiciário tradicionais através da facilitação do intercâmbio de informação, da prestação de assistência imediata a autoridades dos EM, contribuindo, desse modo, para a proteção dos cidadãos.¹²⁸

As autoridades nacionais mostraram-se, por vezes, relutantes em usar os instrumentos disponíveis a nível europeu para efeitos de cooperação. Por vezes, esta situação ocorre porque tais instrumentos parecem não corresponder, de imediato, às necessidades dos operadores.

Um dos obstáculos jurídicos diretamente relacionados, identificado no tratamento de casos da Eurojust, é a deficiente implementação da legislação europeia, ou mesmo a sua ausência. Em alguns casos, por exemplo, as autoridades judiciárias têm dificuldade em criar EIC devido à inadequada transposição da legislação da UE para a legislação nacional em alguns EM. Ocasionalmente, podem surgir outros obstáculos jurídicos relacionados com a existência de diferentes regras aplicáveis à admissibilidade da prova, como é o caso da legislação relativa à interceção de comunicações, do depoimento de testemunhas, do nível de proteção concedido às testemunhas e dos requisitos do julgamento equitativo.¹²⁹

Os problemas resultam, igualmente, de diferenças processuais. Por exemplo, existem formas pelas quais os pedidos de cooperação judiciária podem ser transmitidos, os

¹²⁸ Relatório Anual da Eurojust de 2010

¹²⁹ Idem

quais incluem a transmissão direta entre autoridades judiciárias, a Interpol, o Sistema de Informação Schengen (SIS), a Eurojust e a Rede Judiciária Europeia (RJE). Esta situação pode gerar incerteza entre os operadores quanto ao canal apropriado a utilizar. Os problemas com origem na diferença da definição de infrações penais ou medidas investigatórias também ocorrem ocasionalmente. A total implementação dos requisitos de notificação previstos na Decisão Eurojust poderá ser um importante auxílio nesta questão.¹³⁰

Em síntese, as investigações e os procedimentos penais transnacionais são considerados de difícil e onerosa execução. É fundamental sensibilizar as autoridades judiciárias nacionais para a importância da cooperação judiciária internacional em geral, e para o papel da Eurojust em particular. Em termos gerais, o envolvimento da Eurojust numa fase inicial, isto é, desde o início da cooperação policial, é crucial para garantir que o investimento em recursos investigatórios se traduza em resultados judiciários. (Relatório Anual Eurojust 2010, 2011).

6.5 As valências do Gabinete Nacional SIRENE

O Gabinete Nacional SIRENE¹³¹ (GNS) é um organismo com um papel fundamental no reforço da ordem e da segurança pública no TN, e um interveniente crucial no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal na UE.¹³² Foi criado pelo DL n.º 292/94, de 16 de novembro, na dependência do Ministério da Administração Interna (MAI), como único responsável pela ligação com os restantes EM, através do estabelecimento de relações conexas ao Sistema de Informação Schengen (SIS),¹³³ constituindo, deste modo, uma unidade orgânica integrada no Sistema Nacional de Informação Schengen (NSIS).¹³⁴

O Gabinete é a entidade central para a cooperação policial ao abrigo dos artigos 39.º, 41.º e 46.º da CAAS. O SIS é a base de dados comum a todos os Estados (membros ou associados da UE) que aderiram ao Acordo e à CAAS. Contém dados relativos a certas

¹³⁰ Ibidem

¹³¹ *Supplementary Information Requested at the National Entry*, ou seja, Informação Suplementar Requerida pelos Registos Nacionais no Sistema de Informação Schengen (SIS)

¹³² Disponível em <http://www.sirene.sef.pt/intro.html>, em linha, consulta em 28 de junho de 2012

¹³³ Em Portugal as entidades utilizadoras do SIS são: a GNR, a PSP, o SEF, a Direção Geral das Alfândegas (DGA), a PJ e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) (Sousa, in II Colóquio de Segurança Interna, 2006, p. 295)

¹³⁴ Disponível em <http://www.sirene.sef.pt/missao.html>, em linha, consulta em 28 de junho de 2012

categorias de pessoas e objetos, que estão permanentemente disponíveis a todas as entidades competentes dos EM, para consulta, constituindo, por isso, um instrumento essencial para o bom funcionamento do espaço de segurança, liberdade e justiça (RASI, 2010, p. 229).

6.6 A importância do Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna

O Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE), no seu art.º 71º, previu a criação, no Conselho da UE, de um Comité Permanente para a Coordenação Operacional em matéria de Segurança Interna (COSI), com o objetivo de assegurar na UE a promoção e o reforço da cooperação operacional em matéria de segurança interna, nomeadamente, policial e aduaneira, proteção das fronteiras externas e cooperação judiciária, em matéria penal, relevantes. Tendo em consideração o objetivo e as funções do COSI, Portugal indicou como seu representante, naquele Comité, o SGSSI.

O Comité informa periodicamente o Conselho sobre as suas atividades, o qual informará, por seu turno o PE e os Parlamentos nacionais.

*“O COSI é igualmente responsável pela avaliação da orientação geral e da eficácia da cooperação operacional com o objetivo de identificar possíveis lacunas e adotar recomendações para as colmatar. Pode convidar representantes da EUROJUST, EUROPOL, FRONTEX e de outros organismos importantes para assistir às suas reuniões, e espera-se que ajude a manter a coerência da ação desses organismos”.*¹³⁵

Assim, e com base na Avaliação de Risco do Crime Organizado (OCTA) para o ano de 2011 elaborada pela EUROPOL, o Conselho identificou um conjunto de prioridades: luta contra a produção e a distribuição de droga (incluindo as substâncias sintéticas e psicoativas); contra o tráfico de droga, particularmente na África Ocidental; mitigação do papel dos Balcãs Ocidentais no contexto do crime internacional; contra o tráfico de seres humanos; contra o tráfico por contentores de mercadorias ilícitas para a UE; contra os grupos do crime organizado que se dedicam à imigração ilegal; contra os GCI e contra o cibercrime (RASI, 2011, pp. 203, 204).

Dos oito Planos de Ação Operacional (PAO) definidos, aprovados a 8 de dezembro, para implementação no período de 2012-2013, destacamos o PAO “Criminalidade

¹³⁵ COSI. Disponível em http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_dicionario.asp?submenu=35&gloss=1038, em linha, consulta em 28 de junho de 2012

Itinerante” (destinado a reduzir as capacidades dos grupos criminosos itinerantes - com a participação da Guarda Nacional Republicana, em representação de Portugal, e em coordenação com o gabinete do SGSSI, incluindo, a nível interno, um representante da PSP e um representante do SIS) (RASI, 2011, pp. 204, 205).

6.7 A troca de informações no contexto de combate ao crime

“O domínio da informação é a pedra de toque para o combate eficaz ao crime organizado e às novas formas de criminalidade: conhecer os agentes e o respetivo modus operandi, saber quais os interlocutores em cada Estado e os mecanismos mais rápidos de contacto, dominar o direito internacional e comunitário e o acquis doutrinário necessário constituem tarefas indispensáveis de polícias e magistrados comprometidos com a investigação criminal” (Davin, 2007, p. 5). Neste sentido, a melhoria da cooperação policial e judicial, só pode acontecer se existir a partilha desta informação, entre as autoridades competentes no combate ao fenómeno da criminalidade itinerante.

Segundo o RASI de 2011 e como já verificamos ao longo do presente estudo, têm sido criados diversos Grupos de Trabalho (GT) e EMPC, especializadas, dos quais fazem parte as diversas instituições que compõem o SSI ou mesmo autoridades competentes de outros EM, com o objetivo de incrementar a cooperação e agilizar a partilha de informação entre as FSS, no contexto da prevenção de riscos e deteção de ameaças à segurança interna, nomeadamente em situações de insegurança urbana e criminalidade violenta e grave emanada de diferentes ZUS (RASI, 2011, p. 110).

“A efetiva partilha de informações, resultantes da monitorização e da sujeição a adequados processos de análise, constitui uma mais-valia na: antecipação e prevenção de eventuais ilícitos criminais; identificação de indivíduos cuja atividade delituosa se enquadra nos modi operandi detetados; compreensão dos grupos móveis monitorados; coordenação das diferentes estruturas de investigação; prestação de apoios informacionais às investigações que se encontram a decorrer” (Fernandes, 2011, p. 137).

Para Victor Antunes, Inspetor Chefe da PJ, o papel da “intelligence” é crucial na análise de informação criminal, considerando que, no combate ao crime organizado a abordagem deverá ser pró-ativa: correlacionando, antecipando, prevendo, inferindo (Antunes, 2011, p. 154). Ao nível judicial, e em particular do Ministério Público (MP), o tratamento, análise e partilha de informação é, no quadro do fenómeno em estudo,

essencial, considerando as competências territoriais e os critérios para avocação ou conexão processual, ações estas, dificultadas pela mobilidade e flexibilidade dos GCI.

6.8 Síntese conclusiva

A cooperação judiciária em matéria penal seja para que crime for, deve ter em conta que há limites inultrapassáveis. A justiça não se compadece com uma cooperação judiciária, em que os vetores da eficácia e da legitimidade da política criminal não obedeçam aos primados da legalidade, da culpabilidade, da humanidade e da reinserção ou tratamento (Brandão, 2010, p. 86).

A implementação destas regras mínimas comuns a todos os EM vem assim coroar o conjunto de instrumentos que visam a implementação da cooperação policial e judiciária. Ela é fundamental para a eficácia da Eurojust e da Europol e consequentemente para a criação da Procuradoria Europeia prevista na Constituição para a Europa (Sousa, 2005, p. 105).

Três linhas fundamentais parecem emergir nesta matéria: a primeira é de que a ação da Europol e da Eurojust deve desenvolver-se, quer por iniciativa da investigação das formas de criminalidade sob a sua alçada, quer da subsequente instauração das respetivas ações penais, em perfeita articulação com as autoridades nacionais competentes. A segunda é a de que se impõe a adoção, o mais breve possível, de um protocolo de entendimento entre a Europol e a Eurojust. A terceira é a de que se torna imperativa a sua articulação com o OLAF (Sousa, 2005, p. 142).

Nesta medida, podemos afirmar que o combate isolado dos Estados ao fenómeno da criminalidade em geral e da itinerante, em particular, está condenado ao fracasso, não existindo alternativa à cooperação internacional, nos mais variados níveis (Gouveia, 2012, p. 131).

Capítulo 7

Para um conceito de Criminalidade itinerante.

Apresentação, análise e discussão dos resultados

“Independentemente da abordagem escolhida, qualitativa, quantitativa ou mista, a análise dos dados recolhidos é uma etapa fundamental no processo de investigação”

(Sousa & Baptista, 2011, p. 107)

7.1 Prolegómenos

Neste capítulo pretende-se apresentar e analisar todos os resultados obtidos pelas entrevistas realizadas. De acordo com o já referido no capítulo II, foram realizadas onze entrevistas a especialistas da área, desde o mundo académico até ao operacional, policial e judiciário.

7.2. Análise das Entrevistas

A análise de conteúdo das entrevistas neste trabalho materializou-se na transcrição integral das mesmas e na elaboração de um quadro analítico para cada questão (*vide* Apêndice A) através de sinopses, permitindo-nos desta forma uma análise qualitativa das mesmas. “...Na análise de dados, recolhidos através das técnicas associadas à investigação qualitativa, recorre-se à utilização de grelhas de análise” (Sousa & Baptista, 2011, p. 115). Este método permitiu sintetizar e objetivar as respostas, possibilitando relacionar as experiências de todos os entrevistados.

7.2.1. Análise de conteúdo da questão n.º 1

No quadro n.º 2 (*vide* Apêndice A.2.1.) encontra-se a análise de conteúdo da questão n.º 1: **“Como se define o crime itinerante? Quais os crimes que engloba esta designação?”**. Pretendeu-se com estas questões obter a perceção dos entrevistados sobre o tema em apreço e encontrar uma definição comum.

Da análise efetuada às respostas, podemos verificar uma concordância entre os onze entrevistados, em que todos referiram fatores comuns na caracterização do fenómeno, como por exemplo a mobilidade, o conceito grupal, os crimes contra o património, a dimensão transfronteiriça e a organização destes grupos, indo de encontro ao estudado no capítulo 3. Segundo o entrevistado n.º 6 o tema em estudo “... *durante o tempo do “Estado Novo” abrangia fenómenos criminais associados a populações que se deslocavam em feiras ou em contextos étnicos ou grupais. Os crimes mais frequentes eram crimes contra o património, designadamente crimes de furto e de burla.*” e, referiu ainda o mesmo entrevistado que, nos tempos atuais, “... *a criminalidade itinerante abrange sobretudo crimes contra o património cometidos por grupos criminosos que se vão deslocando pelo país e já não tem, necessariamente, as conotações étnicas de outrora.*”

Como referiu o entrevistado n.º 10, entende-se “*criminalidade itinerante como um conceito muito específico, abrangendo dois ou mais estados-membros, ou países vizinhos, ou seja, as atividades que são levadas a cabo por um grupo de indivíduos que se estendem a mais do que dois estados, numa dimensão transfronteiriça. Esta é uma realidade mais premente no centro e norte da europa, do que propriamente portuguesa, pois Portugal só tem fronteira com um único país (...)*”. Segundo o mesmo entrevistado esta criminalidade é cometida por “*um conjunto de indivíduos que sistematicamente praticam atividades ilícitas com o objetivo de obter proveitos. Os crimes mais praticados são os que produzem mais lucro, nomeadamente, contra o património, tráfico de droga, tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal, burlas, contrafação de produtos alimentares, de medicamentos, de equipamentos genéricos (como por exemplo eletrónicos, ...).*”

A maioria dos entrevistados foi unânime, como podemos verificar pela resposta do entrevistado n.º 4 em que a criminalidade itinerante “... *é um tipo de criminalidade com forte mobilidade, realizada por grupos que foram adquirindo um maior grau de organização e sofisticação. É um dos fenómenos com maior impacto ao nível da criminalidade registada da união europeia... O furto de metais não preciosos é agora praticado com grande profissionalismo e sofisticação...*”.

7.2.2. Análise de conteúdo da questão n.º 2

O quadro n.º 3 (*vide* Apêndice A.2.2.) apresenta a análise de conteúdo da questão n.º 2: “**Como surgiu a definição de crime itinerante?**”. Esta questão foi colocada com o intuito de conhecer a origem do conceito, em particular no âmbito da UE.

Nesta questão podemos verificar pelas respostas obtidas, a concordância total com a revisão da literatura executada no capítulo 4, em que este conceito teve um maior crescimento a partir do alargamento da UE aos países de leste. Por um lado a queda ou a extinção da ex-união soviética e o desmembramento dos seus estados que entretanto se criaram, e por sua vez a entrada de alguns na UE, facilitando a circulação dos seus cidadãos dentro do espaço europeu, deixando de existir qualquer controlo transfronteiriço. Para o entrevistado n.º 6 *“este conceito remonta aos anos 90 e inícios de 2000, com origem no centro da europa, em que foram detetados grupos que se caracterizavam pela sua forte mobilidade e essencialmente devido ao facto das instâncias formais terem muita dificuldade em reagir a um tipo de criminalidade completamente nova, e também alguma impreparação das instâncias formais de controlo.”*

Para o entrevistado n.º 11 *“no final do século passado e princípio do atual começou-se a perceber a existência de grupos, oriundos principalmente da Europa Central e de Leste, responsáveis por roubos/assaltos a residências e a estabelecimentos comerciais, e por furto de viaturas. Estes grupos estavam muito bem organizados, constantemente ativos e tinham como objetivo a aquisição de numerário e bens que pudessem ser posteriormente vendidos.”* Por sua vez o entrevistado n.º 7, relativamente à origem do conceito, referiu que foram *“... as autoridades belgas, em comunhão de esforços com as francesas, que procuraram caracterizar e definir devidamente o “fenómeno”, mas também o conceito de criminalidade itinerante, propondo a sua aceitação posterior aos diferentes Estados membros da UE”.*

7.2.3. Análise de conteúdo da questão n.º 3

No quadro n.º 4 (*vide* Apêndice A.2.3.) é apresentado a análise de conteúdo da questão n.º 3: **“Quais as raízes?”** Analisam-se assim, quais foram os primeiros passos do crescimento deste fenómeno.

Do estudo feito sobre as respostas dos entrevistados, podemos verificar que a maioria é coincidente relativamente aos países de origem, coincidente, também, com a análise feita no capítulo 4.3: Leste da Europa (Roménia, Bulgária, Moldávia, entre outros), Países Balcânicos, Bélgica, como se pode verificar pela resposta do entrevistado n.º 10: *“As etnias provenientes mais do leste europeu, sobretudo da Roménia e Bulgária são as que normalmente se consideram comunidades itinerantes, pois por norma é este o seu*

modo de vida. Conjuntamente com esta deslocação vão praticando as atividades ilícitas, que depois deram a caracterização do fenómeno da criminalidade itinerante.”

7.2.4. Análise de conteúdo da questão n.º 4

No quadro n.º 5 (*vide* Apêndice A.2.4.) apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º 4: **“Quais as possíveis causas do fenómeno da criminalidade itinerante?”** Esta questão foi colocada com o intuito de percebermos a razão pela qual grupos de pessoas percorrem quilómetros em busca de lucro, realizando delitos.

Da análise efetuada às respostas dadas pelos entrevistados, podemos observar que, mais uma vez, as respostas são coincidentes focando as questões económicas, culturais, sociais, a globalização e o espaço Schengen como as principais causas. Podemos, assim, verificar pela sinopse do entrevistado n.º 2 *“as assimetrias sociais e económicas, o desemprego, associadas à desagregação do “bloco de leste” que, ao abrir as fronteiras, possibilitou o fluxo dessas regiões mais desfavorecidas para o Ocidente. (...) devido à continuidade geográfica, à medida que progridem pela Europa vão praticando as suas atividades ilícitas, podendo ser considerado este como “um modo de vida”, assim como a maior ou menor permissividade das leis e das consequentes penas que, em alguns países, poderá funcionar como um fator de atração.”*

Por outro lado o entrevistado n.º 8 refere que *“a globalização provocou o encurtamento das distâncias, (...) o espaço Schengen e o aumento das fronteiras externas de cada um dos países que pertencem a este espaço, e de facto, dentro deste espaço a mobilidade é enorme (...) A busca do lucro e a dificuldade da reação das polícias são outras causas.”*

7.2.5. Análise de conteúdo da questão n.º 5

O quadro n.º 6 (*vide* Apêndice A.2.5.) apresenta a análise de conteúdo à questão n.º 5: **“A criminalidade itinerante enquadra-se no conceito de criminalidade organizada?”**. Procura-se assim verificar qual a relação entre estes dois fenómenos.

Do estudo efetuado sobre as respostas obtidas pelos entrevistados, podemos verificar que, a criminalidade itinerante é menos estruturada, complexa e violenta do que a criminalidade organizada, mas ainda assim tão visível e reiterada nas suas práticas, que não se limita geograficamente a um dado país ou região. Quer isto dizer que a criminalidade

itinerante pode ou não enquadrar-se no conceito de criminalidade organizada, dependendo do fenómeno criminal, podendo tornar-se, por vezes, numa ramificação do crime.

Para o entrevistado n.º 11 *“é um fenómeno que cabe dentro do conceito de criminalidade organizada (ou de associação criminosa) desde que integre os elementos constantes da Decisão-Quadro 2008/841/JAI, do Conselho da EU, de 24OUT08.”*¹³⁶.

De todas as respostas obtidas a esta questão, salientam-se ainda alguns pontos importantes, indo de encontro ao referido pelo entrevistado n.º 10: *“Em termos de caracterização do fenómeno existem diferentes níveis:*

- *Um nível do crime de oportunidade praticado pelos indivíduos que têm uma organização rudimentar, estamos a falar de duas ou três pessoas que coabitam ou vivem na mesma área e se juntam para praticar estes ilícitos;*
- *Depois, os grupos criminosos que utilizam células e que praticam determinado tipo de ilícitos mas não têm obrigatoriamente de ser itinerantes;*
- *E ainda, os considerados itinerantes, que já se deslocam em longas distâncias para praticar os ilícitos. É a chamada a técnica do “hit and run”*¹³⁷.

7.2.6. Análise de conteúdo da questão n.º 6

No quadro n.º 7 (vide Apêndice A.2.6.) estão presentes as sinopses das respostas dos entrevistados à questão n.º 6: **“Qual o quadro normativo, nacional e europeu, que enquadra o crime itinerante?”**. Esta questão colocou-se com o objetivo de perceber a fundamentação legal do conceito de criminalidade itinerante, que está a ser utilizada pelas forças e serviços de segurança, na justificação das respetivas operações.

Para o entrevistado n.º 1 *“os quadros normativos são, naturalmente, o de cada país.”* Também o entrevistado n.º 2 concorda que *“estes crimes integram o quadro jurídico que está previsto no país onde são cometidos.”* E o entrevistado n.º 7 referiu que *“a temática da criminalidade itinerante está suportada no que é definido em sede de Comité para a COSI.”*

¹³⁶ Associação criminosa é a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outros.

¹³⁷ Significa deslocamento ao local, realizar o ato ilícito e retirar, portanto vão lá praticar a atividade ilícita, seja ela qual for, e depois retiram, seja para as suas bases, seja para o país de onde provêm.

O entrevistado n.º 11 referiu que o crime itinerante é enquadrado através da “*definição consagrada pela UE, conforme disposto nas Conclusões do Conselho de Justiça e Assuntos Internos, de 02 e 03DEC10 (esta é a definição seguida pela EUROPOL).*”

7.2.7. Análise de conteúdo da questão n.º 7

No quadro n.º 8 (*vide* Apêndice A.2.7.) estão presentes excertos das respostas à questão n.º 7: **“Como se caracterizam os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI) ou Grupos Móveis de Criminalidade Organizada (GMCO)? Qual o *modus operandi* dos mesmos? Qual o perfil deste tipo de criminoso? Como é feita a angariação do efetivo destes grupos?”**. Esta questão foi colocada com a intenção de se realizar uma caracterização geral dos grupos Criminosos Itinerantes, incluindo o seu *modus operandi*, perfil do criminoso e, perceber como é feita a angariação dos efetivos destes grupos.

De uma forma geral as respostas a esta questão foram concordantes, e estão de acordo com a primeira parte deste estudo (capítulo 4). Assim, caracterizamos o Grupo Criminoso Itinerante como um conjunto de indivíduos, estruturados, organizados, com um determinado objetivo que conduz a uma serie de ações, essencialmente contra o património. Têm de realizar ações em dois países contínuos e em vários pontos do TN. Existe uma divisão de trabalho e hierarquia no seio do grupo: os que pedem esmola, os observadores, os operacionais, os que transportam o produto dos roubos para o país de origem. A seleção dos indivíduos para pertencerem aos grupos é feita por clãs e no seio das famílias, são pessoas sem qualificação, mas que no contexto de crime organizado têm a sua função. Podemos subdividir estes grupos em dois tipos de organização, a primeira de orientação familiar, que tem a ver com as tradições ciganas, com características da etnia “Roma”, da Roménia e da própria Hungria, depois a sua capacidade de itinerância, de movimentação, o que prejudica largamente as mulheres e crianças. O segundo tipo de organização é mais policial, é agressiva quando os seus elementos não cumprem determinadas regras internas, é violenta para quem falha determinado tipo de obrigações. Quanto ao *modus operandi*, estes grupos têm uma hierarquia, estão bem organizados, atacam alvos de oportunidade, no entanto varia muito consoante o objetivo. Quanto ao perfil do criminoso, este varia desde os bem-falantes, bem vestidos, ou com um aspeto perfeitamente normal, até aos que apresentam um aspeto andrajoso. O aspeto também está relacionado com a natureza do crime que pretendem realizar. Muitos grupos têm laços

familiares, mas esta característica, não é essencial para que os mesmos se enquadrem no âmbito da criminalidade itinerante. Já se observa o recrutamento de indivíduos nacionais, para executarem determinado tipo de ações, por exemplo, burlas da segurança social, sendo este considerado como um fenómeno de integração.

“Parece existir uma correspondência entre a origem dos indivíduos que praticam este tipo de criminalidade itinerante e o modus operandi. (...) a grande mobilidade, de carácter nacional e transnacional, portanto com uma lógica internacional, um número de indivíduos pertencente ao grupo bastante alargado, normalmente dedicado à criminalidade contra o património, com uma atividade muito intensa, quase diária, em busca do lucro”, afirmou o entrevistado n.º 8, e que “estes indivíduos possuem um grande histórico criminal nos seus países de origem, muita desta criminalidade violenta, que muitas vezes exercem dentro do grupo para manter a unidade da estrutura, tendo já passado pela maioria dos países da europa central e do norte, normalmente associado ao tráfico de seres humanos. Temos portanto um perfil criminal difuso, porque a um nível mais baixo e menos complexo estão os indivíduos mais jovens e menos experientes, depois nos níveis intermédio e superior estão os indivíduos mais experientes, com mais maturidade”.

Para o entrevistado n.º 11 o principalmente objetivo, destes grupos é o lucro. Os quais dispõem de *“elevada capacidade de mobilidade: realização de crimes consecutivos, em curto espaço de tempo, em diversas regiões do mesmo país; deslocação posterior para outros países, geralmente limítrofes. Os grupos dispõem de uma estrutura piramidal, sendo que a cada grau da pirâmide (a cada tipologia de crime) poderão corresponder várias células dispersas por diferentes regiões e zonas de ação. Os elementos do grupo são recrutados nos países de origem. Os grupos são heterogéneos quanto ao sexo e idade (homens, mulheres, crianças). As mulheres e crianças geralmente estão envolvidas em crimes de moldura penal mais leve. Fortemente organizados, com elevado grau de especialização em múltiplas tipologias criminais. Organização não hierárquica constituída por células relativamente autónomas orientadas por uma liderança própria, normalmente exercida por indivíduos ou redes criminosas estabelecidas no país de origem, de onde são emanadas as orientações estratégicas genéricas para a atuação dos grupos. Nos países de atuação, as células são coordenadas por chefias intermédias. Alta capacidade de adaptação e resiliência; capacidade de reorganização, conseguindo alterar rapidamente o número ou género dos indivíduos pertencentes ao grupo, se necessário.”*

7.2.8. Análise de conteúdo da questão n.º 8

O quadro n.º 9 (*vide* Apêndice A.2.8.) analisa as respostas da questão n.º 8: **“Existe influência da prática do crime de auxílio à imigração ilegal na criminalidade itinerante?”**. Pretende-se assim analisar se, por um lado, a abertura das fronteiras na UE e, por outro, a ação das redes de crime organizado, onde se incluem os GCI, fomentam o crime de auxílio da imigração ilegal, favorecendo o crescimento do fenómeno da Criminalidade Itinerante, refletindo-se numa ameaça constante à segurança e tranquilidade dos cidadãos.

Da análise efetuada aos entrevistados podemos verificar que existe, em termos gerais, concordância nas respostas, existindo de facto a utilização do crime de auxílio à imigração ilegal no apoio às atividades planeadas pelos GCI, como podemos concluir pela resposta do entrevistado n.º 11 em que *“os grupos criminosos itinerantes encontram-se, também, envolvidos em atividades relacionadas com o auxílio à imigração ilegal, com o propósito de “criar uma aparência” de legalidade quanto à presença dos elementos dos grupos em espaço europeu. Pode considerar-se uma atividade acessória, mas fundamentalmente, para “escapar” ao radar das autoridades. Por vezes, para estes efeitos, chegam a criar associações (legais) de apoio aos imigrantes, que os ajudam a legalizar-se nos diversos países europeus.”* O entrevistado n.º 9 refere que *“..., sempre que estiver associada a uma transnacionalidade, seguramente, como o grupo roda os seus operativos, utiliza quer documentação quer identidades falsas para movimentar estas pessoas entre os diferentes países.”*

7.2.9. Análise de conteúdo da questão n.º 9

No quadro n.º 10 (*vide* Apêndice A.2.9.) são apresentadas as sinopses relativas à pergunta n.º 9: **“Que nacionalidade (s) é (são) mais preocupante (s) no âmbito do auxílio à imigração ilegal influenciadora da criminalidade itinerante?”**. Esta questão foi realizada com o objetivo de perceber qual a perceção que os entrevistados têm sobre a nação/país que mais potencia os efeitos do crime itinerante, nomeadamente ao nível do crime de auxílio à imigração ilegal, mas também ao nível dos outros crimes conexos praticados.

Como refere o entrevistado n.º 7, *“é difícil fazer referências étnicas neste tipo de estudo, sem correr o risco de ser mal compreendido. No entanto, na investigação criminal*

estes dados têm de ser analisados sem preconceitos, em benefício da prevenção e da repressão do crime, (...) “ pese embora este importante apontamento, e sem qualquer estigmatização, concluímos que existem diversos grupos pertencentes a diferentes nacionalidades que estão envolvidos no âmbito da criminalidade itinerante, como por exemplo na Alemanha os Curdos-iraquianos. Existe uma concordância quase total entre todos os entrevistados referindo que as nacionalidades que mais reflexão exige, atualmente, são as dos países oriundos de Leste europeu, sobretudo da Roménia e Bulgária, mas, também, países como a Mongólia, os Balcãs, e a China, foram mencionados.

Para o entrevistado n.º 10 “Portugal, para além da criminalidade europeia, tem a criminalidade da América do Sul. Espanha mais centrada nos países hispânicos e Portugal mais centrado nos brasileiros. No âmbito da criminalidade itinerante temos 4 realidades: os grupos criminosos provenientes dos EM, ou seja, dentro da UE (mais romenos e búlgaros), grupos criminosos de fora da UE (georgianos, albaneses, magrebinos e, de um modo geral, os países da ex-união soviética, e da Rússia) e os grupos da América Latina, para além dos grupos Africanos, sobretudo os Nigorianos (ao nível do tráfico de seres humanos, prostituição, ...).”

7.2.10. Análise de conteúdo da questão n.º10

No quadro n.º 11 (*vide* Apêndice A.2.10.) estão presentes as respostas da questão n.º 10: **“A criminalidade itinerante aumentou e/ou diversificou-se por meio de um eventual aumento de imigração ilegal?”**. Esta pergunta foi exposta com o intuito de percebermos se a imigração ilegal tem aumentado, ou não, e em caso afirmativo qual a influência que terá na criminalidade itinerante.

Como podemos observar das respostas dadas pelos entrevistados, não obtivemos um resultado unânime, senão vejamos: para o entrevistado n.º 1 *“no contexto social que a Europa vive atualmente, talvez tenha adquirido um papel mais relevante, por causa da tipologia do crime e da necessidade de sobrevivência das pessoas, ou dos GMCI circularem sempre na obtenção do lucro”,* e para o entrevistado n.º 2 *“com a crise e consequentemente o desemprego, está-se a observar o regresso de emigrantes para os países de origem o que, consequentemente, poderá implicar uma diminuição da criminalidade,”*, já para o entrevistado n.º 3 *“..., não tem nada a ver. Os imigrantes em situação irregular não aumentaram. O que se está a verificar é que mesmo os que estão*

em situação regular estão a optar pelo retorno voluntário. O que está aqui em causa são os objetivos muito precisos das estruturas criminosas.”

Segundo o entrevistado n.º 5 *“nem todos os imigrantes em situação irregular se dedicam a atividades criminosas, podem por desespero e falta de meios ter começado, nomeadamente os desempregados. Tem de distinguir-se o trigo do joio. O auxílio à imigração ilegal é de combater, (...).”*

O entrevistado n.º 6 admite *“ (...) que o incremento do auxílio à imigração ilegal e do tráfico de pessoas se relacione com a criminalidade itinerante e potencie o seu aumento... De todo o modo, o que tem acontecido nos últimos anos favorece o crescimento da criminalidade itinerante... Para dar um exemplo simples, posso referir as autoestradas, que são fonte de liberdade, progresso e até segurança rodoviária, mas também podem facilitar a prática de crimes.”*

Destas respostas verificam-se ainda outras preocupações como a crise económica, política e social que o mundo e a Europa, em particular, atravessam, o desenvolvimento e a globalização, o desemprego, um enquadramento social deficitário, o retorno dos emigrantes aos seus países de origem.

7.2.11. Análise de conteúdo da questão n.º 11

O quadro n.º 12 (*vide* Apêndice A.2.11.) apresenta as sinopses das respostas dos entrevistados à questão n.º 11 **“Que tipo de ações, policiais e judiciais, nacionais e supranacionais, estão a ser implementadas para combater, prevenir e/ou anular o fenómeno da criminalidade itinerante?”** A cooperação tem sido a chave para o sucesso do trabalho desenvolvido pelos EM, no sentido de combater este fenómeno na UE. O fundamento para a abertura das fronteiras e a criação do mercado único na UE facilitou a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. No entanto, constituiu, também, uma nova oportunidade para a prática de crimes. Esta questão foi colocada com o objetivo de perceber que medidas de cooperação policial e judiciária, estão a ser implementadas, na UE, de forma a tentar “combater”, ou pelo menos controlar, o fenómeno em estudo.

Do estudo efetuado às respostas dos entrevistados, podemos verificar que existe unanimidade de opinião sobre as ações que estão a ser implementadas, como por exemplo, conhecimento de bases de dados conjuntas, sistemas de comunicação conjuntos, sistema de cooperação policial e de órgãos próprios para efeitos de coordenação das forças policiais

(como por exemplo a Europol), a cooperação internacional (por exemplo as equipas de investigação conjuntas (EIC) não só com as forças e serviços de segurança nacionais mas também com as europeias, nomeadamente Francesas e Inglesas, também cooperação entre MP e a Eurojust), que é determinante, aposta ou investimento na formação dos novos militares e/ou agentes e na cooperação e troca de informações entre as forças policiais. O entrevistado n.º 9 não respondeu por não dispor da informação necessária.

Para o entrevistado n.º 2, a primeira questão fundamental, a analisar, será “a percepção da realidade. Tentar perceber o que faz mover estes indivíduos, para onde, quais o tipo de crimes que cometem e, conseqüentemente, implementar o conjunto de ações preventivas, quer ao nível das Forças de Segurança na localização no terreno, quer em termos de alerta às populações. A segunda é a eventual alteração do quadro legal desta criminalidade. No entanto, ao nível nacional e europeu, é fundamental um maior e mais profundo conhecimento destes grupos e das suas ações, assim como, uma mais efetiva partilha da informação.”

O entrevistado n.º 5 é de opinião de que “tem de haver cooperação, quando determinado grupo está num país e a determinada altura sai dele, o país em questão, em princípio, sabe para onde é que eles vão, e devem avisar os outros. (...) É fundamental a monitorização dos grupos na UE, depois existe outra questão que é preciso insistir, que são as notificações, as rusgas, e continuar a perguntar: “Qual o seu meio de subsistência?” É uma obrigação do Estado, apesar de antipático, mas o estado tem de ser antipático para defender os cidadãos, é a sua primeira obrigação.”

Para concluir, o entrevistado n.º 11 opina que é necessário “...desenvolver políticas de integração. A política da UE, que coincide com a política portuguesa, encara de forma abrangente e integrada as migrações, através de quatro orientações essenciais: 1. Regular e favorecer a imigração legal; 2. Combater a imigração ilegal e os fenómenos graves de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal; 3. Integrar os imigrantes, e 4. Fazer uma gestão comum das fronteiras da Europa (...) Estas quatro orientações são muito importantes também para combater a criminalidade itinerante, nomeadamente através da integração dos imigrantes para evitar a exclusão social. Por outro lado, ao nível das políticas de segurança propriamente ditas, é muito relevante o policiamento de proximidade (...) As estratégias de policiamento de proximidade têm de encarar com muita atenção a criminalidade itinerante, através do patrulhamento clássico mas também de formas de contacto rápido, com eventual recurso a novas tecnologias, que permitam às

forças de segurança intervir de imediato (...) com esquemas de policiamento mais modernos (...) Basta pensar na georreferenciação, nas centrais de alarmes, na videovigilância e nos motores de busca na internet que podem ajudar a defender as vítimas que são ‘presa’ fácil da criminalidade itinerante, (...) Num outro plano, a investigação criminal assume um papel decisivo, para dismantelar a criminalidade organizada. Neste âmbito, um dos problemas que se coloca com mais acuidade é o da cooperação entre serviços e forças de segurança. (...) O que se passa ao nível das polícias, também vale para o Ministério Público (MP). O MP tem dificuldade em acompanhar de forma efetiva as investigações e os inquéritos.”

7.2.12. Análise de conteúdo da questão n.º 12

No quadro n.º 13 (*vide* Apêndice A.2.12.) são apresentadas as respostas à questão n.º 12 **“Existe eficácia na atuação operacional?”**. O objetivo desta questão é o de perceber se as medidas que se encontram implementadas (e outras em implementação) estão a produzir efeitos positivos, ou, no mínimo, a controlar o fenómeno.

Da análise efetuada às respostas dadas pelos entrevistados conclui-se que é unânime entre todos os entrevistados que, já existe alguma eficácia operacional, no entanto, ainda muito está por fazer. Como refere o entrevistado n.º 10 *“Devido às medidas implementadas aumentou-se a eficácia, no entanto ainda existe algum caminho a percorrer porque há necessidade de se articular e agilizar alguns procedimentos, pois muitas vezes os tribunais de comarca não cumprem a obrigatoriedade que está estabelecida, de por exemplo, ao nível do furto dos metais não preciosos, enviarem os inquéritos deste tipo de ilícitos para os DIAP’s a que pertencem. O circuito é novo e até ser completamente implementado leva o seu tempo, por outro lado os DIAP’s ainda não têm capacidade de resposta a todas as solicitações, no âmbito deste furto. No entanto, a eficácia melhorou desde que passou a haver o tratamento integrado e com Procuradores exclusivamente dedicados ao furto de metais.”*

O entrevistado n.º 8 refere que a criação de alguns mecanismos de cooperação internacional, como por exemplo o MDE e as EIC, ajudaram na capacidade de resposta das polícias, no entanto, apesar da PSP e da GNR desempenharem um papel fundamental no combate ao fenómeno da criminalidade itinerante em Portugal, não têm acento na UNE, nem no GNI.

Para o entrevistado n.º 7 *“as Forças e Serviços de Segurança têm feito um esforço considerável, que, nalguns casos, tem sido premiado com resultados muito positivos (...) A eficácia na atuação não resultou simplesmente das investigações desencadeadas. Tem havido a preocupação crescente de suportar todo o trabalho policial com dados fundados em processos de pesquisa e análise de informações. (...) A atuação policial será tanto mais eficaz quanto melhor se perceber os modus operandi utilizados, a dinâmica grupal, as relações existentes (entre outros aspetos). E, por outro lado, os resultados policiais serão tão mais positivos quanto melhor se estabelecer conexões entre os vários ilícitos criminais. (...) Em suma, as polícias têm trabalho feito mas é preciso continuar a melhorar os mecanismos de atuação policial.”*

Já o entrevistado n.º 3 entende que *“o MP em Portugal começa a ter a perceção daquilo que é a dimensão internacional do fenómeno, embora seja difícil harmonizar, muitas vezes a estratégia com todo o MP, nomeadamente com questões de territorialidade. Não existe uma harmonização do MP, para combater sempre da mesma forma este tipo de crime. Ao nível policial existe alguma eficácia, já existe a interiorização da informação e sob a forma como devemos atuar em determinado momento.”*

O entrevistado n.º 11 refere que *“a mobilidade e capacidade de resiliência destes grupos dificultam a atuação policial e mesmo judiciária. Neste último caso, saliente-se a dificuldade de efetuar ligação/conexão entre os diversos casos aparentemente avulso que surgem e que são julgados dessa forma, não sendo possível relacionar todos os crimes cometidos pelos membros de um mesmo grupo.”*

7.2.13. Análise de conteúdo da questão n.º 13

No quadro n.º 14 (*vide* Apêndice A.2.13.), estão presentes as sinopses das respostas à questão n.º 13 **“Qual o ponto de situação da criminalidade itinerante em Portugal?”** Esta questão foi colocada com o intuito de perceber o estado deste tipo de criminalidade em Portugal.

Através do estudo das respostas dadas, podemos verificar que as mesmas são difusas. Dos entrevistados, três responderam que o crime itinerante em Portugal está a diminuir como é o exemplo do entrevistado n.º 2, referindo que *“com a crise e consequentemente o desemprego está-se a observar o regresso de emigrantes para o país de origem. Consequentemente a criminalidade associada a estes elementos tem tendência a diminuir. Se as leis forem mais brandas ou a atuação das FFSS for menos enérgica,*

estes grupos mais facilmente entram, deslocam-se e praticam os crimes. Quanto mais pressionados se sentirem mais rapidamente saem.” Para dois dos entrevistados este fenómeno tem tendência para aumentar por vários fatores: aumento da mobilidade, aumento da oferta de bens de consumo, inexistência de fronteiras próprias, intensificação das migrações.

Segundo o entrevistado n.º 1 *“Considerando a dinâmica da atividade criminosa, consubstanciada no crime itinerante, podemos concluir que a mesma diminuiu para determinada tipologia de crimes e aumentou para outros.”* Já para o entrevistado n.º 3 *“está em fase de implementação, ...”* O inquirido n.º 7 afirmou que *“as Forças e Serviços de Segurança têm feito um esforço considerável, que, nalguns casos, tem sido premiado com resultados muito positivos. São exemplos os resultados alcançados com investigações recentes da Polícia Judiciária, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.”*

Os entrevistados n.ºs 9, 10, não responderam por não disporem da informação necessária e o entrevistado n.º 11 também não respondeu sem dar justificação.

7.2.14. Análise de conteúdo da questão n.º14

No quadro n.º 15 (*vide* Apêndice A.2.13.), encontram-se as sinopses das respostas da questão n.º 14 **“É possível definir um conceito de Criminalidade Itinerante, no quadro normativo europeu (Policial e Judiciário)?”**. Esta questão foi colocada com o intuito de verificar, junto dos entrevistados, se existe a necessidade de criar um conceito, ou desenvolver o conceito atual da UE, aplicando-o nas normas jurídicas portuguesas e europeias, de forma a facilitar quer a investigação quer o julgamento.

Através do estudo das respostas dadas pelos entrevistados, podemos verificar que três dos entrevistados concordam com a criação de um conceito nas normas legais, afirmando o entrevistado n.º 8 que *“..., é muito importante, pois estamos a falar de um crime de natureza transnacional e (...) é importante que todos falem a mesma linguagem e para isto teremos de ter o mesmo conceito, unívoco. (...)”*. Ainda o entrevistado n.º 9 afirma que *“(...) é possível, existem elementos muito objetivos que devem constar: a organização, o modus vivendi do crime, os tipos de crime que podem estar conexos, como por exemplo os crimes de sangue ou crimes sexuais, e da sua itinerância como modus de vivência por curtos períodos de duração.”*

Dos entrevistados, seis responderam que não existe necessidade de criar mais um artigo nas normas legais, apresentando algumas razões, tais como: *“poderá ser difícil provar. O crime itinerante tem uma especificidade em que o facto jurídico é a ação que se concretiza num ilícito criminal e este ilícito criminal está juridicamente tipificado nas várias ordens jurídicas”*; *“a legislação que existe já é suficientemente boa para combater este fenómeno”*; *“um artigo sobre a criminalidade itinerante, será sempre uma associação criminosa”*; *“Sendo a criminalidade itinerante uma representação de fenómenos criminais pode envolver diversos crimes. São esses conjuntos de crimes que, pela sua tipificação, vão congrega os fenómenos e caraterizar a criminalidade itinerante”*; *“No CP existe a definição de crime, de criminalidade violenta, especialmente violenta e altamente organizada. Estas definições tal como estão agora, abrangem todas as realidades, sejam elas itinerantes ou não, ...”*. O inquirido n.º 7 afirmou que *“existe um conceito de criminalidade itinerante perfeitamente definido no quadro europeu. Este reflete e caracteriza fenómenos criminais que implicam grupos na prática de crimes, em especial contra o património (...) Não obstante, ao nível do ordenamento jurídico não existe propriamente (nem tem de existir) relação com o conceito de criminalidade itinerante. Sendo esta uma representação de fenómenos criminais que pode envolver diversos crimes. São esses conjuntos de crimes que, pela sua tipificação, vão congrega os fenómenos e caracterizar a criminalidade itinerante.”*

O entrevistado n.º 5 não respondeu por não dispor da informação necessária e o entrevistado n.º 11 também não respondeu sem dar justificação.

7.3. Estudo de caso

Neste subcapítulo, pretende-se analisar um caso concreto, cuja informação foi obtida através de relatórios policiais da Guarda Nacional Republicana e de notícias de jornais, nomeadamente do jornal Público do dia 26 de maio de 2013, de forma a complementar o presente trabalho.

7.3.1 Objeto do estudo

O presente estudo de caso tem como objeto o fenómeno criminal relativo à atividade exercida em TN por um grupo itinerante de crime organizado, constituído por cidadãos oriundos da Bósnia e Croácia, baseado em laços familiares, que atuam em toda a

europa e que estão envolvidos em crimes contra o património. Em concreto, pretende-se apresentar a atividade delituosa levada a cabo por indivíduos de etnia “Roma”¹³⁸, inseridos no fenómeno da criminalidade itinerante e que se encontram organizados em “clãs”, unidos e hierarquizados por fortes laços familiares.

Apresentam como características gerais a elevada capacidade de mobilidade, permanecendo temporariamente em determinada região com o objetivo de praticar atividades ilícitas antes de se deslocarem para outros locais. Encontram-se diretamente relacionados com crimes de oportunidade de onde se destacam os roubos, furtos e burlas. De salientar que, os crimes contra a propriedade foram os que mais se destacaram nas atividades ilícitas dos suspeitos.

7.3.2 Situação

Regra geral os indivíduos que entram em Portugal pelas fronteiras terrestres, estão munidos de documentação falsa e, uma vez em TN, desenvolvem esforços para, utilizando tais documentos, arrendarem casas em zonas populosas, onde se instalam. De notar que a fixação destas comunidades é feita por agregados (em famílias), destacando-se o elevado número de crianças com que se fazem acompanhar.

De referir, também, que o mesmo se vem perfilando, não só como país de destino (ou fixação), mas também como uma plataforma transitória de estadia por curtos períodos, onde estes indivíduos permanecem pelo tempo estritamente necessário à obtenção de dinheiro e documentos que lhes permita seguir para outro destino. O dinheiro é na maior parte das vezes obtido através de furto, praticado diariamente nas zonas turísticas.

7.3.3 Análise

7.3.3.1 Fontes

O presente estudo de caso tem como base de trabalho a informação recolhida ao longo de uma investigação, que esteve a cargo de uma Equipa Mista de Investigação

¹³⁸ Ciganos Romany, ou simplesmente Roma, trata-se de uma minoria étnica bem definida, dividida em grupos e subgrupos com origens e padrões culturais comuns. Tendo em conta as suas origens geográficas podem ser divididos em 3 grandes grupos como “Roma Leste”, “Roma da Europa Central”, “Calé, Roma Ibéricos” e outros vários subgrupos. “Boyas”, designação para este subgrupo originário da zona dos Balcãs, respetivamente da Bósnia-Herzegovina, Servia, Croácia, Eslovénia e Hungria.

Criminal, constituída por elementos da GNR e do SEF, sob coordenação do DIAP de Lisboa.

7.3.3.2 Enquadramento legal

Em relação à matéria de facto, tratada na investigação levada a cabo pela equipa mista acima referida, poder-se-á afirmar que se encontram fortes indícios da prática dos crimes que, em abstrato, poderão ser tipificados como: Crimes de furto, qualificados pela prática reiterada, considerada como modo de vida; Crimes de falsificação de documentos; Outros crimes contra o património; Posse ilegal de arma de fogo; Branqueamento de capitais; Tráfico de pessoas; Auxílio à imigração ilegal; Imigração ilegal; Associação criminosa.

7.3.3.3 Caraterização da atividade

Quanto à atividade desenvolvida pelos suspeitos, foram identificados três níveis hierárquicos diferenciados, bem definidos, e que em conjunto desenvolvem esforços comuns para rentabilizarem ao máximo as atividades exercidas:

- 1) Primeiro nível:** Suspeitos responsáveis pela tomada de decisão, aconselhamento, mediação de conflitos e controlo/supervisão de todo o grupo – ocupando um escalão superior;
 - a) Era constituído essencialmente por homens, mais velhos ou que apresentassem um estatuto social elevado através do poder económico;
 - b) Regulavam as áreas de atuação, onde eram praticados os furtos e mediavam conflitos entre os responsáveis por essas áreas decidindo ainda sobre a rotação dos indivíduos dos escalões inferiores;
 - c) Tratavam da documentação, dos arrendamentos e da colocação das famílias que iam chegando ao TN;
 - d) Viviam de forma despreocupada, gozando de todo o proveito económico que o grupo lhes proporcionava, demonstrando sinais exteriores de riqueza, que eram materializados em elevadas somas monetárias que detinham, bem como viaturas de elevado valor.

2) Segundo nível: Suspeitos responsáveis pelo apoio, controlo e supervisão de operacionais de rua – ocupando um escalão intermédio;

- a) Constituído maioritariamente por homens e algumas mulheres mais velhas, em que todas elas apresentavam larga experiência na prática dos furtos;
- b) Estas mulheres apresentavam ainda a característica comum de terem um relacionamento próximo com os homens do estatuto mais elevado;
- c) Os homens eram responsáveis pelo apoio direto nas áreas de furtos e pelo transporte de “carteiristas” para essas mesmas áreas;
- d) Conferiam-lhes segurança e ao mesmo tempo eram responsáveis por controlar o trabalho das mesmas, mantendo-se na retaguarda;
- e) As mulheres, por sua vez, dedicavam-se também aos furtos, fazendo, no entanto, um controlo próximo das outras carteiristas, ensinando e encaminhando outras mulheres menos experientes e mais novas;
- f) A posição social deste patamar intermédio era bastante diferenciada e diretamente ligada ao sucesso das “carteiristas” que cada homem controlasse e, necessariamente, à quantidade de dinheiro que este angariava para o grupo;

3) Terceiro nível: Operacionais de rua, responsáveis pela execução da maior parte dos ilícitos verificados – ocupando um escalão baixo.

- a) Representado maioritariamente por mulheres, que constituíam a principal força de trabalho;
- b) Estas eram as operacionais de rua, responsáveis pela prática dos furtos;
- c) Atuavam de forma concertada e consistente, no furto a turistas, em zonas de turismo;
- d) Considerando que as próprias mulheres eram igualmente estrangeiras, ficou demonstrado claramente que existia uma preparação no reconhecimento e prospeção dos locais, revelando que as mesmas apresentavam um claro conhecimento da rede de transportes públicos e um enorme à vontade de circulação;
- e) Extremamente hábeis na sua atividade, conseguiam facilmente elevadas somas monetárias para o grupo, que poderá ser estimado em cerca de quinhentos euros por mulher/dia;
- f) Contudo, ocupavam a posição social mais baixa no seio da organização.

A articulação entre os elementos do grupo mostrava-se eficiente e efetiva. Cada indivíduo conhecia o seu lugar e trabalhava afincadamente para um objetivo comum,

promovendo ao mesmo tempo a sua ascensão dentro da organização. As ordens ou decisões tomadas eram disseminadas de forma descendente, enquanto o dinheiro angariado pelas mulheres seguia de forma ascendente onde todos ganhavam, desde a base até ao topo.

A organização do grupo, também ficou bem demarcada no que diz respeito à escolha dos locais para os furtos. Os locais mais produtivos eram distribuídos aos homens do patamar intermédio de maior importância e, por sua vez, às carteiristas mais experientes e eficientes. Os homens reuniam-se com alguma frequência, decidindo as linhas de orientação do grupo e a sua gestão, por outro lado a cumplicidade das mulheres na rua era total, independentemente das zonas de furto a entreajuda e articulação das carteiristas entre diversos grupos era perfeita. A idade de iniciação à atividade de carteirista situava-se por volta dos catorze ou quinze anos, idade em que as adolescentes começavam a acompanhar mulheres mais velhas nos locais dos furtos, aprendendo desta forma as técnicas de furto de carteiras.

Foi verificado que estas atuavam sempre em grupo, embora os seus membros pudessem variar, não prejudicando a sua eficácia. Rodeavam a vítima criteriosamente selecionada e em segundos conseguiam os seus intentos. Nos locais dos furtos, verificou-se também que recorriam naturalmente a manobras de contra vigilância, aprendidas através de anos de experiência na atividade.

Foi possível perceber que estas mantinham um controlo permanente e efetivo do ambiente que as rodeava informando-se mutuamente da presença de elementos de forças policiais. Como forma de atuação, verificou-se que a carteirista mais velha ou experiente controlava efetivamente as restantes do seu grupo, assegurando as despesas e retendo o dinheiro angariado que era mais tarde dividido.

7.3.3.4 Seleção de vítimas

As vítimas eram maioritariamente, e preferencialmente, pessoas de nacionalidade estrangeira, demonstrando também o conhecimento presente da vulnerabilidade das mesmas, não alheia ao facto de estas se encontrarem num país que não o seu. É de considerar, também, que a escolha destes alvos se revelava mais proveitosa no que diz respeito ao produto conseguido pelo furto.

Os estrangeiros escolhidos, eram na sua grande maioria de origem asiática, já que a barreira linguística abonava a favor das próprias carteiristas, que em caso de contacto com

as autoridades tornava difícil a descrição cabal da ocorrência, bem como o facto de estes turistas, na maioria dos casos, não fazer qualquer participação policial.

7.3.3.5 Documentação de identificação

Praticamente toda a documentação utilizada pelos suspeitos era falsa. A grande maioria utilizava diversas identidades, tendo até nacionalidades diferentes uns dos outros. O seu grande objetivo era conseguir identidades de países pertencentes à UE, o que lhes proporcionava um livre-trânsito no interior da comunidade europeia.

Foi possível perceber que um mesmo indivíduo tivera diferentes identidades em diferentes países da UE onde era procurado pela prática de crimes. Foi perceptível também um evoluir da forma em como os suspeitos se relacionavam com o sistema legal português. Inicialmente, no que diz respeito em concreto às mulheres que eram detidas nos furtos, identificavam-se com documentação croata ou com autorizações de residência de EM como Espanha, França ou Alemanha. No entanto, a partir de dado momento passaram a apresentar-se indocumentadas, referiam a nacionalidade Eslovena que, por tratar-se de um país da UE, inviabilizava o tratamento extracomunitário previsto na Lei de Estrangeiros e ao controlo exercido pelo SEF.

7.3.3.6 Enquadramento social

A organização pretendia passar o mais despercebida possível. Não residiam próximos uns dos outros, embora mantivessem laços estreitos entre si, passando assim despercebidos enquanto comunidade. Todos mantinham uma postura bastante discreta, não chamando a atenção de vizinhos ou das autoridades das áreas de residência, o que lhes proporcionava um refúgio seguro. Mantinham relações cordiais, preferindo-se identificar como Espanhóis (ou Italianos em férias) ou ali a residir temporariamente por razões laborais. Os homens, sempre na retaguarda, eram os mais discretos, mantendo uma vida recatada e tranquila. As mulheres por força da sua atividade eram as mais expostas, mas ainda assim evitavam atrair demasiadas atenções sobre si. Muitas delas, sobejamente conhecidas nos locais onde eram praticados os furtos, quando apanhadas em flagrante pelas autoridades, tomavam uma postura de resignação e de colaboração, fornecendo na sua maioria informações falsas sobre a sua identidade e local de residência, escondendo a todo o custo a organização a que pertenciam. Esta postura era mantida com polícias e

tribunais, aproveitando a benevolência de um arguido colaborante para saírem das situações com a medida de coação mais baixa (termo de identidade e residência) ou apresentações num posto policial de uma área de residência que na maioria das vezes correspondia a um estabelecimento comercial ou de uma habitação que não era a sua.

7.3.3.7 Rotações dos elementos do grupo

Verificou-se que a rotação de indivíduos da organização ocorria por três razões: a primeira forma de rotação de indivíduos era feita em TN, através da alteração de morada; os indivíduos mudavam o seu lugar de residência temporária. A segunda forma de rotação verificada ocorria por força de uma mulher se tornar conhecida, ou ser sistematicamente detida em flagrante delito. Esta rotação podia implicar a rotação da mulher em causa apenas, ou de toda a sua família. A terceira forma era para adquirir/angariar novas mulheres para trabalharem na organização, o que na maioria dos casos se devia à rotação noutros países. Esta rotação acontecia normalmente envolvendo dinheiro, em que os serviços da mulher seriam comprados por outro grupo, podendo a mesma ser apenas “transacionada” ou mesmo toda a sua família.

Estas duas últimas rotações referidas envolviam também organizações semelhantes a operarem em países estrangeiros. De entre os países identificados destacam-se a Itália e Espanha.¹³⁹ Os contactos com países estrangeiros eram permanentes - como veio a ser verificado através das diversas entradas e saídas de Portugal por parte dos indivíduos conotados com o patamar de chefia.

7.3.3.8 Incidência Espacial e Temporal

As investigações decorreram entre 2010 e 2012. A organização operava maioritariamente na área de Lisboa, Baixa do Porto; centro histórico de Évora; Santuário de Fátima; Albufeira; Vilamoura e outras zonas do Algarve.

No que respeita ao Santuário de Fátima, durante os dias de culto, com maior concentração de devotos, as mulheres deslocavam-se para aquela localidade por vários

¹³⁹ Estas rotações entre organizações normalmente envolviam decisões tomadas entre os chefes ou patriarcas dos diferentes clãs, em que eram proporcionadas todas as condições para a rotação das pessoas. Durante as investigações foi verificada a situação de serem alugadas previamente residências para receberem famílias inteiras que iam chegando ao Território Nacional. Estas pessoas por norma eram bem recebidas no seio da comunidade, mostrando muitas das vezes que já eram conhecidas de outras paragens.

dias, ficando hospedadas em hotéis ou em pensões. Nos restantes dias, muitas vezes depois de terem passado um dia inteiro em Lisboa, rumavam para Fátima ao final do dia, de forma a estarem presentes na maior concentração de devotos que ocorre à procissão das velas, por volta das 21h00, regressando durante a madrugada para as suas habitações.

Nas restantes zonas indicadas, deslocavam-se normalmente por vários dias, ficando normalmente hospedadas em hotéis.

7.3.4 Conclusões

Como conclusão do presente estudo de caso, realça-se o facto de entre os crimes identificados em abstrato, o crime de furto das carteiras revelou-se o mais consistente na angariação de prova, tratando-se de um crime não violento e na maior parte das vezes praticado contra turistas estrangeiros. Passava praticamente despercebido das autoridades, as quais revelavam dificuldade em correlacionar os mesmos com a atividade praticada pelo grupo. Porém, e na realidade, era com este tipo de crime que o grupo conseguia angariar avultados lucros financeiros, confirmado em situações similares ocorridas em outros países europeus, nomeadamente em França. As próprias carteiristas tinham consciência da baixa moldura penal deste crime.

A forma como todo o grupo se encontrava organizado tornava-o bastante eficiente. Salienta-se a elevada capacidade de gestão e articulação de pessoas e locais de furto, com a rotação das mesmas para outros locais quando o interesse assim o determinava. O próprio apoio logístico, com utilização de veículos em áreas que os transportes públicos não cobriam, era bastante proficiente.

A forma discreta, pautada por toda a organização, possibilitou que operasse em diferentes territórios por largos períodos de tempo sem que fosse notada, e quando tal acontecia bastava simplesmente deslocar-se para outros pontos do território e repetir tudo de novo, garantindo dessa forma sucesso do modelo.

Na investigação realizada, ficou apurado que algumas das visadas tinham os primeiros registos de ocorrência em 2008/2009, o que pode indiciar um prolongado intervalo de tempo em Portugal. Os suspeitos e arguidos inseriam-se subtilmente em comunidades suburbanas das grandes cidades, aproveitando todas as características daqueles locais para passarem despercebidos. Por regra, não conflituavam com os restantes habitantes, passando por pessoas banais, sem despertar o interesse das autoridades ou mesmo dos seus vizinhos.

Protegidos em identidades falsas, conseguiam granjear de alguma dissimulação perante as autoridades. Nos contactos esporádicos com os OPC's, apresentavam-se em regra como pessoas humildes e até submissas, colaborando no que lhes fosse solicitado. Certo é porém, que todas as sanções que eventualmente lhes fossem impostas mostravam-se insuficientes para conter a sua atividade.

As carteiristas, as pessoas mais expostas da organização, foram constituídas arguidas com identidades falsas, prestaram termo de identidade e residência e foram submetidas a apresentações periódicas em moradas que não existiam. Por tudo o acima exposto, aliado a uma enorme capacidade de mobilidade, para a qual o próprio poder económico alcançado contribuía, proporcionava a todos uma vida de ócio e despreocupação de país em país, passando incólumes aos diversos sistemas legais e vivendo única e exclusivamente da prática de atividades criminosas.

Países como a Espanha e Itália apresentaram problemas semelhantes, sendo que Espanha apresenta uma relação de suspeitos dos mesmos factos aqui apreciados e expostos, que em mais de metade eram coincidentes com os suspeitos identificados em Portugal. As mesmas pessoas, as mesmas atividades, a mesma forma de atuação, mas com outras identidades.

Na informação obtida surgiram também indivíduos relacionados com o tráfico de estupefacientes, refutando-se claramente todas as atividades que implicassem um grau de exposição. Por outro lado, as alusões feitas ao tráfico de pessoas tornam-se de certa forma também pertinentes, não só pelo número de crianças encontradas, mas também pelo facto de algumas das mulheres terem vindo obrigadas para Portugal (ou mesmo transacionadas por valores monetários).

Por fim, reforça-se o facto de a atividade resultar em elevados lucros financeiros proporcionados pela atividade organizada, traduzidos em artigos de marca, originais, e sobretudo em veículos de elevado valor venal.

7.4. Conclusões do capítulo

Neste capítulo foram apresentados todos os dados obtidos através do trabalho de campo realizado. Foi abordada a matéria da cooperação policial e judicial, principalmente no âmbito das medidas implementadas para combater o fenómeno.

Através das entrevistas foram retiradas opiniões, conhecimentos, vivências e dados importantes no esclarecimento de algumas matérias de grande relevo sobre o tema em estudo, nomeadamente na definição, origem, causas e principais crimes cometidos no âmbito da criminalidade itinerante, para além de se caracterizar os GCI e alguns fatores que potenciam este tipo de crime. Obtivemos da parte dos entrevistados, uma ideia da necessidade de ser criado um artigo, nas normas legais (por exemplo no CP português) que puna diretamente o crime itinerante ou que agrave (em conjugação com outros crimes cometidos) a punição dos arguidos, pertencentes a grupos criminosos itinerantes.

Por último, o estudo de caso, caracteriza perfeitamente um grupo criminoso itinerante, permitindo-nos obter uma visão real do seu *modus operandi*, nas mais variadas vertentes, e comprovar toda a investigação realizada na presente tese de mestrado.

Capítulo 8

Conclusões e recomendações

8.1. Introdução

O presente trabalho propôs-se, caracterizar o fenómeno da criminalidade itinerante, incluindo os GCI e desenvolver, se possível, um conceito de criminalidade itinerante no quadro normativo europeu, policial e judiciário.

Neste capítulo serão verificadas as hipóteses formuladas anteriormente, analisando se as mesmas são válidas e fiáveis. De seguida iremos averiguar se os objetivos a que nos propusemos foram cumpridos de forma a dar resposta à pergunta de partida e às restantes perguntas de investigação.

Por fim serão apresentadas algumas reflexões finais, as limitações encontradas ao longo de todo o trabalho e propostas para investigações futuras.

8.2. Verificação das hipóteses formuladas

Depois de apresentados os resultados, obtidos através das metodologias abordadas no capítulo 2, realiza-se agora a validação ou refutação das hipóteses formuladas inicialmente.

Relativamente à primeira hipótese, **“A criminalidade itinerante é caracterizada por uma atividade grupal, perfeitamente hierarquizada, com grande mobilidade e flexibilidade, respetivamente na área específica de atuação e no *modus operandi*”**, a mesma foi totalmente validada, pelas respostas obtidas às perguntas n.ºs 1 e 7 das entrevistas, verificando-se uma concordância em todos os entrevistados, como podemos verificar pela resposta do entrevistado n.º 2 referindo que este tipo de criminalidade é realizada por um *“conjunto de indivíduos, estruturados, organizados, com um determinado objetivo que conduz a uma serie de ações, essencialmente contra o património.”*.

Na segunda hipótese, **“A criminalidade itinerante faz parte do conceito de crime organizado, porquanto é concretizada por pequenos grupos de criminosos organizados e itinerantes”**, a mesma foi validada como podemos observar pelas respostas que a maioria dos entrevistados deram à questão n.º 5, que se *“enquadra no conceito de criminalidade organizada, dependendo um pouco do conceito, embora não existe um*

perfeitamente definido de criminalidade organizada, reportamos mais à associação criminosa (...) temos tido a percepção que eles estão perfeitamente integrados no crime organizado”, como concluiu o entrevistado n.º 8.

Quanto à terceira hipótese, **“Os GCI são associações de criminosos, caracterizados pela sua grande dinâmica, mobilidade e flexibilidade, e pela prática constante das atividades ilícitas, nomeadamente de crimes contra o património”** a mesma foi totalmente validada. Analisando as respostas obtidas à questão n.º 7, verificamos ter havido concordância absoluta, comprovada com a resposta do entrevistado n.º 7, respondendo que estes grupos *“se representam por uma atividade grupal com estrutura/hierarquia relativamente bem definida; Se dedicam à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial contra o património; materializam a sua atividade numa área de atuação de grande dimensão (flexibilidade), que por vezes tem impacto a nível internacional; em muitos casos, apresentam uma ligação a tráfico de seres humanos. Os modus operandi utilizados são inovadores e em número diverso.”* Também o entrevistado n.º 5 conclui que *“existe uma divisão de trabalho e hierarquia no seio do grupo.”*

Relativamente à quarta hipótese, **“As causas mais prováveis para o crescimento exponencial do crime itinerante serão: a crise económica, a subida da cotação do ouro, o elevado preço das matérias-primas, em particular dos metais não preciosos, a globalização e, em simultâneo, a facilidade de compra e utilização dos meios de comunicação”**, os resultados obtidos foram totalmente conclusivos, pois como refere o entrevistado n.º 10 *“as assimetrias sociais e económicas, o desemprego, associadas à desagregação do “bloco de leste” que, ao abrir as fronteiras, possibilitou o fluxo dessas regiões mais desfavorecidas para o Ocidente. (...) a continuidade geográfica, a maior ou menor permissividade das leis e das consequentes penas que, em alguns países, poderá funcionar como um fator de atração.”* Para o entrevistado n.º 7 *“a supressão das fronteiras internas e a livre circulação de pessoas dos Estados aderentes ao Acordo de Schengen “abriram portas” à diversidade de realidades criminais. A rápida expansão de metodologias delituosas, agregada à facilidade de deslocação de grupos criminosos que as compõem, favoreceu a prática reiterada de ilícitos criminais.”* E para o entrevistado n.º 8, para além das causas já referidas acrescentou *“a busca do lucro e a dificuldade da reação das polícias (...).”*

Quanto à quinta hipótese, **“A principal ação de combate a este tipo de criminalidade é a intensificação da cooperação operacional, entre as diversas entidades competentes e responsáveis pelo combate ao crime itinerante”**, e se atentarmos nas respostas dadas pelos entrevistados a mesma foi totalmente validada, no entanto foram dados mais exemplos de estratégias que já estão a ser seguidas nomeadamente, bases de dados conjuntas, sistemas de comunicação conjuntos, o sistema de cooperação policial e de órgãos próprios para efeitos de coordenação das forças policiais (EIC, por exemplo, não só com as forças e serviços de segurança nacionais mas também europeias), a cooperação internacional, que é determinante. Ainda é necessário apostar ou investir mais na formação dos novos militares e/ou agentes e na cooperação e troca de informações entre as forças policiais. Para o entrevistado n.º 6 é necessário *“...desenvolver políticas de integração. A política da UE, que coincide com a política portuguesa, encara de forma abrangente e integrada as migrações, através de quatro orientações essenciais: 1. Regular e favorecer a imigração legal; 2. Combater a imigração ilegal e os fenómenos graves de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal; 3. Integrar os imigrantes, e 4. Fazer uma gestão comum das fronteiras da Europa.”*

8.3. Cumprimentos dos objetivos

Para conseguirmos responder à pergunta de partida e consequentes perguntas derivadas foram estabelecidos alguns objetivos. Os objetivos **“Identificar os crimes mais comuns e referenciados, cometidos no âmbito do fenómeno da criminalidade itinerante”** e **“Caracterizar os grupos criminosos itinerantes e o seu modus operandi”** foram atingidos através da análise efetuada a vários relatórios portugueses e estrangeiros, nomeadamente do Tackling of Itinerant Criminal Groups New Challenges, de 2010 do Federal Government Department da Bélgica, constantes no subcapítulo 4.4 e 4.5, para além da resposta à questão n.º 1.

Relativamente ao terceiro objetivo, **“Conhecer a origem e as causas da criminalidade itinerante e verificar se se enquadra no conceito geral de criminalidade organizada”**, foi também conseguido através das entrevistas, concretamente nas respostas às questões n.ºs 2, 3, 4, e 5, através do constante no subcapítulo 3.2, e capítulo 4 e através da pesquisa de dados em vários relatórios policiais.

Quanto ao quarto objetivo, **“Analisar a prática do crime de auxílio à imigração ilegal pelos grupos criminosos itinerantes, no incremento da criminalidade itinerante”**, foi clarificado através dos contributos dados pelos entrevistados nas questões n.ºs 8, 9 e 10, constante no subcapítulo 7.2. e apêndice A.

O quinto objetivo, **“Identificar o quadro normativo europeu, policial e judiciário, que enquadra a criminalidade itinerante”**, foi esclarecido através dos contributos dos entrevistados à questão n.º 6, constantes no subcapítulo 7.2.

Relativamente ao sexto objetivo, **“Determinar um conceito de criminalidade itinerante no quadro normativo europeu, policial e judiciário”**, foi atingido, parcialmente, sobretudo através da questão n.º 14 e do subcapítulo 7.2.14.

Relativamente ao sétimo objetivo, **“Analisar um caso concreto”** foi atingido, tendo sido elencado, detalhadamente, no subcapítulo 7.3, o *modus operandi* de um GCI, constituído por cidadãos oriundos da Bósnia e Croácia, baseado em laços familiares, que atuavam em toda a Europa e que estavam envolvidos em crimes contra o património.

8.4. Respostas às perguntas de investigação

Esta investigação foi centrada numa pergunta de partida e consequentes perguntas de investigação, decorrentes da mesma, apresentadas no Capítulo 1. Neste subcapítulo procuramos responder às mesmas.

- A primeira questão a que se pretende responder é **Como se define o crime itinerante?** Através da análise das entrevistas e de uma observação assistemática, podemos afirmar que o crime itinerante é caracterizado por uma atividade grupal, com uma estrutura ou hierarquia relativamente bem definida, com diversos níveis e/ou patamares em que os indivíduos que a integram vão evoluindo, consoante a sua experiência e eficácia, do nível mais baixo (onde se praticam os crimes de menor gravidade) para o de maior responsabilidade, que se dedica à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial de crimes contra o património, evidenciando uma forte flexibilidade na sua área de atuação, de grande dimensão, e de uma elevada mobilidade, com impacto a nível internacional e nacional, dificultando o tipo de reação por parte das instituições formais.
- A segunda pergunta a que se pretendia responder seria **Como surgiu a definição de crime itinerante? Quais as raízes?** Esta questão foi esclarecida através das

entrevistas realizadas, onde a maioria dos entrevistados referiu que este fenómeno poderá ter tido origem nos Romenos de origem “Roma” e de etnia cigana, que têm uma grande capacidade de adaptação, mesmo para as circunstâncias mais desfavoráveis, tendo no entanto um maior crescimento a partir do final do século passado e princípio do atual, começando-se a percecionar a existência de grupos, oriundos principalmente da Europa Central e de Leste, responsáveis por roubos/assaltos a residências e a estabelecimentos comerciais, e por furto de viaturas e, essencialmente, devido ao facto das autoridades policiais e judiciais sentirem muita dificuldade, incluindo alguma impreparação, em reagir a um tipo de criminalidade completamente nova. Estes grupos estavam muito bem organizados, permanecendo constantemente ativos e tinham como objetivo a aquisição de numerário e bens que pudessem ser posteriormente (e facilmente) vendidos.

- A terceira pergunta a que nos propusemos responder foi se **A criminalidade itinerante se enquadra no conceito de criminalidade organizada?** Esta questão foi abordada através das entrevistas, pela bibliografia e diversos relatórios policiais consultados, onde ficou perceptível que a criminalidade itinerante é um fenómeno que cabe dentro do conceito de criminalidade organizada (ou de associação criminosa) desde que integre os elementos constantes da Decisão-Quadro 2008/841/JAI, do Conselho da UE, de 24OUT08: *“associação criminosa é a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material”*.
- Com a quarta questão era pretendido saber **Quais as possíveis causas do fenómeno da criminalidade itinerante?** Obteve-se a resposta a esta pergunta através das entrevistas, da bibliografia e diversos relatórios policiais consultados. O lucro e a PESC (Políticas, Económicas, Sociais e Culturais), o desemprego, a desagregação do “bloco de leste” que, ao abrir as fronteiras, possibilitou o fluxo dessas regiões mais desfavorecidas para o Ocidente. A continuidade geográfica na Europa, assim como a maior ou menor permissividade das leis e das consequentes penas. A nova realidade criminal mundial, com a porosidade das fronteiras, a globalização e a capacidade de movimentação, entre estados, permite a obtenção de informação de forma célere e

global. A facilidade de transporte e a comunicação instantânea, sendo motores de progresso também geram novas oportunidades para cometer crimes.

- No que concerne à quinta questão pretendeu-se saber **Qual o quadro normativo, nacional e europeu, que enquadra o crime itinerante?** O esclarecimento desta questão foi obtido através das entrevistas e da análise de dados bibliográficos. Como podemos constatar através das entrevistas, da análise de dados apresentada nos Capítulos 3 e 7, associando a definição de crime podemos considerar que o crime itinerante depende da ação humana intencional, é constituído por diversas ações típicas, devido à prática reiterada de crimes, sendo que como elementos objetivos retiramos o resultado dos diferentes crimes, nomeadamente o lucro, e como elementos subjetivos a intenção de atingir, dia a dia, mais lucro. Os quadros normativos são, naturalmente, o de cada país, fazendo jus aos princípios da independência e soberania e os normativos internacionais, nomeadamente da União Europeia, como por exemplo a Decisão-Quadro 2008/841/JAI, do Conselho da UE, de 24OUT08.
- Com a sexta questão era pretendido saber **Como se caracterizam os Grupos Criminosos Itinerantes? Qual ou quais os *modus operandi*?** Obteve-se a resposta a esta pergunta através das entrevistas, dos dados bibliográficos e relatórios policiais. Elevada capacidade de mobilidade: realização de crimes consecutivos, em curto espaço de tempo, em diversas regiões do mesmo país; deslocação posterior para outros países, geralmente limítrofes. Os grupos dispõem de uma estrutura piramidal, sendo que a cada grau da pirâmide (a cada tipologia de crime) poderão corresponder várias células dispersas por diferentes regiões e zonas de ação. Os elementos do grupo são recrutados nos países de origem. Os grupos são heterogéneos quanto ao sexo e idade (homens, mulheres, crianças). As mulheres e crianças geralmente estão envolvidas em crimes de moldura penal mais leve. Os grupos são fortemente organizados, com elevado grau de especialização em múltiplas tipologias criminais. Organização não hierárquica constituída por células relativamente autónomas orientadas por uma liderança própria, normalmente exercida por indivíduos ou redes criminosas estabelecidas no país de origem, de onde são emanadas as orientações estratégicas genéricas para a atuação dos grupos. Nos países de atuação, as células são coordenadas por chefias intermédias. Alta capacidade de adaptação e resiliência; capacidade de reorganização, conseguindo alterar rapidamente o número ou género

dos indivíduos pertencentes ao grupo, se necessário.

- A sétima questão a que se pretende responder é **Existe influência do crime de auxílio à imigração ilegal na criminalidade itinerante?** Através da análise das entrevistas, dos dados bibliográficos e relatórios policiais, podemos afirmar que os grupos criminosos itinerantes encontram-se envolvidos em atividades relacionadas com o auxílio à imigração ilegal, com o propósito de “*criar uma aparência*” de legalidade quanto à presença dos elementos dos grupos em espaço europeu. Pode considerar-se uma atividade acessória, mas fundamentalmente, para “*escapar*” ao radar das autoridades.
- A oitava pergunta a que nos propusemos responder foi **Que tipo de ações, policiais e judiciais, nacionais e supranacionais, estão a ser implementadas para combater, prevenir e/ou anular o fenómeno da criminalidade itinerante?** Esta questão foi esclarecida através das entrevistas, dos dados bibliográficos e relatórios policiais, onde ficou perceptível que a cooperação tem sido a chave para o sucesso do trabalho desenvolvido pelos EM, no sentido de combater este fenómeno na UE. As bases de dados e sistemas de comunicação conjuntos, sistema de cooperação policial e de órgãos próprios para efeitos de coordenação das forças policiais (como por exemplo a Europol), a cooperação internacional que é determinante (por exemplo as EIC, não só com as forças e serviços de segurança nacionais mas também europeias, nomeadamente com Francesas e Inglesas, também cooperação entre MP e a Eurojust), aposta ou investimento na formação dos novos militares e/ou agentes e na cooperação e troca de informações entre as forças policiais.

8.5. Reflexões Finais e Resposta à pergunta central

Após verificadas as hipóteses, validado o cumprimento dos objetivos e respondido às perguntas de investigação formuladas no Capítulo 1, refletimos agora sobre a nossa pergunta de partida “**É possível definir um conceito de Criminalidade Itinerante, no quadro normativo europeu (Policial e Judiciário)?**”, podemos afirmar que é possível, apesar de não ser unânime. Partindo da definição de crime podemos considerar que o crime itinerante depende da ação humana intencional, é constituído por diversas ações típicas, devido à prática reiterada de crimes, sendo que como elementos objetivos retiramos o resultado dos diferentes crimes, nomeadamente o lucro, e como elementos subjetivos a

intenção de atingir, dia a dia, mais lucro. Portanto, como concluímos no subcapítulo 8.4. o crime itinerante é um tipo de criminalidade caracterizada por uma atividade grupal, com uma estrutura ou hierarquia relativamente bem definida, com diversos níveis e/ou patamares em que os indivíduos que a integram vão evoluindo, consoante a sua experiência e eficácia, do nível mais baixo (onde se praticam os crimes de menor gravidade) para o de maior responsabilidade, que se dedica à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial de crimes contra o património, evidenciando uma forte flexibilidade na sua área de atuação, de grande dimensão, e de uma elevada mobilidade, com impacto a nível internacional e nacional, dificultando o tipo de reação por parte das instituições formais. Também concluímos que a Decisão-Quadro 2008/841/JAI, do Conselho da UE, de 24OUT08, define a associação criminosa como *“associação estruturada de duas o mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material”*.

Desta forma, para facilitar a investigação ao nível policial e judicial, nomeadamente, para melhor enquadrar o crime itinerante e a auxiliar o julgamento dos infratores, associando a definição de crime com a de associação criminosa da Decisão-Quadro 2008/841/JAI, do Conselho da UE, de 24OUT08, e com a definição de criminalidade itinerante da UE, após a revisão de tudo o exposto, e considerando todas as considerações comuns e aceites, adaptámos seguinte definição:

Criminalidade itinerante é um tipo de atividade levada a cabo por uma associação criminosa, com uma estrutura ou hierarquia relativamente bem definida, com diversos níveis e/ou patamares em que os indivíduos que a integram vão evoluindo, consoante a sua experiência e eficácia, do nível mais baixo (onde se praticam os crimes de menor gravidade) para o de maior responsabilidade, que se dedica à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial de crimes contra o património, evidenciando uma forte flexibilidade na sua área de atuação, de grande dimensão e de uma elevada mobilidade, com impacto a nível nacional e internacional, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material.

8.6. Limitações da Investigação

A presente investigação apresentou três grandes condicionantes: o tempo para a sua conclusão, a dificuldade na obtenção dos dados, por ser uma temática relativamente recente e ainda pouco abordada, principalmente, em termos científicos. E ainda, a impossibilidade de realizar a entrevista a inspetores da Polícia Judiciária, nomeadamente ao GNI e UNE, e ao SIED, apesar das várias tentativas realizadas, por telefone e correio eletrónico.

Desde a fase inicial de conceção surgiram algumas dificuldades no alcance da representatividade da amostra da investigação, nas diversas forças e serviços de segurança em que foram solicitadas entrevistas.

8.7. Propostas de Investigações Futuras

No alcance de uma visão global, seria interessante desenvolver cada um dos resultados apresentados, com um acréscimo da amostra ou o “auscultar” das populações mais afetadas pelo fenómeno, incluindo os seus órgãos/agências governativas.

Por fim, surge como aliciante a possibilidade de investigação dos efeitos das bases de dados das polícias e do MP na eficácia operacional, incluindo as bases europeias, analisando o seu efeito no sistema de segurança de cada país.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE**, Paulo Pinto, 2008. Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem – 2.^a edição atualizada”. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- ALMEIDA**, Carlota Pizarro, **VILALONGA**, José Manuel, 2005. Código Penal. 9.^a ed. Coimbra: Almedina.
- ANES**, José Manuel Anes, 2010. Organizações Criminais – Uma Introdução ao Crime Organizado. Lisboa: Universidade Lusíada.
- ANTUNES**, Victor, 2011. A interligação entre os atores nacionais e a Europol. In Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna – Politeia. Lisboa: ISCPSI. Ano VIII (2011), pp. 151-155.
- BAUMAN**, Zygmunt, 2000. Modernidade Líquida. Polity Press de Oxford, Inglaterra.
- BERNASCO**, W., & **LUYKX**, F. 2003. Effects of attractiveness, opportunity and accessibility to burglars on residential burglary rates of urban neighborhoods. *Criminology*, 41(3), 981-1001.
- BERNASCO**, W., & **NIEUWBEERTA**, P. 2005. How do residential burglars select target areas? A new approach to the analysis of criminal location choice. *British Journal of Criminology*, 45(3), 296-315.
- BELEZA**, Teresa Pizarro, 2003. Direito Penal. 2.^o volume. Lisboa. Aafdl.
- BLACK**, Jeremy, 2008. O Mundo no século XX. Lisboa: Campo da Comunicação. ISBN 978-972-8610-75-3.
- BRANCO**, C, 2000. Desafios à Segurança e Defesa e os Corpos Militares de Polícia. Lisboa: Ed Sílabo, Lda.
- BRANDÃO**, Ana Paula, 2010. A União Europeia e o Terrorismo Transnacional. Coimbra: Almedina.
- BRANDÃO**, Ana Paula, 2011. A Luta Contra o Terrorismo Transnacional. Contributos para uma Reflexão. Coimbra: Almedina.
- BRAZ**, José, 2010. Investigação Criminal – A organização, o Método e a Prova – Os desafios da Nova Criminalidade. Coimbra: Almedina.
- COSTA**, Jorge, 2011. Cooperação Judiciária e Policial no âmbito da União Europeia. Uma introdução, uma viagem e duas visitas guiadas.... In Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna – Politeia. Lisboa: ISCPSI. Ano VIII (2011), pp. 175-189.
- COUTO**, Abel Cabral, 1988. Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso. Volume 1. Lisboa: IAEM.
- COOPER**, Robert, 2006. Ordem e Caos no Século XXI. 1.^a ed. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-233-510-3.
- DAELE**, Van, S., & **BEKEN**, Vander, T. (2009). Out of step? Mobility of 'itinerant crime groups'. In P. Van Duyne, S. Donati, J. Harvey, A. Maljevic & K. Von Lampe (Eds.), Crime, money and criminal mobility in Europe (pp. 43-70). Nijmegen: Wolf Legal Publishers.

- DIAS**, Jorge de Figueiredo; **ANDRADE**, Manuel da Costa, 1992. Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena. Reimpressão. Coimbra: Almedina.
- DUYNE**, Petrus C. van, **DONATI**, Stefano, **HARVEY**, Jackie, **MALJEVIC**, Almir and **LAMPE**, Klaus von (eds.), 2009. Crime, money and criminal mobility in Europe. Nijmegen: Wolf Legal Publishers.
- DAVIN**, João, 2007. A Criminalidade Organizada Transnacional. A Cooperação Judiciária e Policial na UE, 2.^a Edição. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- EIRAS**, Henriques, 2008. Processo Penal Elementar. Lisboa: Quid Juris.
- FEITEIRA**, Alice, 2006. A Segurança e defesa: um domínio único. In Revista Segurança e Defesa. Loures: Diário de Bordo. Ano 1, n.º 1, p. 81-89.
- FERNANDES**, Tito E. M., 2011. Caracterização do fenómeno no Quadro Nacional. In Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna – Politeia. Lisboa: ISCPSI. Ano VIII (2011), pp. 121-141.
- FERREIRA**, Pedro Antunes, 2006. O Novo Terrorismo. Lisboa: Prefácio.
- FERRO**, Mónica, 2007. Quando os Estados Falham. Estados Falhados e Segurança Internacional. In Revista Segurança e Defesa. Loures: Diário de Bordo. Ano 1, n.º 2, p. 37-40.
- FREIXO**, M. J. 2009. *Metodologia Científica – Fundamentos Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GABOR**, T., & **GOTTHEIL**, E. 1984. Offender Characteristics and Spatial Mobility - an Empirical-Study and Some Policy Implications. *Canadian Journal of Criminology- Revue Canadienne De Criminologie*, 26(3), 267-281.
- GUIA**, Maria João, 2008, Imigração e Criminalidade. Caleidoscópio de imigrantes reclusos. Coimbra. Edições Almedina.
- GNR**, 1996. Manual de Operações, Lisboa: Centro Gráfico do Comando-Geral.
- GOMES**, Carla Amado; **LEÃO**, Anabela Costa, 1010. A Condição de Imigrante. Uma Análise de Direito Constitucional e de Direito Administrativo. Coimbra: Almedina.
- GONÇALVES**, Manuel Lopes Maia, 2007. Código Penal – Anotado e Comentado – Legislação Complementar. Coimbra: Almedina.
- GONÇALVES**, Fernando, **ALVES**, Manuel João, 2002. Os Tribunais, As Polícias e o Cidadão. O Processo Penal Prático. 2.^a Edição revista e atualizada. Coimbra: Almedina.
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar [et. al.], 2012. Estudos de Direito e Segurança. Volume II. Coimbra: Almedina.
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar [et. al.], 2007. Leis de Direito da Segurança. 1.^a ed. Coimbra: Coimbra Editores. ISBN 978-972-32-1486-4.
- GUINOTE**, Hugo, 2009a. Respostas tático-policiais ao fenómeno da droga. In **Valente**, Manuel Guedes, 2009. Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa – Interferência e Ingerências Mútuas. Lisboa: Almedina.
- HASSAMER**, Winfried, 1995. A Segurança Pública no Estado de Direito. Lisboa: Associação Académica – Faculdade de Direito de Lisboa.

- HUNTINGTON**, Samuel P, 2006. O Choque das Civilizações. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-652-8.
- INNERARITY**, Daniel, 2004. A Sociedade Invisível – Como observar e interpretar as transformações do mundo atual. Lisboa: Editorial Teorema SA.
- KAGAN**, Robert, 2003. O Paraíso e o Poder. A América e a Europa na Nova Ordem Mundial. 1.^a ed. Lisboa: Edições Gradiva. ISBN 972-662-913-6.
- KALDOR**, Mary, 2006. La sécurité humaine: un concept pertinent? Politique Étrangère, n^o 4.
- KOEKELBERG**, Fernand, 2010. Tackling of Itinerant Criminal Groups - new challenges”, Brussels, Federal Government Department (FGD) of the Interior, FGD of Justice, Board of General Prosecutors, the Federal Judicial Police and the Permanent Commission of the Local Police.
- MADSEN**, Frank G., 2009. Transnational Organized Crime. Abingdon, Oxon: Routledge.
- MENDES**, Paulo de Sousa, 2007. O Branqueamento de Capitais e a Criminalidade Organizada. In Estudos de Direito e Segurança. Coimbra: Almedina, pp. 337-350. ISBN978-972-40-3053-1.
- MORGADO**, Maria José; **VEGAR**, José, 2003. Fraude e Corrupção em Portugal. 3.^a ed. Lisboa: Dom Quixote. ISBN 972-20-2581-3.
- NASCIMENTO**, João Carlos Silva, 2011. Caracterização do fenómeno da criminalidade itinerante no Quadro Nacional Área de atuação da Guarda Nacional Republicana. In Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna – Politeia. Lisboa: ISCPSI. Ano VIII (2011), pp. 143-150.
- PALMER**, E., **HOLMES**, A., & **HOLLIN**, C. (2002). Investigating burglars' decisions: factors influencing target choice, method of entry, reasons for offending, repeat victimisation of a property and victim awareness. Security Journal, 15(1), 7-18.
- PIÇARRA**, Nuno, 2007. A União Europeia Enquanto Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: Alguns Desenvolvimentos Recentes. In Estudos de Direito e Segurança. Coimbra: Almedina. ISBN978-972-40-3053-1.
- PRATES**, Dário Duarte Mendes, 2011. Conclusões do Seminário “Crime sem Fronteiras”. In Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna – Politeia. Lisboa: ISCPSI. Ano VIII (2011), pp. 191-197.
- QUIVY**, R., **CAMPENHOUDT**, L.V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*, 5^a edição. Lisboa: Gradiva.
- RENGERT**, G. (2004). The journey to crime. In G. Bruinsma, H. Elffers & J. De Keijser (Eds.), Punishment, Places and Perpetrators: Developments in Criminology and Criminal Justice Research (pp. 169-181). Cullompton: Willan Publishing.
- RIBEIRO**, Vinício, 2008. Código de Processo Penal – Notas e Comentários, Coimbra: Coimbra Editora.
- SARMENTO**, Cristina Montalvão, 2006. Poder e Identidade. Desafios de Segurança. Lisboa: ISCPSI: II Colóquio de Segurança Interna.
- SARMENTO**, M. (2008). Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada, 2^a edição. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

- SCHOPENHAUER**, Arthur, 1974 (2.^a Ed.). *parerga and Paralipomena: Short Philosophical Essays*. Londres: Osford University Press.
- SOUSA**, Pedro Miguel L.F. L., 2005. Da Cooperação Policial na União Europeia: as Equipas de Investigação Conjuntas. In II Colóquio de Segurança Interna - ISCPsi, 2006. Coimbra: Almedina, pp. 285-331.
- SOUSA**, Alfredo José de, 2005. A Criminalidade Transnacional na União Europeia. Um Ministério Público Europeu? Coimbra: Almedina.
- SOUSA**, M. J., & **BATISTA**, C. S., 2011. Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios. Lisboa: Pactor.
- TEIXEIRA**, Nuno Severiano, coord., 2006. Relatório Preliminar do Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade de Lisboa.
- VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, 2003. Consumo de Drogas – Reflexões Sobre o Novo Quadro Legal. Coimbra: Almedina.
- VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, 2003. Regime Jurídico da Investigação Criminal. Comentado e Anotado. Coimbra: Almedina.
- VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, 2004. Processo Penal – Tomo I. Coimbra: Almedina.
- VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, 2005. Teoria Geral do Direito Policial – Tomo I. Coimbra: Almedina.
- VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, 2006. II Colóquio de Segurança Interna – ISCPsi. Coimbra: Almedina.
- VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes, 2009. Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa. Interferências e Ingerências Mútuas. Coimbra: Almedina.
- VAN DER KEMP**, J., & **VAN KOPPEN**, P. (2007). Finetuning geographical profiling. In R. Kocsis (Ed.), *Criminal profiling: international perspectives in theory, practice, and research* (pp. 347-364). Totowa: Humana.

Diplomas Legais

Resolução da Assembleia da República n.º 38/94, de 13 de julho, Aprova, para ratificação, o Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Europeia, relativo a Transmissão de Processos Penais.

Resolução da Assembleia da República n.º 60/97, aprova, para ratificação, a convenção, fundamentada no artigo K.3 do Tratado da União Europeia (TUE), que cria um serviço europeu de polícia (CONVENÇÃO EUROPOL), assinada em Bruxelas, em 26 de julho de 1995, e o protocolo, estabelecido com base no artigo K.3 do TUE, relativo à interpretação a título prejudicial pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias da convenção que cria um serviço europeu de polícia.

Ato do Conselho de 3 de novembro de 1998 que adota a regulamentação aplicável aos ficheiros de análise da Europol (1999/C 26/01).

Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, Aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/584/JAI, do Conselho, de 13 de junho).

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 agosto - Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto – Código de Processo Penal.

Lei 63/2007 de 06 de novembro – Lei Orgânica da GNR.

Lei n.º 37/2008 de 06 de agosto (alterada pela Lei 26/2010, de 30 de agosto) - Aprova a orgânica da Polícia Judiciária.

Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro - 24.^a versão do Código Penal Português.

Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada, Atos aprovados ao abrigo do Título V do Tratado UE.

Lei n.º 38/2009 de 20 de julho - Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2009 -2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (Lei Quadro da Política Criminal).

Lei n.º 23/2010, de 30 de agosto – Código Civil.

Normas de Execução Permanente n.º 218, de 14 de outubro de 2010, Trabalhos de Investigação, Instituto de Estudos Superiores Militares.

ENFOPOL268 n.º 13516/11 Brussels, 25 August 2011, COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, Europol Work Programme 2012.

Europol, KNOWLEDGE PRODUCT, Facilitated Illegal Immigration Intelligence Bulletin, Classification Level: Basic Protection Level, Handling Code: H1, No.2 May 2011, Organised Crime Networks O6, The Hague, 17 May 2011, FILE NO: #534677.

Circular n.º 20/2013, de 15OUT13, da Direção de Operações do CO/GNR. Medidas Complementares de Combate à Criminalidade Itinerante.

Relatórios

Relatório Anual da Eurojust de 2010, Presidente da Eurojust, março de 2011.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2010, Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, 25 de março de 2011.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2011, Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, 23 de março de 2012.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2012, Gabinete do Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, 26 de março de 2013.

Relatório Anual de Informações de 2012, da Direção de Informações do CO/GNR.

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo de 2012, do SEF, de Maio de 2013.

Internet

Sítio da **Atualidadesatuais**, disponível em <http://actualidadesatuais.blogspot.pt>.

Sítio do **Deputado Europeu Carlos Coelho**, disponível em <http://www.carloscoelho.eu>.
Sítio da **DGAI**, disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt>.
Sítio da **Eurojust**, disponível em <http://eurojust.europa.eu/>.
Sítio da **Europa**, disponível em <http://eur-lex.europa.eu>.
Sítio da **Europol**, disponível em <https://www.europol.europa.eu/>.
Sítio do **Gabinete Nacional SIRENE**, disponível em <http://www.sirene.sef.pt/>.
Sítio do **GDDC**, disponível em <http://www.gddc.pt>.
Sítio da **Infopedia**, disponível em <http://www.infopedia.pt/>.
Sítio da **Interpol**, disponível em <http://www.interpol.int>.
Sítio da **Polícia Judiciária**, disponível em <http://www.policiajudiciaria.pt>.
Sítio da **Segurancaonline**, disponível em <http://www.segurancaonline.com>.
Sítio da **Statewatch**, disponível em <http://www.statewatch.org>.
Sítio da **TVI**, disponível em <http://www.tvi24.iol.pt>.
Sítio da **TSF**, disponível em <http://www.tsf.pt>.
Sítio da **Wikipedia**, disponível em <http://en.wikipedia.org>.
Sítio do **IMTT**, disponível em <http://www.imtt.pt>.
Santos, B. (2002). Os processos da Globalização. Retirado: maio, 23, 2012, de <http://www.eurozine.com/pdf/2002-08-22-santos-pt.pdf>

Apêndices

Apêndice A – Entrevistas

Apêndice A. 1 Guião das Entrevistas

O FENÓMENO DA CRIMINALIDADE ITINERANTE

Entrevista

Autor

Carlos Nuno da Maia Morgado

Orientador: Professor Doutor Bacelar Gouveia

Lisboa, julho de 2013

No seguimento da realização desta Tese de Mestrado intitulada “O Fenómeno da Criminalidade Itinerante” deparamo-nos com a necessidade de realizar alguma investigação de campo de forma a responder às questões levantadas inicialmente.

Este estudo tem como objetivo, em primeiro lugar, caracterizar o fenómeno da criminalidade itinerante, incluindo os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI), e em segundo, desenvolver um conceito de criminalidade itinerante no quadro normativo europeu policial e judiciário

De forma a validar cientificamente este estudo, realizámos algumas entrevistas a quem de facto se depara diariamente com esta realidade e tem conhecimento de todas as capacidades e dificuldades desta cooperação.

As entrevistas foram tratadas e analisadas de forma qualitativa sendo bastante importante todas as suas respostas para esta investigação.

Com o objetivo de obter o máximo de informação, veracidade e de forma a salvaguardar a identidade dos entrevistados, serão inicialmente identificados todos os entrevistados, e posteriormente durante a análise serão representados de forma numérica ficando no anonimato.

A entrevista depois de transcrita foi enviada aos entrevistados de forma a ser, confirmada e validada em todas as suas respostas.

Carlos Nuno da Maia Morgado

Antes de iniciar a entrevista gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer sobre esta entrevista?

Tem algum impedimento quanto ao fato desta entrevista ser gravada e usada neste Trabalho que me encontro a desenvolver?

Questões?

1. Como se define o crime itinerante? Quais os crimes que engloba esta designação?
2. Como surgiu a definição de crime itinerante?
3. Quais as raízes?
4. Quais as possíveis causas do fenómeno da criminalidade itinerante?
5. A criminalidade itinerante enquadra-se no conceito de criminalidade organizada?
6. Qual o quadro normativo, nacional e europeu, que enquadra o crime itinerante?
7. Como se caracterizam os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI) ou Grupos Móveis de Criminalidade Organizada (GMCO)? Qual o modus operandi dos mesmos? Qual o perfil deste tipo de criminoso? Como é feita a angariação do efetivo destes grupos?
8. Existe influência da prática do crime de auxílio à imigração ilegal na criminalidade itinerante?
9. Que nacionalidade (s) é (são) mais preocupante (s) no âmbito do auxílio à imigração ilegal influenciadora da criminalidade itinerante?
10. A criminalidade itinerante aumentou e/ou diversificou-se por meio de um eventual aumento de imigração ilegal?
11. Que tipo de ações, policiais e judiciais, nacionais e supranacionais, estão a ser implementadas para combater, prevenir e/ou anular o fenómeno da criminalidade itinerante?
12. Existe eficácia na atuação operacional?
13. Qual o ponto de situação da criminalidade itinerante em Portugal?
14. É possível definir um conceito de Criminalidade Itinerante, no quadro normativo europeu (Policial e Judiciário)?

Muito Obrigado

Apêndice A.2 – Análise de conteúdo das Entrevistas

Apêndice A.2.1. - Análise de conteúdo à questão n.º 1

Quadro n.º 2 - Análise de conteúdo à questão n.º 1

1	Como se define o crime itinerante? Quais os crimes que engloba esta designação?
Entrevistado n.º 1	“... é uma criminalidade que aparece num determinado momento, por determinados grupos especializados para o efeito, provenientes de determinado tipo de países e que, inclusive, grupos organizados cujas bases do produto, muitas vezes nem ficam nesse próprio país, ...”; “... o conto do vigário, os assaltos a bombas de gasolina, a multibancos, etc...”
Entrevistado n.º 2	“... conjunto de indivíduos que atuam de uma forma organizada, em mais do que um país, tendo como objetivo a lesão do património, realizando determinado tipo de ações criminais, não se fixando, normalmente, por longos períodos numa mesma zona geográfica, (...) Os crimes mais praticados são burla, furtos em residências e roubos.”
Entrevistado n.º 3	“... criminalidade itinerante tem a ver com aquilo que é a movimentação de determinadas bolsas migratórias, dependendo também das suas origens, das suas nacionalidades e a forma como circulam no interior do espaço da união europeia. (...) Os crimes mais perpetrados são os crimes contra o património, furtos, assaltos a residências, etc., e também a prática da mendicidade”
Entrevistado n.º 4	“... é um tipo de criminalidade com forte mobilidade, realizada por grupos que foram adquirindo um maior grau de organização e sofisticação. É um dos fenómenos com maior impacto ao nível da criminalidade registada da união europeia... O furto de metais não precisos é agora praticado com grande profissionalismo e sofisticação... Os crimes são sempre crimes de documentos falsos ”
Entrevistado n.º 5	“Define-se quando um grupo criminoso, pequeno ou grande, se desloca de um país para outro, ou dentro de um país para outra zona desse mesmo país. Este deslocamento tem um carácter nómada, apesar de alguns passado algum tempo poderem sedentarizar, enquanto tiverem capacidade de continuar com atividades criminosas naquele local. Isto tem acontecido ao longo da Europa. Os crimes mais comuns são: roubos diversos, assaltos a residências, tráfico, assaltos a ourivesarias, principalmente romenos, que enviam o produto furtado diretamente para a Roménia, via autocarro (existem transportes diretos todas as semanas Lisboa-Romenia). Os produtos podem ser enviados inteiros ou já fundidos.”
Entrevistado n.º 6	“... durante o tempo do “Estado Novo”, abrangia fenómenos criminais associados a populações que se deslocavam em feiras ou em contextos étnicos ou grupais. Os crimes mais frequentes eram crimes contra o património, designadamente crimes de furto e de burla. “... a criminalidade itinerante abrange sobretudo crimes contra o património cometidos por grupos criminosos que se vão deslocando pelo país e já não tem, necessariamente, as conotações étnicas de outrora.”
Entrevistado n.º 7	“... é o que é realizado por grupos criminosos móveis/itinerantes, que são entendidos como “uma associação de criminosos que enriquecem mediante a prática sistemática do roubo de bens ou da fraude...”
Entrevistado n.º 8	“é um tipo de criminalidade que está muito relacionada com a forte mobilidade das pessoas, para dificultar o tipo de reação por parte das instituições formais, são grupos bastante alargados de pessoas que se dedicam essencialmente à criminalidade relacionada com o património, e na maior parte deles existe alguma organização, com diversos níveis e/ou patamares em que os indivíduos que integram esta organização vão evoluindo. Os crimes cometidos são essencialmente patrimoniais, aparentemente com pouca complexidade, como por exemplo carteiristas, shoplifting (pequenos furtos), mas com mais alguma investigação verifica-se que estes grupos têm ligação

	com outro tipo de criminalidade muito mais complexa, já relacionada com furtos mais elaborados (furtos relacionados com estabelecimentos, com cofres das empresas, com assaltos a residências com portas blindadas de alta segurança). Existem muitos furtos de roupa de marca, óculos, perfumes, electrodomésticos, e para criminalidade de maior complexidade ouro e dinheiro”
Entrevistado n.º 9	“O crime itinerante deve ser grupal, devendo existir uma fixação por curtos períodos de tempo (...) a criminalidade itinerante pode ser furto, roubo, burla, entre outros, ou seja todos os crimes que tenham como objeto o enriquecimento ilícito, em que o proveito do crime é a obtenção do lucro. É ainda necessário definir quais são os crimes conexos que podem estar associados (crimes de sangue, sexuais, ...). Deve-se distinguir entre a itinerância associada simplesmente à passagem por diversos locais ou se esta itinerância está associada a uma atividade delituosa fixa por curtos períodos de duração.”
Entrevistado n.º 10	“Criminalidade itinerante como um conceito muito específico, abrangendo dois ou mais Estados Membros, ou países vizinhos, ou seja, as atividades que são levadas a cabo por um grupo de indivíduos que se estendem a mais do que dois estados membros, numa dimensão transfronteiriça. Esta é uma realidade mais premente no centro e norte da europa, do que propriamente portuguesa, pois Portugal só tem fronteira com um único país (...) um conjunto de indivíduos que sistematicamente praticam atividades ilícitas com o objetivo de obter proveitos. Os crimes mais praticados são os que produzem mais lucro, nomeadamente, contra o património (furto de veículos, de habitações, ...) tráfico de droga, tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal, burlas, contrafação (tem surgido com algum crescimento) de produtos alimentares, de medicamentos, de equipamentos genéricos (como por exemplo eletrónicos, ...).”
Entrevistado n.º 11	Definição consagrada pela UE, conforme disposto nas Conclusões do Conselho de Justiça e Assuntos Internos, de 02 e 03DEZ10 (esta é a definição seguida, obviamente, pela EUROPOL): “A mobile (itinerante) criminal group is an association of offenders who systematically acquires wealth through theft of property or fraud, having a wide ranging área of operations and are internationally active.” Envolvidos em tipologias criminais diversas. Procura de crimes imediatamente lucrativos, quer sob a forma de obtenção imediata de dinheiro, quer traduzíveis em bens facilmente transportáveis e com elevado valor comercial ou de revenda. Crimes: contra o património e fraudes, designadamente em crimes como os roubos à mão armada, o carteirismo, os roubos/furtos de camiões de transporte de mercadorias, o furto de metais (preciosos e não preciosos), os roubos/furtos de maquinaria pesada, os roubos/furtos de viaturas de luxo e camiões.

Apêndice A.2.2. - Análise de conteúdo à questão n.º 2

Quadro n.º 3 - Análise de conteúdo à questão n.º 2

2	Como surgiu a definição de crime itinerante?
Entrevistado n.º 1	"Esta definição e conceito ou fenómeno surge fundamentalmente com uma situação ligada ao crime transnacional, provocando o aparecimento de diversas teorias ligadas à definição de segurança interna e segurança externa, onde começa o crime e onde termina, ..."
Entrevistado n.º 2	"Não existe em Portugal enquadramento legal para a criminalidade itinerante. Na União Europeia existe um grupo de trabalho que se dedica a esta temática e que definiu este tipo de crime."
Entrevistado n.º 3	"Há outros fluxos migratórios que, mesmo não sendo da EU (mas são da europa – países de leste, nomeadamente georgianos, países bálticos), não tendo à priori essa liberdade de circulação, conseguem ultrapassar isso através da obtenção de vistos, ..."
Entrevistado n.º 4	"Esta criminalidade começou a ser investigada à muito pouco tempo em Portugal. Já estavam referenciados em França, há já algum tempo, estariam referenciados em Portugal um a um, não eram detidos em flagrante, um georgiano, dois georgianos, por furo, tentativa de furto, ou por documentos falsos."
Entrevistado n.º 5	"Através de vários grupos nómadas oriundos do crime organizado do Leste da Europa, Itália, Norte de África, América do Sul, que começaram a aparecer em vários países da Europa, nomeadamente na França, em Espanha, sendo este atualmente o país com maior representação de criminalidade organizada vinda de todos os lados."
Entrevistado n.º 6	"A origem da nova criminalidade itinerante encontra-se num fenómeno criminal que se desenvolveu a partir de finais da década de setenta, que é o tráfico de droga. O tráfico de droga é o "pivot" de toda a criminalidade em Portugal, desde o início da década de oitenta."
Entrevistado n.º 7	"... as autoridades belgas, em comunhão de esforços com as francesas, procuraram caracterizar e definir devidamente o "fenómeno", mas também o conceito de criminalidade itinerante, propondo a sua aceitação posterior aos diferentes Estados membros da EU..."
Entrevistado n.º 8	"Este conceito remonta aos anos 90 e inícios de 2000, com origem no centro da europa, em que foram detetados grupos que se caracterizavam pela sua forte mobilidade e essencialmente devido ao facto das instâncias formais terem muita dificuldade em reagir a um tipo de criminalidade completamente nova, e também alguma impreparação das instâncias formais de controlo."
Entrevistado n.º 9	"Sempre existiu. Penso que as ordens jurídicas apontam neste momento para uma especificação, ou um detalhar maior da criminalidade, não sei se por uma questão de modernidade ou das sociedades contemporâneas terem necessidade de aumentar a publicidade jurídica que está associada à política, e portanto, os crimes tomam dimensões e expressão consoante a sua realidade social (...) Neste sentido a criminalidade itinerante sempre existiu, no entanto, fruto da existência das associações criminosas que têm uma visibilidade maior ao nível jornalístico ou de impacto social, talvez se dê maior preocupação neste momento."
Entrevistado n.º 10	"Este conceito teve um maior crescimento a partir do alargamento da UE aos países de leste. Existem duas realidades complementares, por um lado a queda ou a extinção da ex-união soviética e o desmembramento dos seus estados que entretanto se criaram, e por sua vez a entrada de alguns na UE, o que facilitou bastante a circulação dos seus cidadãos dentro da própria UE. Se dantes existia algum controlo transfronteiriço, neste momento esse controlo não existe, para o nível das mercadorias, dos meios, das pessoas, nem para o nível da atividade criminosa, e estes grupos aproveitam esta mobilidade não controlada para cometerem os ilícitos. E a partir do momento em que se começou a verificar a prática de ilícitos por indivíduos não naturais, foi sentida a necessidade, por parte das autoridades nacionais e internacionais, de encontrar uma definição para este tipo de ilícito, procurando caracterizar que tipo de indivíduos são estes, que tipo de criminalidade praticam e que tipo de mobilidade."

Entrevistado n.º 11	No final do século passado e princípio do actual começou-se a perceber a existência de grupos, oriundos principalmente da Europa Central e de Leste, responsáveis por roubos/assaltos a residências e a estabelecimentos comerciais, e por furto de viaturas. Estes grupos estavam muito bem organizados, estavam constantemente ativos e tinham como objetivo a aquisição de numerário e bens que pudessem ser posteriormente (facilmente) vendidos.
---------------------	---

Apêndice A.2.3. Análise de conteúdo à questão n.º 3

Quadro n.º 4 - Análise de conteúdo à questão n.º 3

3	Quais as raízes?
Entrevistado n.º 1	" Este tipo de crime tem um objetivo – o lucro, e o lucro tem a ver com a oferta e a procura."
Entrevistado n.º 2	"Os indivíduos que se realizam estas práticas têm origem nas regiões mais desfavorecidas da Europa, sendo por essa mesma razão a maior parte da origem conotada com o Leste da Europa (Roménia, Bulgária, de entre outros)."
Entrevistado n.º 3	"Este fenómeno poderá ter tido origem nos Romenos de origem "Roma" e de etnia cigana, que tem essa grande capacidade de adaptação, mesmo para as circunstâncias mais desfavoráveis."
Entrevistado n.º 4	"Há a ideia que alguns romenos foram passando por vários países das Europa até chegar a Portugal, e estes pelas suas próprias características, o facto de serem uma minoria étnica, que também são mal aceites pelos romenos, porque na Roménia os ciganos eram excluídos, os miúdos eram internados em escolas específicas, não tinham o mesmo tipo de educação que tinham os romenos brancos."
Entrevistado n.º 5	"Como sabemos estes grupos têm origem na Roménia, Bulgária, Países Balcânicos, onde existe uma crise social e económica há muito tempo, o que provoca que estes grupos procurem uma melhor vida. Os ciganos-romenos são maltratados nestes países, tendo uma vida terrível, nomeadamente pela polícia."
Entrevistado n.º 6	"A origem da nova criminalidade itinerante encontra-se num fenómeno criminal que se desenvolveu a partir de finais da década de setenta, que é o tráfico de droga. O tráfico de droga é o "pivot" de toda a criminalidade em Portugal, desde o início da década de oitenta."
Entrevistado n.º 7	"A criminalidade teve a sua aparição na Bélgica (e, de certa forma, em França), nos finais dos anos 90 (início de 2000), quando grupos oriundos da Europa Ocidental e Central desencadearam furtos e roubos, em série, a residências, estabelecimentos, empresas e viaturas."
Entrevistado n.º 8	"do leste da europa, muito relacionada com os furtos, mas há também este tipo de criminalidade realizada por grupos da europa latina, mais relacionada com outro tipo de modus operandi, como assaltos a caixas multibanco, ou grupos asiáticos, com outro tipo de metodologia nos assaltos a multibancos, mais relacionados com o fenómeno denominado de cash trapping..."
Entrevistado n.º 9	"De acordo com a nossa experiência são as comunidades ciganas. Podemos falar de processos de associação criminosos ligada à criminalidade itinerante, que está ligada a vários países, nomeadamente Moldávia, Roménia, ..., mas todos eles ligados à comunidade cigana."
Entrevistado n.º 10	"As etnias provenientes mais do leste europeu, sobretudo da Roménia e Bulgária são as que normalmente se consideram comunidades itinerantes, pois por norma é este o seu modo de vida. Conjuntamente com esta deslocação vão praticando as atividades ilícitas, que depois deram a caracterização do fenómeno da criminalidade itinerante."
Entrevistado n.º 11	Grupos oriundos principalmente da Europa Central e de Leste.

Apêndice A.2.4. Análise de conteúdo à questão n.º 4

Quadro n.º 5 - Análise de conteúdo à questão n.º 4

4	Quais as possíveis causas do fenómeno da criminalidade itinerante?
Entrevistado n.º 1	"O lucro e a PESC (políticas, Económicas, Sociais e Culturais). Os grupos criminosos precisam de sobreviver e portanto atuam de acordo com a oferta e a procura. ..., A questão cultural é outro aspeto importante, porque há determinado tipo de criminalidade que por motivos culturais é muito mais difícil de entrar..."
Entrevistado n.º 2	"as assimetrias sociais e económicas, o desemprego, associadas à desagregação do "bloco de leste" que, ao abrir as fronteiras, possibilitou o fluxo dessas regiões mais desfavorecidas para o Ocidente. (...) a continuidade geográfica, à medida que progridem pela Europa vão praticando as suas atividades ilícitas, podendo ser considerado este como "um modo de vida", assim como a maior ou menor permissividade das leis e das consequentes penas que, em alguns países, poderá funcionar como um fator de atração."
Entrevistado n.º 3	"A cultural e a nova realidade criminal mundial, com a porosidade das fronteiras e com a ideia de globalização e com a capacidade de movimentação que temos, de obter informação (através da internet, televisão,...) e de nos movimentarmos para outro país em pouco tempo."
Entrevistado n.º 4	"Relativamente a Portugal este fenómeno parece estar a diminuir, por um lado por não temos trabalho, não há emprego, há milhares de portugueses desempregados, por exemplo relativamente aos brasileiros não tem necessidade de vir para Portugal, considerando que a economia brasileira está a crescer."
Entrevistado n.º 5	"Podemos afirmar que a principal causa é a económica e a violência pelas autoridades dos países de origem. É possível que exista algum racismo em relação aos ciganos. Pois eles naqueles países têm o inferno e aqui têm o paraíso."
Entrevistado n.º 6	"... a existência de um espaço com fronteiras comuns, a globalização, a facilidade de transporte e a comunicação instantânea, sendo motores de progresso também geram novas oportunidades para cometer crimes..."
Entrevistado n.º 7	"A supressão das fronteiras internas e a livre circulação de pessoas dos Estados aderentes ao Acordo de Schengen "abriram portas" à diversidade de realidades criminais. A rápida expansão de metodologias delituosas que lhe são características, agregada à facilidade de deslocação de grupos criminosos que as compõem, favoreceu a prática reiterada de ilícitos criminais."
Entrevistado n.º 8	"A globalização que provocou o encurtamento das distâncias (...) o espaço Schengen e o aumento das fronteiras externas de cada um dos países que pertencem a este espaço, e de facto, dentro deste espaço a mobilidade é enorme (...) A busca do lucro e a dificuldade da reação das polícias são outras causas."
Entrevistado n.º 9	"São causas sociais, culturais, porque se nasce cigano e é-se cigano. As crianças nascem na comunidade, crescem e vivem naquele modo de vida e aceitam-no como boas práticas, portanto é uma questão cultural."
Entrevistado n.º 10	"Este fenómeno surge antes da atual crise, numa altura em que a europa estava em expansão. Os bens circulavam, havia um poder de compra acima da média, as pessoas adquiriam bens, os quais passaram a ser crescentemente furtados. Há aqui o acompanhamento por parte dos grupos organizados daquilo que foi o boom do consumo ao nível europeu. Constatou-se que fruto desta expansão as pessoas aligeiraram um pouco mais a preocupação com a segurança, adquiriram um nível de vida superior à que tinham, o que levou a um crescimento do furto em habitações e de veículos. Os grupos criminosos itinerantes estão onde existe uma oportunidade para fazerem lucro, o qual é habitualmente encaminhado para o país onde residem."
Entrevistado n.º 11	Não respondeu.

Apêndice A.2.5. Análise de conteúdo à questão n.º 5

Quadro n.º 6 - Análise de conteúdo à questão n.º 5

5	A criminalidade itinerante enquadra-se no conceito de criminalidade organizada?
Entrevistado n.º 1	"Perfeitamente. O crime organizado caracteriza-se por ter um grupo que se dedica a atividades criminosas, ..., o grupo pode ser multifacetado, que tem uma organização, que tem uma chefia e por sua vez a componente operacional, logística e financeira, de acordo com a definição de crime organizado e da associação criminosa, ..."
Entrevistado n.º 2	Somente em termos de conceito uma vez que a criminalidade itinerante pressupõe uma organização e hierarquia do grupo ou conjunto de indivíduos em questão. Por esse motivo a ação destes elementos, no quadro jurídico nacional, é enquadrada na criminalidade organizada por falta de legislação específica. Contrariamente ao mencionado para o caso português, em alguns países europeus está em estudo um enquadramento específico e próprio para esta forma de criminalidade."
Entrevistado n.º 3	"O crime itinerante neste momento acaba por ser bastante aproveitado pelo crime organizado, porque é uma espécie de ramificação do crime organizado, porque face à rentabilização que começa a ter é aproveitado pelas estruturas mais sólidas. (...) O crime itinerante que está muito mais direcionado para o financiamento, da sua estrutura, dos posicionamentos e do combate que eles fazem, é mais problemático o primeiro do que aquele que tem a matriz clânica cigana."
Entrevistado n.º 4	"A criminalidade itinerante é composta por grupos que se movimentam para além de Portugal, normalmente são grupos que vêm para Portugal, permanecem aqui durante um período de tempo, de 6 meses a um ano, e depois regressam a outros países. Não quer dizer que regressem aos países de origem, normalmente não o fazem porque já há muito que saíram desses países."
Entrevistado n.º 5	"Tem ligações, apesar de às vezes é só ele próprio, mas por norma tem ligações, por exemplo, no caso dos romenos (são os mais estudados e dão muito nas vistas) e em particular dos pedintes."
Entrevistado n.º 6	"à uma parte de coincidência e uma outra parte de autonomia em cada uma das realidades criminais. Existem crimes itinerantes que se enquadram na criminalidade organizada e outros que são até cometidos por autores singulares; por outro lado, a criminalidade organizada pode recorrer a crimes itinerantes ou a outros quaisquer."
Entrevistado n.º 7	"A criminalidade itinerante é, à partida, menos estruturada, complexa e violenta (em alguns casos), mas ainda assim tão visível e reiterada nas suas práticas, que não se limita geograficamente a um dado país ou região... Quer isto dizer que a criminalidade itinerante pode ou não enquadrar-se no conceito de criminalidade organizada, dependendo de caso para caso ou, em termos mais técnicos, de fenómeno criminal para fenómeno criminal."
Entrevistado n.º 8	"enquadra-se no conceito de criminalidade organizada, dependendo um pouco do conceito, embora não existe um conceito perfeitamente definido de criminalidade organizada, reportamos mais à associação criminosa (...) temos tido a perceção que eles estão perfeitamente integrados no crime organizado, como foi exemplo a operação Hermes, onde conseguimos identificar 3 grupos distintos, perfeitamente estruturados, onde existiam níveis diferentes de acordo com a complexidade do crime, o mais baixo de shoplifting, depois a um nível superior, com uma criminalidade um pouco mais complexa, de onde eram recrutados indivíduos do nível mais baixo, a seguir existia um nível mais acima para o nível de criminalidade ainda mais complexa. (...) verificámos que a estrutura propriamente dita destes grupos era considerada criminalidade itinerante, porque eram conhecidos em quase todos os países da europa, dos quais recebemos informação, com identificações em todos eles dos indivíduos pertencentes a estes grupos, ainda que falsas, mas que no fundo demonstravam um nível completo de organização."
Entrevistado n.º 9	"Aqui é necessário fazer a distinção entre o que é associação criminosa e o que será criminalidade itinerante. Porque pese embora estarmos a falar sobre atividades

	grupais, e a criminalidade itinerante é uma atividade grupal, os grupos têm sempre organização, no entanto a demonstração desta organização pode não ser necessária para a itinerante, aqui devemos nos concentrar nos elementos objetivos de crime, como a existência de grupo, que se dedica a uma prática continuada do crime, portanto o grupo que se dedica ao crime, que, por norma, não revela a sua estratificação, mas basta que haja um conjunto de elementos que se consigam colocar sempre nas cenas do crime, significa que o grupo coopera entre eles. E a outra questão tem a ver com o grupo atuar em diferentes zonas ou em diferentes países, no entanto não será necessário distinguir entre internacional ou transnacional, ou ser interna, porque na ordem interna é igualmente relevante, portanto o grupo tem de atuar em diversos sítios, por curtos períodos de tempo, onde se fixa com residência, em que neste período de tempo as forças de segurança os consigam colocar nas cenas de crime.”
Entrevistado n.º 10	“Em termos de caracterização do fenómeno existem diferentes níveis: um nível do crime de oportunidade praticado pelos indivíduos que têm uma organização rudimentar, portanto estamos a falar de duas ou três pessoas que coabitam ou vivem na mesma área e se juntam para praticar estes ilícitos, portanto não se pode dizer propriamente que seja uma criminalidade organizada, organizam-se apenas para partilhar os interesses decorrentes da sua atividade ilícita; depois existem os grupos criminosos que utilizam células e que praticam determinado tipo de ilícitos mas não têm obrigatoriamente de ser itinerantes; e existem os considerados itinerantes que já se deslocam longas distâncias para praticar os ilícitos. É a chamada a técnica do “hit and run” (significa deslocamento ao local, realizar o ato ilícito e retirar), portanto vão lá praticar a atividade ilícita, seja ela qual for, e depois retiram, seja para as suas bases seja para o país de onde provêm.”
Entrevistado n.º 11	É um fenómeno que cabe dentro do conceito de criminalidade organizada (ou de associação criminosa) desde que integre os elementos constantes da Decisão-Quadro 2008/841/JAI, do Conselho da EU, de 24OUT08: “Associação criminosa é a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou outro benefício material.

Apêndice A.2.6. Análise de conteúdo à questão n.º 6**Quadro n.º 7 - Análise de conteúdo à questão n.º 6**

6	Qual o quadro normativo, nacional e europeu, que enquadra o crime itinerante?
Entrevistado n.º 1	"Os quadros normativos são, naturalmente, o de cada país, fazendo jus aos princípios da independência e soberania e os normativos internacionais, nomeadamente da União Europeia."
Entrevistado n.º 2	Em Portugal não existe. Em termos europeus também não. No entanto, é um fenómeno que é estudado, essencialmente há um conjunto de contributos, mas apenas para conhecimento geral e para partilha de informações."
Entrevistado n.º 3	"Está a ser elaborada uma diretiva comunitária que quer elencar para o tráfico de seres humanos não só a exploração laboral e sexual mas também as questões relacionadas com a mendicidade e até com o próprio furto, isto é, pessoas que são introduzidas à força nestes fluxos migratórios e coagidas para serem prestáveis para determinado tipo de organização e incentivadas e obrigadas a furtar para alimentar a organização... Os Roma são violentos do ponto de vista interno, estrutura familiar. O chefe por norma é o mais velho, é muito respeitado, que lhe garante a aceitação das suas imposições, que também por norma não são questionadas, pelo facto de este tipo de vida ser uma questão cultural."
Entrevistado n.º 4	"Deve ser na associação criminosa, pode ser transnacional ou não."
Entrevistado n.º 5	"Existe aqui um problema. À aqui uma confluência porque o crime itinerante o que é? É criminalidade to cour ou criminalidade organizada. O problema é que o fato de ser itinerante choca com outros valores da união europeia, da Europa, que são os direitos humanos, e é aqui que temos um grande problema, é que as autoridades, como aconteceu em França e pode acontecer em Portugal, põem mais acento tónico na defesa dos direitos humanos na defesa dessas pessoas do que, propriamente, no combate às suas atividade criminosas."
Entrevistado n.º 6	"A sistematização da Parte Especial do Código Penal não é feita através do critério do modo de cometimento dos crimes (se a sistematização do Código Penal atendessem a esse critério, talvez tivesse cabimento criar um capítulo relacionado com o crime itinerante), mas sim tendo em atenção o bem jurídico protegido."
Entrevistado n.º 7	"A temática da criminalidade itinerante está suportada no que é definido em sede de Comité para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna (COSI) (o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), previu no seu Artigo 71º a criação, no Conselho Europeu, do COSI. A representação nacional no Comité é assegurada pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, que tem a competência, conforme decorre da LSI, de coordenação da FSS."
Entrevistado n.º 8	"Estes crimes integram o quadro jurídico que está previsto no país onde são cometidos, e portanto os indivíduos estão a ser acusados de furto, ou de associação criminosa, ou de violência após subtração, ou de roubos. No entanto ainda não existe um normativo específico para a criminalidade itinerante. Pela nossa experiência, estes indivíduos que pertencem a grupos de criminalidade itinerante, normalmente têm a sua subsunção nos normativos e nos ilícitos penais do código penal."
Entrevistado n.º 9	"É a associação criminosa, porque o que este tipo de crime não trata é a questão deste grupo ter obrigatoriamente que fixar residência em zonas distintas, mas o crime tem de ser grupal e o seu objeto é modus de vida, ou seja, a prática do crime é modo de vida."
Entrevistado n.º 10	"Ao nível nacional o que existe são apenas as decisões e os mecanismos/organismos europeus, que servem de enquadramento, que são transpostos para cada estado membro. Em Portugal não existe nenhum ordenamento específico interno que defina o que é criminalidade itinerante. Tudo o que existe é baseado nas normas europeias, que depois são traduzidas."
Entrevistado n.º 11	Definição consagrada pela UE, conforme disposto nas Conclusões do Conselho de Justiça e Assuntos Internos, de 02 e 03DEZ10 (esta é a definição seguida, obviamente, pela EUROPOL)

Apêndice A.2.7. Análise de conteúdo à questão n.º 7

Quadro n.º 8 - Análise de conteúdo à questão n.º 7

7	Como se caracterizam os Grupos Criminosos Itinerantes (GCI) ou Grupos Móveis de Criminalidade Organizada (GMCO)? Qual o modus operandi dos mesmos? Qual o perfil deste tipo de criminoso? Como é feita a angariação do efetivo destes grupos?
Entrevistado n.º 1	"Estes grupos criminosos itinerantes caracterizam-se consoante o tipo de atividade, no entanto será importante analisar a sua proveniência, a propensão que têm para determinada atividade e determinados inputs. Os grupos nunca se cruzam, as pessoas não se conhecem, timings reduzidos, no local onde praticam o ilícito. Por norma o recrutamento dos efectivos para estes grupos é feito junto de famílias carenciadas."
Entrevistado n.º 2	"conjunto de indivíduos, estruturados, organizados, com um determinado objetivo que conduzam a uma serie de ações, essencialmente contra o património. Têm de realizar ações em dois países contínuos e em vários pontos do território nacional. Quanto ao modus operandi, estes grupos têm uma hierarquia, bem organizados, que atacam alvos de oportunidade, no entanto varia muito consoante o objetivo e o tipo de crime que realizam. Fazem já dissimulação, nos assaltos, com mulheres e crianças. Quanto ao perfil do criminoso, este varia desde os bem-falantes, bem vestidos, ou com um aspeto perfeitamente normal, até aos que apresentam um aspeto andrajoso. O aspeto também está relacionado com a natureza do crime que pretendem realizar. Muitos grupos têm laços familiares, mas esta característica, como mencionado, não é essencial para que os mesmos se enquadrem no âmbito da criminalidade itinerante. Já se observa o recrutamento de indivíduos nacionais, bem-falantes, com boa aparência, para executarem determinado tipo de ações, por exemplo, burlas da segurança social. Este é já um fenómeno de integração."
Entrevistado n.º 3	"Quanto às estruturas destes grupos serão muito semelhantes independentemente das nacionalidades,.... O modus operandi vai mudando conforme o objetivo, ou seja, a prática ilícita que estiver a ser rentável em determinado período temporal. Podemos subdividir estes grupos em dois tipos de organização, a primeira de orientação familiar, que tem a ver com as tradições ciganas, com características da etnia "Roma", da Roménia e da própria Hungria, depois a sua capacidade de itinerância, de movimentação, o que prejudica largamente as mulheres e crianças. O segundo tipo de organização é mais policial, é agressiva quando os seus elementos não cumprem determinadas regras internas, é violenta para quem falha determinado tipo de obrigações. Os Roma são violentos do ponto de vista interno, estrutura familiar. O chefe por norma é o mais velho, é muito respeitado, que lhe garante a aceitação das suas imposições, que também por norma não são questionadas, pelo facto de este tipo de vida ser uma questão cultural."
Entrevistado n.º 4	"Os GCI são constituídos por redes de indivíduos com nacionalidades do leste europeu, especializando-se numa vasta panóplia de crimes praticados de uma forma reiterada e sucessiva em todo o território nacional.."
Entrevistado n.º 5	"Existe uma divisão de trabalho e hierarquia no seio do grupo: os que pedem esmola, os observadores, os operacionais, os que transportam o produto dos roubos para o país de origem, pode-se chamar crime organizado, não muita estabilidade ao longo do tempo mas pode ter uns 10 ou 20 anos para alguns grupos nos seus países de origem. A selecção dos indivíduos para pertencerem aos grupos é feita por clãs e no seio das famílias, são pessoas sem qualificação, mas que no contexto crime organizado e desse grupo têm a sua função. Quanto ao perfil deste tipo de criminoso, podemos defini-lo como pouca educação, cultura de nomadismo (o cigano é nómada por natureza), aventureiro e o desejo de lucro fácil noutros países onde seja mais favorável exercer essas atividades criminosas."
Entrevistado n.º 6	"Estes grupos têm mudado muito desde as décadas de cinquenta e sessenta do século passado, quando eram identificados com minorias étnicas até aos dias de hoje. É claro que continua a haver, num ou noutro caso, uma predominância de comunidades imigrantes, mas esses grupos são agora mais cosmopolitas e difíceis de

	caracterizar...”
Entrevistado n.º 7	<p>“Se representam por uma atividade grupal com estrutura/hierarquia relativamente bem definida; Se dedicam à prática reiterada e sistemática de crimes, em especial contra o património; Materializam a sua atividade numa área de atuação de grande dimensão (flexibilidade), que por vezes tem impacto a nível internacional; Em muitos casos, apresentam uma ligação a tráfico de seres humanos. Os modus operandi utilizados são inovadores e em número diverso. Há grupos que se especializam na adoção de alguns modus operandi, que acabam por constituir “imagem de marca”. Com a decomposição de certos grupos, decorrente de intervenções policiais por exemplo, é provável a mutação dos métodos. Não existe propriamente um perfil standard de indivíduo associado ao crime itinerante. O perfil vai depender muito do tipo de fenómeno a que está associado. Em todo o caso há características que são comuns a todos os indivíduos: flexíveis de movimentos, desconfiados, conhecedores dos sistemas jurídicos dos países onde atuam.”</p>
Entrevistado n.º 8	<p>“Parece existir uma correspondência entre a origem dos indivíduos que praticam este tipo de criminalidade itinerante e o tipo de modus operandi. (...) a grande mobilidade, de carácter nacional e transnacional, portanto com uma lógica internacional com um número de indivíduos pertencente ao grupo bastante alargado, normalmente dedicada à criminalidade contra o património, com uma atividade muito intensa, quase diária, em busca do lucro. Poderá ser integrado na criminalidade organizada. Os indivíduos com um grande histórico criminal, nos seus países de origem, muita desta criminalidade violenta, que muitas vezes exercem dentro do grupo para manter a unidade da estrutura, que já passaram pela maioria dos países da Europa central e do norte, normalmente está associado tráfico de seres humanos. São indivíduos muito jovens, isto no primeiro patamar, ao contrário dos níveis hierárquicos superiores. Temos portanto um perfil criminal difuso, porque a um nível mais baixo e menos complexo estão os indivíduos mais jovens e menos experientes, depois nos níveis intermédio e superior temos indivíduos mais experientes, com mais maturidade.”</p>
Entrevistado n.º 9	<p>“Por norma estão ligados a uma etnia cigana e por ser grupal. Quanto ao modus operandi podemos caracterizá-los por existir um patriarca dominante, que se movimenta com o grupo, que depois tem outros patriarcas abaixo, que fazem domínio sobre grupos de mulheres, sendo estas objeto de venda, de troca, que trabalham para o homem. Estas mulheres são rotativas, podem girar de grupo em grupo. O homem cuida das crianças. A mulher é considerada como sendo de segunda categoria. É possível definir o perfil para estes tipos de criminosos através da etnia, nacionalidade, por exemplo na idade e experiência do patriarca, por norma mais relevante relativamente ao restante grupo. A angariação dos efetivos destes grupos é feita na comunidade.”</p>
Entrevistado n.º 10	<p>“São grupos que por vezes juntam diversas nacionalidades, ou que colaboram ativamente com outros grupos na prática de atividades ilícitas. Têm níveis de organização diferentes, grupos com estruturas e organização hierárquica, tipo clã, enquanto outros são mais descentralizados. São geridos em função do lucro, são autênticas empresas, que contratam pessoas, se não as tiverem, para determinados serviços. Têm escolas de formação. Têm uma organização que controla todo o recrutamento, a formação até ao controlo destes indivíduos na prática dos ilícitos. É uma cadeia que é toda controlada desde a base ao topo. No entanto, esta caracterização depende do tipo de crime que o grupo realiza, (...) Quanto ao modus operandi, são policriminais, quanto ao tipo de atividades que praticam, isto é dedicam-se a todo o tipo de atividades criminais, desde que obtenham lucro rápido (...) como por exemplo furtos em residências, furtos em veículos, carteiristas, furto de metais não preciosos, furto de ATM, roubo de carrinhas de transporte de valores, ourivesarias. (...) Quanto ao perfil do criminoso, podemos defini-lo como estando na faixa etária entre os 20 e 35 anos, são indivíduos que são altamente especializados no que fazem, que conseguem disseminar os seus conhecimentos pelos outros elementos do grupo. O recrutamento pode ser realizado através do tráfico de seres humanos, desde os miúdos que são traficados para praticar pequenos furtos, furtos no interior de lojas, os carteiristas, a mendicidade; depois existe o recrutamento de indivíduos especializados em determinadas áreas técnicas, fazendo-lhes propostas de contrato e depois acabam de os afetar à própria organização, onde será muito difícil de sair.”</p>

Entrevistado n.º 11	<p>Objetivo: lucro; Elevada capacidade de mobilidade: realização de crimes consecutivos, em curto espaço de tempo, em diversas regiões do mesmo país; deslocação posterior para outros países, geralmente limítrofes. Os grupos dispõem de uma estrutura piramidal, sendo que a cada grau da pirâmide (a cada tipologia de crime) poderão corresponder várias células dispersas por diferentes regiões e zonas de ação. Os elementos do grupo são recrutados nos países de origem. Os grupos são heterogêneos quanto ao sexo e idade (homens, mulheres, crianças). As mulheres e crianças geralmente estão envolvidas em crimes de moldura penal mais leve. Fortemente organizados, com elevado grau de especialização em múltiplas tipologias criminais. Organização não hierárquica constituída por células relativamente autónomas orientadas por uma liderança própria, normalmente exercida por indivíduos ou redes criminosas estabelecidas no país de origem, de onde são emanadas as orientações estratégicas genéricas para a atuação dos grupos. Nos países de atuação, as células são coordenadas por chefias intermédias. Alta capacidade de adaptação e resiliência; capacidade de reorganização, conseguindo alterar rapidamente o número ou género dos indivíduos pertencentes ao grupo, se necessário.</p>
---------------------	--

Apêndice A.2.8. Análise de conteúdo à questão n.º 8**Quadro n.º 9 - Análise de conteúdo à questão n.º 8**

8	Existe influência da prática do crime de auxílio à imigração ilegal na criminalidade itinerante?
Entrevistado n.º 1	"Completamente, porque a imigração ilegal tem igualmente como objetivo a obtenção do lucro."
Entrevistado n.º 2	"Apesar de serem situações diferentes poderão existir alguns casos pontuais."
Entrevistado n.º 3	"Existe uma relação direta com o crime de auxílio à migração ilegal. Nestas organizações a primeira regra a ser quebrada são as questões de imigração ilegal."
Entrevistado n.º 4	"O auxílio à imigração pressupõe que em Portugal já exista um grupo de indivíduos que estão dispostos a auxiliarem a imigração. Quanto aos georgianos não existe auxílio à imigração, isto porque, trabalham uns com os outros, não há portugueses, ou seja, os que cá estão são georgianos e os que vêm também. Se houvesse maior controlo por parte das autoridades policiais, designadamente do SEF, quer ao nível do aeroporto (entradas aéreas), quer do pedido de documentação obviamente que as pessoas não vinham. Neste momento existe também um problema com os guineenses, que estão a pedir a nacionalidade portuguesa alegando que são filhos de cidadãos portugueses."
Entrevistado n.º 5	"O auxílio à imigração ilegal favorece o estabelecimento num determinado país de um grupo criminoso, com o argumento de ir trabalhar para outro país, e uma vez estando já no outro país de destino dedicam-se a quaisquer atividades normalmente ilícitas. Portanto o crime de auxílio à imigração ilegal é de combater com muita tenacidade., aliás faz parte de uma das atividades do crime organizado."
Entrevistado n.º 6	"Sem dúvida. Aliás, em muitos casos, o crime de auxílio à imigração ilegal relaciona-se com outros fenómenos criminais, como a exploração sexual ou laboral de imigrantes no local de destino... Portanto, eu diria que, de facto, existe uma ligação não só entre o crime de auxílio à imigração ilegal, o tráfico de pessoas e a criminalidade itinerante."
Entrevistado n.º 7	"É natural que em casos pontuais, e tendo como referência a realidade portuguesa, tenha ocorrido e/ou exista influência da prática do crime de auxílio à imigração ilegal na criminalidade itinerante. A perceção que as Polícias têm no decorrer das investigações que realizam tem de ser materializada na prova produzida, com vista à possível condenação."
Entrevistado n.º 8	"A partir de países terceiros, existe o auxílio à imigração ilegal, porque de facto a rede criminosa estabelece as suas estruturas num determinado país e isso é um incentivo para que outras redes se venham a instalar-se porque, têm uma base de apoio já instalada, e a partir daqui sentem-se mais à vontade para praticar ilícitos e recrutar novos elementos. Nesta nova realidade, dentro do espaço Schengen, esta questão não se coloca, ..."
Entrevistado n.º 9	"Pela nossa experiência, sempre que estiver associada a uma transnacionalidade seguramente, como o grupo roda os seus operativos, utiliza quer documentação quer identidades falsas para movimentar estas pessoas entre os diferentes países. Estes grupos tornam-se itinerantes à medida que são identificados pelas polícias ou se sentem ameaçados, porque enquanto andarem discretos não se movimentam."
Entrevistado n.º 10	"Não existe registo que haja um vínculo direto entre a imigração ilegal e a criminalidade itinerante. O que há de facto é que uma parte destes indivíduos que circulam entre estados membros, circulam a maior parte das vezes com documentos falsos, com diferentes identidades, existem registos, inclusive, de indivíduos que apresentam mais de 20 identidades diferentes. Existe uma facilitação de mobilidade sustentada em documentos falsificados, para dentro e para fora da europa."
Entrevistado n.º 11	Os grupos criminosos itinerantes encontram-se, também, envolvidos em atividades relacionadas com o auxílio à imigração ilegal, com o propósito de "criar uma aparência" de legalidade quanto à presença dos elementos dos grupos em espaço europeu. Pode considerar-se uma atividade acessória, mas fundamentalmente, para "escapar" ao radar das autoridades. Por vezes, para estes efeitos, chegam a criar associações (legais) de apoio aos imigrantes, que os ajudam a legalizar-se nos diversos países europeus.

Apêndice A.2.9. Análise de conteúdo à questão n.º 9

Quadro n.º 10 - Análise de conteúdo à questão n.º 9

9	Que nacionalidade (s) é (são) mais preocupante (s) no âmbito do auxílio à imigração ilegal influenciadora da criminalidade itinerante?
Entrevistado n.º 1	"Na Alemanha são os Curdos-iraquianos, na França são os islâmicos provenientes do norte de África, em Portugal a determinada altura existia um fluxo de imigração ilegal proveniente dos PALOP e do Brasil, países de leste, os indostânicos e os chineses."
Entrevistado n.º 2	"Alguns países do leste europeu, sobretudo da Roménia e Bulgária, apesar de se encontrarem em Portugal grupos sobre os quais a Guarda realiza uma particular vigilância e que têm como origem alguns países da Europa ocidental."
Entrevistado n.º 3	"Por norma não deveremos estar a referenciar uma nacionalidade em detrimento de outra."
Entrevistado n.º 4	"A nacionalidade que mais preocupa o mundo inteiro é a paquistanesa. Os paquistaneses estão classificados como um grupo de risco. Em todas as situações, mesmo que seja para se casarem e virem trabalhar."
Entrevistado n.º 5	"Os países de leste, sobretudo Roménia e Bulgária, alguns países da Mongólia, Balcãs, Chineses. Mais recentemente a imigração nigeriana, sobretudo prostitutas, já existia por toda a Europa e desde há 10 - 15 anos começou-se a verificar em Portugal, estando agora bastante presente. A Nigéria tem outro problema (para além da atividade de prostituição ilegal) que é o principal distribuidor de droga a nível mundial: distribui a cocaína que recebe da América do Sul e a heroína que recebe do triângulo dourado, e portanto é preciso atenção à Nigéria porque, também condicionam as prostitutas através da magia, nomeadamente VUDU (toda a magia é de origem nigeriana)."
Entrevistado n.º 6	"É difícil fazer referências étnicas neste tipo de estudo, sem correr o risco de ser mal compreendido. No entanto, na investigação criminal estes dados têm de ser analisados sem preconceito, em benefício da prevenção e da repressão do crime. Sem qualquer estigmatização, podemos assinalar, por exemplo, uma certa articulação de grupos criminosos provenientes do leste europeu com a criminalidade itinerante."
Entrevistado n.º 7	"Não é possível estabelecer uma relação direta com nacionalidades. Cada "fenómeno criminal itinerante é um fenómeno" e, como tal, pode acarretar diversas nacionalidades com origens geográficas distintas. Há fenómenos criminais itinerantes muito associados aos países do Leste europeu. Outros há, por exemplo, que são sobretudo típicos de países sul-americanos, asiáticos e indostânicos."
Entrevistado n.º 8	"Indivíduos da Europa de leste (crimes contra o património), franceses (Córsega), América latina (assaltos a bancos com armas de fogo), indivíduos asiáticos (multibancos, cashtrapping)."
Entrevistado n.º 9	"A romena, dentro da união europeia."
Entrevistado n.º 10	"Portugal, para além da criminalidade europeia, tem a criminalidade da América do Sul. Espanha mais centrada nos países hispânicos e Portugal mais centrado nos brasileiros. No âmbito da criminalidade itinerante temos 4 realidades: os grupos criminosos provenientes dos estados membros, ou seja, dentro da união europeia (mais romenos e búlgaros), grupos criminosos de fora da união europeia (georgianos, Albaneses, magrebinos e, de um modo geral, e outros países da ex-união soviética), e da Rússia) e os grupos da América Latina, para além dos grupos Africanos, sobretudo os Nigerianos (ao nível do tráfico de seres humanos, prostituição, ...)."
Entrevistado n.º 11	"Quanto à origem/nacionalidade dos elementos dos grupos, atualmente verifica-se que são oriundos principalmente de países da Europa de Leste (Roménia, Bulgária), Balcãs (Bósnios, Sérvios) e/ou de países falantes de russo (Moldávia, Geórgia, etc.). Os grupos criminosos itinerantes oriundos da ex-União Soviética, designadamente da Geórgia, têm atuado praticamente em todo o continente europeu, constituindo verdadeiras organizações criminosas transnacionais."

Apêndice A.2.10. Análise de conteúdo à questão n.º 10

Quadro n.º 11 - Análise de conteúdo à questão n.º 10

10	A criminalidade itinerante aumentou e/ou diversificou-se por meio de um eventual aumento de imigração ilegal?
Entrevistado n.º 1	"No contexto social que a Europa vive atualmente, talvez tenha adquirido um papel mais relevante, por causa da tipologia do crime e da necessidade de sobrevivência das pessoas, ou os GMCI, circularem sempre na obtenção do lucro."
Entrevistado n.º 2	"Não tenho dados concretos para responder a esta questão. Com a crise e consequentemente o desemprego, está-se a observar ao regresso de emigrantes para os países de origem o que, consequentemente, poderá implicar uma diminuição da criminalidade."
Entrevistado n.º 3	"Não, não tem nada a ver. Os imigrantes em situação irregular não aumentaram. O que se está a verificar é que mesmo os que estão em situação regular estão a optar pelo retorno voluntário. O que está aqui em causa são os objetivos muito precisos das estruturas criminosas."
Entrevistado n.º 4	"O crime itinerante em Portugal não aumentou. Com o país numa situação de pobreza extrema o normal será ou os próprios cidadãos emigrarem e não entrar ninguém, porque também não vai encontrar emprego"
Entrevistado n.º 5	"Nem todos os imigrantes em situação irregular se dedicam a atividades criminosas, podem por desespero e falta de meios ter começado, nomeadamente os desempregados. Tem de distinguir-se o trigo do joio. O auxílio à imigração ilegal é de combater, depois ver quem são os imigrantes ilegais e se querem trabalhar, se não como vivem, e poder-se-ia em colaboração com a união europeia, através de verbas, dar-lhes formação, para os que quisessem, mas uma coisa a sério. Já se optou (tentativa falhada) por dar dinheiro à Roménia para receber estes imigrantes, mas este país não se mostrou interessado."
Entrevistado n.º 6	"Admito que o incremento do auxílio à imigração ilegal e do tráfico de pessoas se relacione com a criminalidade itinerante e potencie o seu aumento... De todo o modo, o que tem acontecido nos últimos anos favorece o crescimento da criminalidade itinerante... Para dar um exemplo simples, posso referir as autoestradas, que são fonte de liberdade, progresso e até segurança rodoviária, mas também podem facilitar a prática de crimes."
Entrevistado n.º 7	"A imigração ilegal é mais um fator a ter em conta no seio de tantos outros. Mas não tem que haver uma relação direta. A criminalidade itinerante pode potenciar a prática de auxílio à imigração ilegal, que não deve ser vista de forma isolada. Pode acontecer que em crimes contra o património, tidos como identificadores e caracterizadores de criminalidade itinerante, possam estar associados outros crimes como sejam o tráfico de seres humanos, a falsificação de documentos e, claro está, o auxílio à imigração ilegal. É provável que um grupo móvel oriundo de um Estado terceiro, que se dedica por exemplo ao furto de viaturas nos diferentes Estados membros, recorra à imigração ilegal e à falsificação de documentos para expandir a área de acção dos seus membros, o que acarreta um esforço acrescido em sede de investigação pelas FSS."
Entrevistado n.º 8	"É verdade, e se tiverem o apoio de uma grande comunidade de criminalidade itinerante já instalada, que servem de referências, sentindo-se muito mais à vontade, nomeadamente para recrutar."
Entrevistado n.º 9	"Não tenho dados para responder. No entanto, tenho a perceção que os emigrantes dos países de leste e os brasileiros têm estado a regressar aos seus países de origem, em parte devido à atual situação económica e social do nosso país."
Entrevistado n.º 10	"A DIC não tem uma relação causa-efeito entre o número de ilícitos cometidos e a imigração ilegal."
Entrevistado n.º 11	Não respondeu.

Apêndice A.2.11. Análise de conteúdo à questão n.º 11

Quadro n.º 12 - Análise de conteúdo à questão n.º 11

11	Que tipo de ações, policiais e judiciais, nacionais e supranacionais, estão a ser implementadas para combater, prevenir e/ou anular o fenómeno da criminalidade itinerante?
Entrevistado n.º 1	"Bases de dados conjuntas, sistemas de comunicação conjuntos, o sistema de cooperação policial e de órgãos próprios para efeitos de coordenação das forças policiais, a cooperação internacional, que é determinante. Ainda é necessário apostar ou investir mais na formação dos novos militares e/ou agentes e na cooperação e troca de informações entre as forças policiais."
Entrevistado n.º 2	"Primeira questão fundamental – a perceção da realidade. Tentar perceber o que faz mover estes indivíduos, para onde, quais os tipos de crimes que cometem e, consequentemente, implementar o conjunto de ações preventivas, quer ao nível das Forças de Segurança na localização no terreno, quer em termos de alerta às populações. A segunda é a eventual alteração do quadro legal desta criminalidade. No entanto, ao nível nacional e europeu, é fundamental um maior e mais profundo conhecimento destes grupos e das suas ações assim como uma mais efetiva partilha da informação."
Entrevistado n.º 3	"Existe uma forte interligação com Europol. Existem ainda as equipas de investigação conjuntas (EIC) não só com as forças e serviços de segurança nacionais mas também europeus, nomeadamente com Francesas e Inglesas. As EIC da Europol obrigam a uma intervenção direta para recolha e validação da prova no país onde está a ser realizada a investigação e do outro país que faz parte da EIC. O nosso MP tem de intervir e as provas terão de ser validadas em sede de Eurojust, em Haia, com a transferência da prova para lá, da sua avaliação e do seu encaminhamento para o processo onde quer que ele esteja, portanto tem de obrigar a intervenção das estruturas judiciais dos dois países envolvidos, das estruturas policiais."
Entrevistado n.º 4	"as polícias, apesar da crise política e social, continuam em guerra aberta umas com as outras, discutindo questões de pequenos poderes (quem manda em quem), portanto também não definem estratégias de combate a qualquer fenómeno.... O SEF dedica-se a investigar determinado grupo e até hoje os outros OPC's não têm tido grande capacidade para investigar estes mesmos grupos. Quanto aos grupos mistos, foram uma criação da 11.ª secção, para grande desgosto dos OPC's, porque eles não querem trabalhar em conjunto, cada um trabalha à sua maneira..."
Entrevistado n.º 5	"Tem de haver cooperação, quando determinado grupo está num país e a determinada altura sai dele, o país em questão em princípio sabe para onde é que eles vão, e devem avisar os outros. (...) É fundamental a monitorização dos grupos na EU, depois existe outra questão que já existe e é preciso insistir, que são as notificações, as rusgas, e continuar a perguntar: "Qual o seu meio de subsistência?" É uma obrigação do Estado, apesar de antipático, mas o estado tem de ser antipático para defender os cidadãos e a sua primeira obrigação."
Entrevistado n.º 6	"...desenvolver políticas de integração. A política da União Europeia, que coincide com a política portuguesa, encara de forma abrangente e integrada as migrações, através de quatro orientações essenciais: 1. Regular e favorecer a imigração legal; 2. Combater a imigração ilegal e os fenómenos graves de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal; 3. Integrar os imigrantes, e 4. Fazer uma gestão comum das fronteiras da Europa.... Estas quatro orientações são muito importantes também para combater a criminalidade itinerante, nomeadamente através da integração dos imigrantes para evitar a exclusão social. Por outro lado, ao nível das políticas de segurança propriamente ditas, é muito relevante o policiamento de proximidade (...) As estratégias de policiamento de proximidade têm de encarar com muita atenção a criminalidade itinerante, através do patrulhamento clássico mas também de formas de contacto rápido, com eventual recurso a novas tecnologias, que permitam às forças de segurança intervir de imediato (...) Esses esquemas de policiamento mais modernos (...) Basta pensar na georreferenciação, nas centrais de alarmes, na videovigilância e

	nos motores de busca na internet que podem ajudar a defender as vítimas que são ‘presa’ fácil da criminalidade itinerante, (...) Num outro plano, a investigação criminal assume um papel decisivo, para dismantlar a criminalidade organizada. Neste âmbito, um dos problemas que se coloca com mais acuidade é o da cooperação entre serviços e forças de segurança. (...) O que se passa ao nível da polícia, também vale para o Ministério Público (MP). O MP tem dificuldade em acompanhar de forma efetiva as investigações e os inquéritos.”
Entrevistado n.º 7	“Com representante nacional da GNR - PAO “Criminalidade Itinerante” (Grupo 7), ou tecnicamente designado “Mobile Organised Crime Groups” (destinado a reduzir as capacidades gerais dos grupos criminosos organizados móveis/itinerantes para se envolverem em atividades criminosas) (...) Para cada uma das prioridades foram definidos objetivos estratégicos e concebidos PAO específicos (...) Mais recentemente, e tendo presente a preparação do próximo Ciclo Político da UE (2014-2017), foi “redefinida” a participação portuguesa, que compreendeu quer o alargamento do espectro de ação a outros Grupos de Trabalho/Prioridades quer o envolvimento de outras FSS e Entidades, mantendo-se a prioridade da “criminalidade itinerante”, com redefinição do nome: “Criminalidade itinerante organizada contra a propriedade”
Entrevistado n.º 8	“é importante que os países (forças policiais e judiciárias) se organizem, primeiro internamente para combater estes grupos, pois para além da mobilidade transnacional existe aqui uma mobilidade nacional, e de facto quer o Ministério Público quer as forças policiais têm de estar preparadas, para deixarem de ter uma lógica territorial para passarem a ter uma lógica mais abrangente a fazerem a investigação destes grupos. (...) Existe uma maior eficácia ao nível da cooperação policial do que ao nível da Eurojust. O facto de existirem, nas forças de segurança, sistemas informáticos (bases de dados) de âmbito nacional é uma vantagem muito grande, porque um grupo de investigadores do Porto, consegue ver por um determinado modus operandi que um grupo de indivíduos já não está em Aveiro mas já no Algarve. Existem de facto muito bons resultados com informações obtidas nestas bases de dados. Antes de avançarmos para a cooperação internacional é necessário que a cooperação nacional (entre as forças de segurança e entre estas e o MP) funcione perfeitamente.”
Entrevistado n.º 9	“Em termos globais não tenho dados para responder a esta questão.”
Entrevistado n.º 10	“Ao nível nacional existe o decurso das diretivas emanadas ao nível europeu. Ao nível europeu foram definidos ciclos políticos de combate à criminalidade, de acordo com determinada periodicidade. Houve um para 2011 e 2013 e vai começar outro entre 2014 e 2017. Para estes ciclos políticos são definidas prioridades, e de entre as prioridades uma delas é justamente a criminalidade itinerante. Com base nestas prioridades são constituídos os projetos EMPACT, ou equipas multidisciplinares, para fenómenos abrangentes ao nível europeu, que juntam os estados-membros que quiserem aderir, para partilha de conhecimentos e de um plano comum para intervenção e para combate a esta realidade. (...) Ao nível judicial, houve uma adaptação a esta realidade, foram constituídas equipas nos DIAP’s que só trabalham nesta realidade. As forças de segurança também se adaptaram, por exemplo na GNR foram constituídas equipas que trabalham em exclusivo com o DIAP (a trabalhar no âmbito do furto de metais não preciosos).”
Entrevistado n.º 11	Não respondeu.

Apêndice A.2.12. Análise de conteúdo à questão n.º 12

Quadro n.º 13 - Análise de conteúdo à questão n.º 12

12	Existe eficácia na atuação operacional?
Entrevistado n.º 1	"Existe alguma eficácia, mas poderia ser melhorada substancialmente se a cooperação e troca de informações entre as forças policiais fosse operacionalizada."
Entrevistado n.º 2	"Este fenómeno implica uma grande adjudicação de meios, para resultados que nem sempre são imediatos. A eficácia não é aquela que desejaríamos, sendo por isso fundamental a partilha de informação."
Entrevistado n.º 3	"O MP em Portugal começa a ter a perceção daquilo que é a dimensão internacional do fenómeno, embora seja difícil harmonizar, muitas vezes a estratégia com todo o MP, nomeadamente com questões de territorialidade. Não existe uma harmonização do MP, para combater sempre da mesma forma este tipo de crime. Ao nível policial existe já alguma eficácia, já existe a interiorização da informação e sob a forma como devemos atuar em determinado momento."
Entrevistado n.º 4	"Quando se define que, no âmbito de um processo-crime importa investigar aquele grupo sim, mas os restantes que normalmente não são intercetados nem detidos normalmente saem do país e não voltam."
Entrevistado n.º 5	"Estes grupos têm já muita arte e muito bem ensaiada, para além de apoio de advogados, alguns espanhóis, que conhecem os truques todos para estar aqui, nomeadamente a falta de residência fixa (é um dos truques), permitindo-lhe que nunca sejam citados/localizados. Não se pode por de parte a formação de grupos mistos, com indivíduos do país onde pretendem realizar as actividades delituosas, para melhor se movimentarem nesse país. É uma guerra que nunca vai ser ganha."
Entrevistado n.º 6	"Os níveis de eficácia são razoáveis, mas podem sempre ser melhorados. O reforço da coordenação entre os OPC e a entrada em funcionamento do Sistema e da Plataforma Integrada de Informação Criminal são a chave desse melhoramento."
Entrevistado n.º 7	"As Forças e Serviços de Segurança têm feito um esforço considerável, que, nalguns casos, tem sido premiado com resultados muito positivos (...) A eficácia na atuação não resultou simplesmente das investigações desencadeadas. Tem havido a preocupação crescente de suportar todo o trabalho policial com dados fundados em processos de pesquisa e análise de informações. (...) A atuação policial será tanto mais eficaz quanto melhor se perceber os modus operandi utilizados, a dinâmica grupal, as relações existentes. E, por outro lado, os resultados policiais serão tão mais positivos quanto melhor se estabelecer conexões entre os vários ilícitos criminais. (...) Em suma, as Polícias têm trabalho feito mas é preciso continuar a melhorar os mecanismos de atuação policial."
Entrevistado n.º 8	"Sim existe alguma eficácia, de acordo com algumas operações que necessitaram de cooperação internacional. A este nível foram criados alguns mecanismos muito importantes, como por exemplo a criação do MDE, das EIC. A PSP e a GNR têm um papel fundamental na criminalidade itinerante em Portugal, apesar de não terem acento na UNE, nem no GNI."
Entrevistado n.º 9	"Não tenho dados para responder a esta questão. Do que conheço de alguns grupos de trabalho sei que existe algum distanciamento entre as intenções, que vão dos grupos europeus até uma expressão de uma orientação muito concreta na ordem jurídica interna, porque os países não podem largar a sua autonomia, de terem a sua ideia para o problema, e depois, por vezes, entre a intenção dos grupos de trabalho e a materialização dessa intenção internamente, as coisas não correm bem."
Entrevistado n.º 10	"Devido às medidas implementadas aumentou-se a eficácia, no entanto ainda existe algum caminho a percorrer porque há necessidade de articular e agilizar alguns procedimentos, pois muitas vezes os tribunais de comarca não cumprem a obrigatoriedade que está estabelecida, de por exemplo, ao nível do furto dos metais não preciosos, enviarem os inquéritos deste tipo de ilícitos para os DIAP's a que pertencem. O circuito é novo e até ser completamente implementado leva o seu tempo, por outro lado os DIAP's ainda não têm capacidade de resposta a todas as solicitações, no âmbito deste furto. No entanto a eficácia melhorou desde que passou a haver o tratamento integrado e com Procuradores exclusivamente dedicados ao furto

	de metais.”
Entrevistado n.º 11	A mobilidade e capacidade de resiliência destes grupos dificultam a atuação policial e mesmo judiciária. Neste último caso, saliente-se a dificuldade de efetuar ligação/conexão entre os diversos casos aparentemente avulso que surgem e que são julgados dessa forma, não sendo possível relacionar todos os crimes cometidos pelos membros de um mesmo grupo.

Apêndice A.2.13. Análise de conteúdo à questão n.º 13

Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo à questão n.º 13

13	Qual o ponto de situação da criminalidade itinerante em Portugal?
Entrevistado n.º 1	“Neste momento o crime itinerante em Portugal está fundamentalmente relacionado com o crime contra o património, carjacking, e com o crime associado às novas tecnologias (...) Considerando a dinâmica da actividade criminosa, consubstanciada no crime itinerante podemos concluir que a mesma diminuiu para determinada tipologia de crimes e aumentou para outros.”
Entrevistado n.º 2	“Com a crise e consequentemente o desemprego, está-se a observar o regresso de emigrantes para o país de origem. Consequentemente a criminalidade associada a estes elementos tem tendência a diminuir. Se as leis forem mais brandas ou a atuação das FFSS for menos enérgica, estes grupos mais facilmente entram, deslocam-se e praticam os crimes. Quanto mais pressionados se sentirem mais rapidamente saem. Portugal como está no extremo Ocidental da Europa, e essa posição geográfica apresenta naturais vantagens mas também alguns inconvenientes. Comparando Portugal a Espanha pode-se considerar que a criminalidade no nosso país apresenta níveis significativamente mais baixos do que no país vizinho no que a este tipo de crimes diz respeito.”
Entrevistado n.º 3	“Está em fase de implementação, mas tendo em conta que Portugal é mais importante como espaço de recuo do que propriamente como espaço de ação, isto não quer dizer que não se vislumbrem oportunidades de negócio para cometer este tipo de crime. Pelo facto de Portugal ser um país pequeno, naturalmente que estas oportunidades não serão elevadas. No entanto do ponto de vista geográfico é outra coisa. Portugal terá tantos mais problemas quanto mais atividade económica tiver.”
Entrevistado n.º 4	“O crime itinerante em Portugal não aumentou. Com o país numa situação de pobreza extrema o normal será ou os próprios cidadãos emigrarem e não entrar ninguém, porque também não vai encontrar emprego.”
Entrevistado n.º 5	“Ainda não tem a dimensão de países como Espanha ou França, mas para a dimensão do nosso país já é demais (...) Existem vários grupos itinerantes portugueses que estão a aparecer, em primeira linha, ou seja pensamos que são portugueses mas poderão ser mistos, logo é preciso ter muito cuidado e tentar conter o fenómeno que ainda está no princípio.”
Entrevistado n.º 6	“Não existem estatísticas sobre o crime itinerante. No entanto, creio que a tendência é para subir, por vários fatores: aumento da mobilidade, aumento da oferta de bens de consumo, inexistência de fronteiras próprias, intensificação das migrações. Veremos, num futuro mais próximo, qual será a influência da crise na criminalidade itinerante.”
Entrevistado n.º 7	“As Forças e Serviços de Segurança têm feito um esforço considerável, que, nalguns casos, tem sido premiado com resultados muito positivos. São exemplos os resultados alcançados com investigações recentes da Polícia Judiciária, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.”
Entrevistado n.º 8	“Neste momento, poderemos estar a ter alguma diminuição. Continuamos a tê-la, alguma dela com bastante organização, no entanto, talvez fruto da crise económica que o país atravessa, sente-se alguma diminuição, nomeadamente dos assaltos a casas com fechaduras de alta segurança e/ou assaltos a ourivesarias.”
Entrevistado n.º 9	“Não tenho dados para responder a esta questão.”
Entrevistado n.º 10	“A DIC não tem dados suficientes para responder a esta questão.”
Entrevistado n.º 11	Não respondeu.

Apêndice A.2.14. Análise de conteúdo à questão n.º 14

1 Análise de conteúdo à questão n.º 14

14	É possível definir um conceito de Criminalidade Itinerante, no quadro normativo europeu (Policial e Judiciário)?
Entrevistado n.º 1	"Não sei se haverá necessidade par tal, porque depois poderá ser difícil provar. O crime itinerante tem uma especificidade em que o facto jurídico é a ação que se concretiza num ilícito criminal e este ilícito criminal está juridicamente tipificado nas várias ordens jurídicas, a não ser que outro tipo de crime surja, no âmbito do quadro normativo, designadamente no código penal. É necessário analisá-lo ao nível do espaço, do tempo e da terceira dimensão (a utilização do espaço aéreo - actividade cibernética). Para além da tipificação do crime o crime itinerante está associado a um conceito que já existe na lei, que é o de crime organizado (associação criminosa)."
Entrevistado n.º 2	"Sim é possível, e é relativamente fácil, implica a atuação em mais do que um país, com um determinado objetivo, de um grupo organizado, hierarquizado. Teremos de transpor o conceito de criminalidade organizada para uma questão que é transnacional, somando esta vertente. (...) Mais do que a itinerância, o que deverá prevalecer é o tipo e a gravidade dos crimes perpetrados."
Entrevistado n.º 3	"É possível, teremos de perceber a envolvimento do crime organizado e a capacidade em permanência que eles têm de alimentar os seus fluxos financeiros obrigando à constante movimentação das suas estruturas. Não existe necessidade de criar um novo artigo na legislação penal, pois o problema para resolver isto não é criar mais legislação penal, a legislação que existe já é suficientemente boa para combater este fenómeno, o que teremos de fazer é: sermos muito rigorosos durante a investigação, ter que perceber como é que podemos estar a passar informação para o processo, ... , e temos de ter uma boa capacidade de acompanhamento, mas principalmente de mobilização, no terreno, de itinerância, tal como estes grupos têm, isto é, ter as nossas equipas de vigilância aptas para poderem reagir, com um sistema de vigilância e de contra vigilância para aquilo que são os núcleos implementados."
Entrevistado n.º 4	"Num quadro normativo não propriamente, mas ele é tratado por exemplo no RASI. Um artigo sobre a criminalidade itinerante, será sempre uma associação criminosa."
Entrevistado n.º 5	"Quanto á criação de um artigo na norma jurídica que puna o crime itinerante não tenho competência jurídica para tal. Devia haver mas não sei como é que do ponto de vista legal se consegue lá chegar, mas pelo menos a cooperação policial e judicial é indispensável. A JAI deve ter uma palavra para dar cobertura jurídica á penalização destes crimes ao nível europeu."
Entrevistado n.º 6	"Através das normas penais não creio que se esteja a trabalhar num conceito jurídico-legal. Mas poder-se-á ensaiar uma definição criminológica de crime itinerante que inclua alguns tópicos obrigatórios como, por exemplo, a ideia de repetição criminosa (tem de haver uma série de crimes) ou o fator de mobilidade geográfica."
Entrevistado n.º 7	"existe um conceito de criminalidade itinerante perfeitamente definido no quadro europeu. Este reflete e caracteriza fenómenos criminais que implicam grupos na prática de crimes, em especial contra o património (...) Os Estados-membros da União Europeia reconheceram a importância da criminalidade itinerante e a necessidade de serem tomadas medidas contra os ilícitos resultantes de grupos móveis, pelo que no final do ano 2011 foram congregadas algumas conclusões em Bruxelas, no Conselho Justiça e Assuntos Internos (JAI): As conclusões adotadas reconhecem a necessidade de serem tomadas medidas contra os crimes praticados pelos grupos criminosos móveis (itinerantes) (...) definem uma abordagem administrativa de combate a este tipo de criminalidade, incentivam a cooperação internacional no domínio judiciário e a cooperação bilateral ou multilateral com os Estados terceiros, e o aumento dos esforços de cooperação com o sector privado (parcerias público-privadas) (...) Não obstante, ao nível do ordenamento jurídico não existe propriamente (nem tem de existir) relação com o conceito de criminalidade itinerante. Sendo a criminalidade

	itinerante uma representação de fenómenos criminais pode envolver diversos crimes. São esse conjunto de crimes que, pela sua tipificação, vão congrega os fenómenos e caracterizar a criminalidade itinerante.
Entrevistado n.º 8	“Sim, é muito importante, pois estamos a falar de um crime de natureza transnacional e se temos de ter uma visão interdependente entre os países relativamente a esta questão é importante que todos falem a mesma linguagem e para isto teremos de ter o mesmo conceito, unívoco. (...) Não tem só a ver com o conceito de criminalidade itinerante, mas também com os conceitos, por vezes um pouco difusos da organização, das estruturas organizadas do crime, de associação criminosa, terrorismo, são conceitos que por vezes dificultam a cooperação internacional. Ao nível judicial é também fundamental criar uma tipologia deste crime de forma a facilitar as forças de segurança e o MP a enquadrar melhor o crime itinerante e a facilitar o julgamento dos infratores.”
Entrevistado n.º 9	“Sim é possível, existem elementos muito objetivos que devem constar: a organização, o modus vivendi do crime, os tipos de crime que podem estar conexos, como por exemplo os crimes de sangue ou crimes sexuais, e da sua itinerância como modus de vivência por curtos períodos de duração. O crime poderá ser imputado com maior punição ou maior gravidade se estiver associado a uma situação transnacional e não for só no ordenamento jurídico interno. Poderá ainda ser relevante a associação ao crime de auxílio à imigração ilegal.”
Entrevistado n.º 10	“Pode ser definido um conceito ao nível interno, ou seja, de Portugal. No CP existe a definição de crime, de criminalidade violenta, especialmente violenta e altamente organizada. Estas definições tal como estão agora, abrangem todas as realidades, sejam elas itinerantes ou não, até porque a realidade itinerante não está a afetar significativamente o nosso país, ao contrário da criminalidade organizada. A abordagem ao conceito deve ser alargada, referindo que tendo em conta a definição europeia do conceito e tendo em conta que o mesmo se aplica fundamentalmente a países que têm fronteira com mais do que um ou dois países, seria de considerar a realidade dos países que apenas têm fronteira com um estado e que são igualmente afetados por esta realidade, pelo que, ou neste conceito ou num conceito à parte, deveria ser estabelecido que a criminalidade itinerante poderia não ser só entre dois ou três estados membros, mas também ter em conta realidades específicas, ou então o próprio estado-membro adoptar, como alguns já o têm, a sua própria definição de criminalidade itinerante, até para a própria criminalidade organizada interna, criando-se assim um conceito micro de criminalidade itinerante. Esta realidade não tem obrigatoriamente de referir-se apenas a deslocações transfronteiriças, mas também pode considerar deslocações transregionais internas. É aqui necessário analisar a divisão do país, por exemplo a antiga divisão das Brigadas Territoriais da GNR, ou a divisão judicial, que porventura será o mais indicado.”
Entrevistado n.º 11	Não respondeu.

Apêndice A.3. Lista dos Entrevistados e Dados Técnicos¹⁴⁰

Entrevistado 1: Coronel Baleizão

Data: 05JUL13

Hora de início: 10H00

Hora de fim: 11H10

Duração: 1 hora e 10 minutos

Unidade / Local: GIPS / Grafanil

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 2: Coronel Borges

Data: 24JUN13

Hora de início: 10H30

Hora de fim: 11H10

Duração: 40 minutos

Unidade / Local: Comando Geral GNR / Lisboa

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 3: Dr. Van Der Kellen

Data: 24JUL13

Hora de início: 10H00

Hora de fim: 10H59

Duração: 59 minutos

Unidade / Local: Sede SEF / Oeiras

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 4: Dr.^a Cândida Vilar

Data: 15JUL13

Hora de início: 15H00

Hora de fim: 15H55

Duração: 55 minutos

¹⁴⁰ Salva-se a transcrição completa se encontra na posse do autor, porém, por questões de extensão, não se encontra presente neste relatório. São observáveis os seus resumos na Classificação das respostas do Apêndice A.2.

Unidade / Local: DIAP / Lisboa

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 5: Dr.º José Manuel Anes

Data: 27MAI13

Hora de início: 16H00

Hora de fim: 16H23

Duração: 23 minutos

Unidade / Local: Universidade Lusíada / Lisboa

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 6: Professor Doutor Rui Pereira

Data: 25JUL13

Hora de início: 18H00

Hora de fim: 18H33

Duração: 33 minutos

Unidade / Local: ISCSP / Lisboa

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 7: Dr.º Antero Luís

Data: 21JUN13

Hora de início: 15H00

Hora de fim: 15H30

Duração: 30 minutos

Unidade / Local: Sede SGSSI / Lisboa

Utilização de gravador: Não – enviado por correio electrónico.

Entrevistado 8: Subintendente Rui Mendes

Data: 11OUT13

Hora de início: 11H00

Hora de fim: 11H55

Duração: 55 minutos

Unidade / Local: Quartel da Divisão de Investigação Criminal da PSP do Porto

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 9: Tenente-coronel Bolas

Data: 24JUN13

Hora de início: 10H00

Hora de fim: 10H28

Duração: 28 minutos

Unidade / Local: Unidade de Intervenção / Lisboa

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 10: Tenente-coronel Nascimento

Data: 09JUL13

Hora de início: 10H00

Hora de fim: 10H43

Duração: 43 minutos

Unidade / Local: Quartel da DIC/GNR - Alcabideche

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 11: SIS

Data: não determinada

Hora de início: A entrevista foi enviada por correio electrónico, não identificada.

Hora de fim:--

Duração:--

Unidade / Local:--

Utilização de gravador: Não